

Territórios Digitais

UMA EXPERIÊNCIA
DE INCLUSÃO DIGITAL
NO CAMPO BRASILEIRO



Márcio Ferreira

Márcio Ferreira

**TERRITÓRIOS DIGITAIS:
UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO DIGITAL
NO CAMPO BRASILEIRO**

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Brasília, 2013

DILMA VANA ROUSSEFF

Presidenta da República

PEPE VARGAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

PAULO BERNARDO SILVA

Ministro de Estado das Comunicações

LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

CEZAR ALVAREZ

Secretário Executivo do Ministério das Comunicações

ANDREA BUTTO ZARZAR

Secretária de Desenvolvimento Territorial

LYGIA LUMINA PUPATTO

Secretária de Inclusão Digital

MÁRCIA DA SILVA QUADRADO

Diretora do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial

ROGERIO BARBOSA MACEDO

Diretor do Departamento de Articulação e Formação

ROBERTO NASCIMENTO

Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEAD Estudos 25

Copyright 2013 MDA

Projeto de Cooperação Técnica IICA/ABC/NEAD-MDA “Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” (PCT BRA/IICA/10/001)

FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU

Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE

MANUEL RODOLFO OTERO

Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil – IICA

ROBERTO NASCIMENTO

Diretor Nacional do PCT – NEAD/MDA

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO

Coordenador do PCT – NEAD/MDA

CRISTINA COSTA

Supervisora do PCT - IICA

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2013.
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2013



“Territórios digitais: uma experiência de inclusão digital no campo brasileiro” é uma publicação desenvolvida no âmbito do PCT BRA/IICA 10/001 (NEAD/IICA/ABC) e está sob licença de Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O MDA e o IICA promovem o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) nos *websites* institucionais: www.iica.int e www.nead.gov.br

Coordenação editorial: IICA, NEAD/MDA, SDT/MDA

Revisão ortográfica e gramatical: Cecília Fujita

Diagramação e Projeto Gráfico: Patrícia Porto

Leiaute da capa: João Del Negro

Impressão digital: Teixeira Gráfica e Editora Ltda.

Colaboração Técnica:

Fátima Brandalise - SDT

João Guilherme V. Abrahão – NEAD

Rossana Moura

Cristina Costa - IICA

Territórios digitais: uma experiência de inclusão digital no campo brasileiro / NEAD/
SDT/MDA, IICA -- Brasília: IICA, 2012.

168 p., 16 x 23 cm

ISBN 13: 978-92-9248-420-0 (IICA) e 978-85-60548-96-5 (MDA)

1. Desenvolvimento rural 2. Tecnologia da informação e comunicação (TIC)
3. População rural 4. Gestão do Conhecimento 5. Comunidades Rurais 6. Brasil
I. NEAD/MDA II. IICA III. Título

AGRIS

DEWEY

C20

303.483.3

Brasília, Brasil , 2013

PREFÁCIO

O Governo Federal criou em 2008 o Projeto Territórios Digitais, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Comunicações. O objetivo é ampliar o acesso da população que mora no campo ou em áreas isoladas à internet e, por conseguinte, à informação, facilitando a utilização dos serviços públicos.

A parceria pioneira entre os dois Ministérios resultou em uma iniciativa que agregou esforços para a implantação de Casas Digitais nos territórios rurais, através dos Programas Telecentros Comunitários e Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR.

Depois de quatro anos da implantação do Programa Casas Digitais, torna-se necessário entender como as comunidades e as pessoas do campo estão sendo impactadas pela presença de computadores e internet com livre acesso.

A pesquisa registrada neste livro analisa em que medida o Programa tem contribuído para a promoção da inclusão digital no meio rural. Permite, ainda, partindo dessa compreensão, visualizar e difundir os resultados alcançados e tornar possível multiplicar experiências exitosas, aperfeiçoar estratégias e repensar políticas públicas.

Neste trabalho, o autor-pesquisador, além de analisar as questões estatísticas, empenha-se em mostrar o contexto em que vive essa população, sua história e cultura, além dos aspectos econômicos e políticos de seu dia a dia.

O uso do computador e da internet no meio rural brasileiro consolida a cidadania e a democracia. As pessoas ampliam seu leque de possibilidades de

acesso e produção de conhecimento, gerando subsídios para novas formas de geração de renda, construção de senso crítico e novas estratégias de ação política por meio de redes sociais.

Este livro possibilita entender em que medida a qualidade de vida dos homens e das mulheres do meio rural é afetada pela inserção de computadores e internet em suas vidas. A publicação pretende, também, fornecer informações para que outras políticas públicas de ampliação dos direitos e de cidadania da população rural possam ser pensadas e executadas, fortalecendo o diálogo entre o governo e o campo, promovendo o desenvolvimento rural territorial inclusivo.

Pepe Vargas

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações

RESUMO

Este livro é um esforço de análise qualitativa do projeto Territórios Digitais em sua ação de instalação e acompanhamento das Casas Digitais no campo brasileiro. Tal análise é realizada na busca de enxergar os impactos do uso de computador e internet pelos sujeitos do campo, enfocando as dimensões política, cognitiva, econômica e cultural. Além disso, são elencadas as reverberações das Casas Digitais no que tange ao desenvolvimento da cidadania e da democracia nas comunidades do campo visitadas. Em síntese, o projeto Territórios Digitais é uma experiência bem-sucedida de inclusão digital no campo modificando as relações dos sujeitos com as tecnologias digitais e com o mundo a partir do uso destas.



APRESENTAÇÃO

O campo brasileiro é território de relações sociais, onde coabita a cultura com profundas relações dos sujeitos com a natureza. O campo brasileiro é território de vida (MOLINA; JESUS, 2004). É com os pés nesse campo e com o pensamento nessa verdade que a construção deste trabalho foi realizada.

A organização deste livro seguiu parâmetros clássicos para a ordenação de suas partes, principalmente por se tratar do relato de um processo de pesquisa com conotações acadêmicas.

No primeiro capítulo, *Territórios Digitais: uma experiência de inclusão digital no campo brasileiro*, constam os principais registros pertinentes à história, às parcerias, à forma, à abrangência e à estrutura do projeto Territórios Digitais em sua ação de instalação das Casas Digitais no campo. Neste capítulo é central o objetivo deste projeto, que é oferecer equipamentos e conectividade para uso dos sujeitos e das comunidades do campo brasileiro sem ônus a estes. O alcance desse objetivo se materializa por meio da implantação de Casas Digitais nos territórios onde vivem essas pessoas. Além disso, há destaque para o enredo político da constituição do projeto, que envolve, em grande medida, articulações e parcerias com diferentes instâncias do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ainda no primeiro capítulo há destaque para os objetivos desta publicação, que orbitam em torno do desejo de analisar em que medida se dá a consolidação das iniciativas e dos esforços empenhados até o momento no âmbito do projeto Territórios Digitais, no sentido de promoção da inclusão digital no campo, para

que, a partir dessa compreensão, se possa visualizar e difundir os resultados alcançados e tornar possível multiplicar experiências exitosas, aperfeiçoar estratégias e repensar políticas públicas.

No segundo capítulo são apresentadas as *Bases conceituais da inclusão digital*, no qual se explora o conceito de sociedade da informação, dando destaque ao conjunto de especificidades e exigências referentes à vida cotidiana no que diz respeito à ampliação do uso de computadores e internet como ferramentas sociais de múltiplas funções. A forma como as relações de comunicação e economia são afetadas pelo avanço das tecnologias informáticas nesse contexto também são tratadas. O surgimento do letramento digital como consequência e necessidade para que os sujeitos não sejam aliados dos processos sociais diversos é discutido, e seu conceito é elaborado em um dos subcapítulos. O termo inclusão digital sofre ações de reflexão no sentido de que se entendam os meandros da exclusão aí existentes: sua relação com a exclusão social é patente. Ainda nas abordagens conceituais, é trazida à discussão a relação da inclusão – ou exclusão – digital com quatro dimensões extremamente relevantes da exclusão social: política, cognição, economia e cultura.

A abordagem metodológica é sucintamente apresentada no capítulo *Estratégias da pesquisa*, em que há destaque para a informação de que o trabalho se trata de um estudo de caso e se afirma que a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. A organização metodológica desta pesquisa mostra, então, em sua composição, partes como a contextualização da inclusão digital e do projeto Territórios Digitais, a elaboração de questões a serem discutidas, o registro das questões oriundas do contexto em questão, a construção de objetivos factíveis, a revisão de literatura e a apresentação de um método de pesquisa. Há destaque neste capítulo para o principal instrumento de coleta: a entrevista semiestruturada. A entrevista com os gestores e usuários das Casas Digitais permitiu a atuação consciente e integrada do pesquisador, visto que há muita relevância deste sujeito na coleta. Isso favoreceu, sobretudo, a descrição dos fenômenos aí presentes. A entrevista permitiu, ainda, o contato material com a realidade dos sujeitos, tanto em situações específicas como em dimensões mais globais.

Em *A inclusão digital nos Territórios Digitais*, são trazidos os dados mais importantes coletados por meio de: entrevista, observação de campo, produção textual de responsáveis pela formação dos gestores das Casas Digitais no âmbito

do NEAD-MDA, dados gerais dos contextos das Casas Digitais. Alguns dados são mais profundamente analisados, e outros constituem instrumentos para a compreensão do que acontece com os sujeitos e as comunidades onde foram instaladas as Casas Digitais. Neste capítulo os dados coletados são relacionados aos principais elementos que afetam ou são afetados pela exclusão social em sua relação com a inclusão – ou exclusão – digital: cognição, cultura, política, economia, cidadania e democracia. É uma perspectiva de análise pautada por diálogos analíticos (em texto escrito) entre o pesquisador e os entrevistados, em que são apontados os impactos e as reverberações da presença e utilização das Casas Digitais no campo, associados ao conteúdo dos discursos dos homens, das mulheres e das crianças do campo.

O capítulo referente às considerações finais, neste trabalho, cujo título é *Casas Digitais: um celeiro de possibilidades*, prevê certo caráter provisório no seu discurso, ou seja, o texto de encerramento deste construto é elaborado com a intenção aberta de não discrepar da articulação das partes do trabalho. As conclusões não são uma análise última e definitiva dos dados e contextos, e, até por isso, apontam-se caminhos para ampliação do trabalho em empreendimentos futuros. São destacados, neste capítulo, os impactos e as reverberações do projeto Territórios Digitais em sua ação de instalação das Casas Digitais no campo, tangentes à cognição, economia, cultura e política. A segunda parte deste capítulo traz as falas dos entrevistados como argumentos – fundamentados pelos já comprovados impactos positivos das Casas Digitais nas vidas individuais e coletivas desses sujeitos – em favor do projeto Territórios Digitais.

CASA DIGITAL
Atividade do Engenho II



Equipamentos que Completam a Casa Digital

- INTELIGÊNCIA MÓVEL
- INTELIGÊNCIA MÓVEL
- INTELIGÊNCIA MÓVEL

Ministério de Ciência e Tecnologia
Instituto de Políticas de Ciência e Tecnologia
www.gov.br/mcti



TERRITÓRIOS DIGITAIS

PROJETO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - Territórios Digitais: uma experiência de inclusão digital no campo brasileiro	25
1. Territórios da Cidadania, Territórios Digitais	25
2. A inclusão digital no projeto.....	30
3. Objetivos e intenções	31
CAPÍTULO 2 - Bases conceituais da inclusão digital.....	37
1. A sociedade da informação: especificidades e exigências	37
2. Dinâmica comunicacional e econômica da sociedade em rede.....	41
3. Letramento digital como elemento qualificador da inclusão digital.....	47
4. Relação inclusão digital-exclusão social.....	52
5. Política, cognição, economia e cultura na relação com a inclusão digital.....	57
CAPÍTULO 3 - Estratégias de pesquisa.....	69

1. Estudo de caso	71
2. Entrevistas.....	73
3. Os entrevistados	74
4. Análise e interpretação dos dados.....	74
CAPÍTULO 4 - A inclusão digital nos Territórios Digitais.....	79
1. A metodologia de formação dos gestores das Casas Digitais.....	79
2. Casas Digitais: contextos e histórias das comunidades.....	88
2.1 <i>Sítio Soledade (Mauriti-CE)</i>	89
2.2 <i>Assentamento Santana (Monsenhor Tabosa-CE)</i>	96
2.3 <i>Assentamento Itamarati II (Ponta Porã-MS)</i>	102
2.4 <i>Assentamento Fazenda Larga (Brasília-DF)</i>	109
3. Inclusão digital no campo na voz dos sujeitos do campo.....	111
3.1 <i>Casas Digitais e cognição</i>	112
3.2 <i>Casas Digitais e cultura</i>	121
3.3 <i>Casas Digitais e política</i>	127
3.4 <i>Casas Digitais e economia</i>	130
3.5 <i>Casas Digitais, cidadania e democracia</i>	138
CAPÍTULO 5 - Casas Digitais: um celeiro de possibilidades.....	149
1. Territórios Digitais: um grande projeto em um Brasil múltiplo.....	149
Referências Bibliográficas	161

“

De primeiro, antes da Casa Digital e antes dos computadores, a pessoa já ouvia falar em computadores, mas não tinha a oportunidade de sair daqui e ir lá para Mauriti fazer um curso, manusear a máquina... aí, a pessoa ficava naquela curiosidade. O que mudou e continua mudando é que cada dia que passa a pessoa vai adquirindo mais e mais conhecimento aí, através da Casa Digital.

MARCIANO – Sítio Soledade, em Mauriti (CE).

Eu acho que mudou radicalmente a minha vida. Para a faculdade, as questões de pesquisa, de trabalho para a faculdade, tudo vai ajudar muito. Às vezes a gente aprende mais estudando em casa de que na própria sala de aula. Daí eu poderei ir à Casa Digital e fazer meus trabalhos, estudar...

POLIANA LANDIM – Sítio Soledade, em Mauriti (CE).

”



MICROLINE
YBM

Baixa



INTRODUÇÃO

O projeto Territórios Digitais, em seu objetivo de implantação das Casas Digitais no campo brasileiro, tem repercutido significativamente entre as diversas ações de inclusão digital no Brasil.

Instaurado com foco na implantação de telecentros¹ – chamados de Casas Digitais – e na oferta de conexão com a internet para comunidades rurais e populações tradicionais dos municípios integrantes do programa Territórios da Cidadania e do Plano Brasil Sem Miséria, o projeto Territórios Digitais é uma ação de inclusão digital do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

No âmbito do Acordo de Cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Comunicações (MC), o projeto Territórios Digitais instalou 135 Casas Digitais em 23 estados e no Distrito Federal. O número de famílias atendidas por essa iniciativa é de aproximadamente 20.100. Além disso, foram capacitadas 10.720 pessoas para atuar nas Casas Digitais, e 51.750 agricultores e agricultoras foram atendidos.

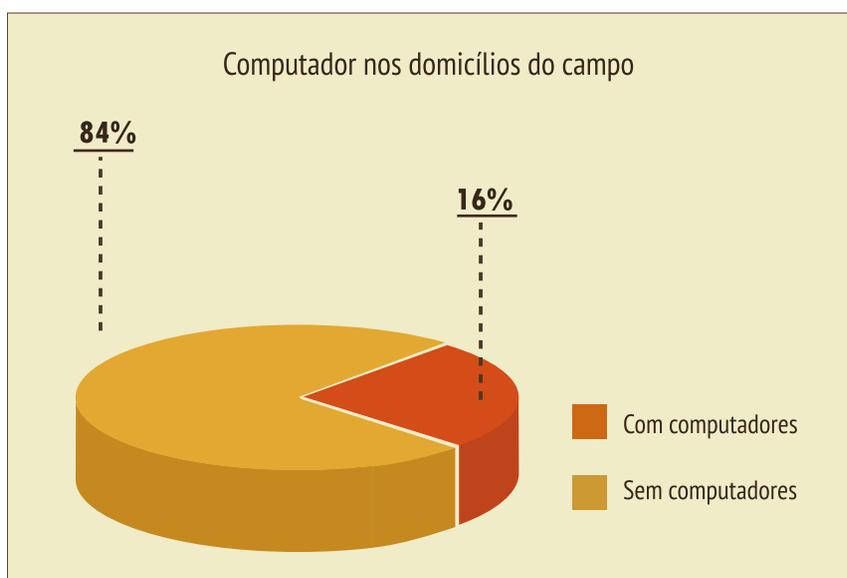
Vale ressaltar que há outras iniciativas de inclusão digital no Brasil que abrangem tanto a zona urbana como o campo. Tais iniciativas são concretizadas por instituições governamentais estaduais e municipais, pela União, por Organizações Não Governamentais, pela iniciativa privada, etc. O projeto Territórios Digitais é específico em sua contribuição para o avanço da inclusão

¹ Os telecentros são espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O acesso é livre, com assistência de monitores. Os telecentros devem oferecer cursos e atividades de promoção do desenvolvimento local e servir aos moradores das comunidades onde se encontram como um espaço de integração, de cultura e lazer. (Fonte: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/telecentros>>. Acesso em: 20 set. 2012.)

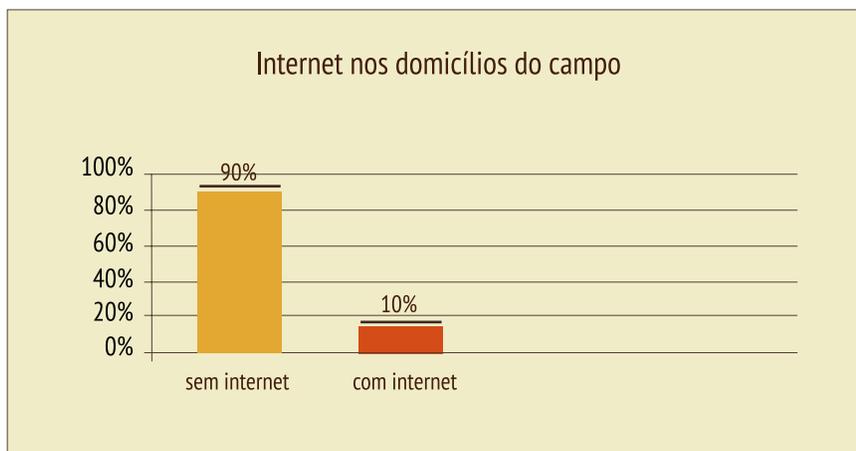
digital no Brasil, pela sua perspectiva de um olhar centrado no campo e em seus sujeitos dentro de uma abrangência nacional.

A patente necessidade de ampliação da oferta de equipamento e conectividade no campo brasileiro é expressa nas pesquisas de presença domiciliar de computadores e internet. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR, 2012), por intermédio do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br)², divulgou a relação entre Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e domicílios no período entre novembro de 2011 e janeiro de 2012, e os dados informam o seguinte:

Considerando-se a presença de computadores de mesa/desktop, computadores portáteis/laptops e tablets em uma base de pesquisa de 25.000 domicílios (urbanos e do campo), foram obtidos os seguintes números:



2 Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) é o departamento do NIC.br responsável pela coordenação e publicação de pesquisas sobre a disponibilidade e o uso da internet no Brasil. Esses estudos são referência para a elaboração de políticas públicas que garantam o acesso da população às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), assim como para monitorar e avaliar o impacto socioeconômico das TICs.



Dentro de certa coerência, os números são bastante próximos. É possível que a pequena superioridade dos números de presença de internet nos domicílios do campo se dê em função da possibilidade de uso de telefones celulares para acesso.

A proporção de domicílios no campo que têm interesse em adquirir conexão à internet com maior velocidade é de 59%, e os principais motivos para não ter internet com maior velocidade são elencados a seguir:

Principais motivos para não ter internet com maior velocidade nos domicílios do campo	
Motivos	(%)
Não tem interesse	35
Custo elevado/Não tem como pagar	23
Falta de disponibilidade na área	31
Não sabe/Não respondeu	8
Tem acesso rápido à internet de outro local	3
Não precisa de maior velocidade para o uso que faz	0
Não costuma acessar a internet em casa	0

Percentuais relativos ao número de domicílios que já têm internet
Adaptado de Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.BR (2012).

Entre os principais motivos para não ter computador em casa, os sujeitos do campo consultados listaram:

Motivos para a falta de computador no domicílio					
Custo elevado / Não tem como pagar	Não há necessidade/ interesse	Falta de habilidade/ Não sabe usar computador	Tem acesso ao computador em outro lugar	Custo-benefício não vale a pena	Não sabe/ Não respondeu
78%	35%	39%	6%	4%	1%
Percentual sobre o total de domicílios sem computador Adaptado de Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.BR (2012).					

Os motivos apontados pelos entrevistados para justificar a falta de internet em suas casas são:

1. Custo elevado do serviço ou não tem como pagar (33%).
2. Falta de disponibilidade de internet na área onde mora (54%).
3. Tem acesso à internet em outros lugares fora de casa (11%).
4. Apenas 5% disseram que o custo-benefício não vale a pena.
5. 8% alegaram falta de habilidade ou não saberem usar internet.

Vale ressaltar que os dados percentuais acima se referem ao total de domicílios que têm computador, mas onde ainda não há internet.

O conceito de inclusão digital que predomina neste livro é aquele entendido como a oferta de equipamento, conectividade e formação para atuação social dos sujeitos usando computadores e internet em seu cotidiano.

O entendimento dos impactos sociais coletivos ou individuais das Casas Digitais foi pautado por discussões permeadas por um constante diálogo entre os discursos dos sujeitos envolvidos e as quatro dimensões mais relevantes da exclusão social: cognição, cultura, política e economia. Agregado a isso, buscou-se captar como as práticas sociais vinculadas à cidadania e à democracia se modificaram a partir da disponibilidade de computadores e internet de uso livre nas comunidades.

Os quatro territórios do campo visitados na busca por entender os impactos da presença das Casas Digitais na vida dos camponeses foram:

1. Sítio Soledade, em Mauriti (CE).
2. Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa (CE).
3. Assentamento Itamarati II, em Ponta Porã (MS).
4. Assentamento Fazenda Larga, em Brasília (DF).

A escolha dos territórios justifica-se por duas questões: a primeira é entender como (forma) em regiões diferentes os sujeitos são impactados pelo uso dos recursos disponibilizados; a segunda é poder descrever se há diferenças muito grandes da forma de uso das Casas Digitais mesmo em territórios tão distintos. Conclusões: Os impactos são muito parecidos, independentemente do território, e a forma de uso é bastante similar entre as comunidades. É importante ressaltar que a qualificação de tal uso se dá numa proporção direta com: o nível de organização social; o engajamento dos sujeitos nas coletividades locais; a força dos movimentos sociais presentes em cada comunidade.



“

Essa Casa Digital mudou muita coisa... não só para mim como para toda a comunidade, porque quase ninguém da comunidade conhecia o que era um computador, quase ninguém sabia o que era uma internet e hoje todo mundo tem o conhecimento, todo mundo faz tudo através dela.

PEDRO PEREIRA

Sítio Soledade, em Mauriti (CE).

Porque a internet como um todo, como, geralmente, as pessoas do campo não têm acesso, e você possibilita isso aos camponeses você está falando: é possível que todas as tecnologias existam aí na sua comunidade, ou seja, isso ajuda a garantir a permanência do sujeito ali no campo.

ANDRÉ BISPO

Assentamento Itamarati II, em Ponta Porã (MS).

”





CAPÍTULO 1

Territórios Digitais: uma experiência de inclusão digital no campo brasileiro

25

1. Territórios da Cidadania, Territórios Digitais

É no contexto da emergência de um novo tempo, em que se ampliarão as possibilidades de todo e cada cidadão escolher suas próprias trajetórias políticas, econômicas, cognitivas e culturais, que repousam o projeto e a execução deste livro.

Este trabalho é o “reflexo de” e a “reflexão sobre” novos movimentos sociais surgidos de novas formas de olhar, pensar e agir sobre a realidade. Esses novos movimentos são compostos principalmente por um conjunto de atores sociais historicamente aliados dos processos decisórios diversos que dizem respeito à vida de cada um e cada uma.

Esses sujeitos são brasileiros que, de acordo com seus processos de formação, organização e conscientização política, econômica e cultural, constroem outras soluções para problemas antigos e novos com a inserção, em suas comunidades, das Casas Digitais.

A compreensão do contexto desencadeador dessa nova realidade social em construção, sobre a qual se discorrerá aqui, requer uma abordagem cuidadosa do ponto de vista da situação em que tais mudanças ocorrem.

O projeto Territórios Digitais nasce no bojo da instituição do programa Territórios da Cidadania. O Decreto de 25 de fevereiro de 2008 instituiu o programa Territórios da Cidadania, que deverá ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal, no sentido de promover ações voltadas a melhorar as condições de vida, bem como ampliar o acesso a bens e serviços públicos de modo tal a gerar oportunidades de inclusão social e econômica aos cidadãos que habitam o interior do país (ver o Portal da Cidadania, disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/dotIn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>>).

Ainda segundo dados do Portal da Cidadania, as questões inerentes à criação e modificação dos Territórios da Cidadania ficam a cargo do Comitê Gestor Nacional, composto por: Casa Civil da Presidência da República, responsável pela coordenação; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Fazenda. O Projeto terá o acompanhamento de suas ações feito por comitê gestor interministerial composto por um representante da maior parte dos ministérios brasileiros.

Os Territórios são criados a partir dos agrupamentos municipais cuja densidade populacional média esteja abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado. Além desse critério, serão contemplados os municípios cujos dados censitários acusem uma população de até cinquenta mil habitantes.

O agrupamento dos municípios que compõem os Territórios da Cidadania será feito respeitando critérios econômicos, sociais, culturais e geográficos, de forma a permitir coesão social e territorial pelo autorreconhecimento de suas populações como pertencentes ao espaço historicamente construído.

O objetivo do programa Territórios da Cidadania é

promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: I – integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II – ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse

do desenvolvimento dos territórios; III – ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV – inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; V – valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (ver o Portal da Cidadania, em <<http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>>).

A escolha e a escala de prioridade do território a ser incorporado ao programa Territórios da Cidadania são feitas pela ponderação de critérios como:

I – estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; II – menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH territorial; III – maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; IV – maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; V – maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; VI – baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; VII – convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; VIII – maior organização social; IX – maior concentração de municípios de menor IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (ver o Portal da Cidadania, no endereço eletrônico citado acima).

A implementação do programa Territórios da Cidadania apoia-se em três eixos de atuação, quais sejam: ação produtiva, cidadania e infraestrutura. Serão baseadas nesses três eixos as orientações e a elaboração das matrizes de referência que definirão o planejamento das ações em cada território.

Foi a partir da articulação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário brasileiros com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi possível a criação do projeto Territórios Digitais no ano de 2008. O objetivo central dessa iniciativa é oferecer equipamentos e conectividade para uso dos sujeitos e das comunidades do campo brasileiro sem ônus a eles. O alcance desse objetivo materializa-se por meio da implantação de Casas Digitais nos territórios onde vivem essas pessoas.

É importante destacar que o projeto Territórios Digitais envolve, em grande medida, articulações e parcerias com diferentes instâncias do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, nas quais se incluem instituições como

o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia (Aegre). Incluem-se, também, nesse conjunto articulado, os Ministérios das Comunicações, da Cultura, de Minas e Energia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a Casa Civil da Presidência da República. Ainda fazem parte dessa parceria os governos dos estados, as prefeituras, as universidades e os movimentos sociais diversos.

Nesse sentido, a concretização do projeto Territórios Digitais realiza-se no processo de instalação de Casas Digitais em comunidades rurais. As Casas Digitais são espaços de acesso e gestão comunitária inseridos em regiões denominadas Territórios da Cidadania. Nas Casas Digitais são disponibilizados computadores com acesso a internet, sob gestão da comunidade, atendendo a projetos de assentamento da reforma agrária, atores da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais situadas nos territórios rurais do Brasil.

Inseridos no bojo de atuação do projeto Territórios Digitais, estão à disposição para a realização de formação e qualificação dos sujeitos das comunidades atendidas no que tange ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Esse processo de formação e qualificação é feito de modo tal que o aprendizado e a lida sobre/com computadores, internet e seus recursos os tornem ferramentas que permitam aos sujeitos do campo ampliar seu leque de ação e reflexão sobre:

- os processos de gestão de produção para melhorar o desenvolvimento rural;
- o controle social das políticas públicas;
- o acesso à informação e produção de conteúdo;
- a construção de redes sociais digitais (ou não) que permitam trocas de experiências e saberes entre os povos do campo brasileiro.

Cabe relatar que entre as minúcias do projeto Territórios Digitais consta a instauração de condições que permitam a universalização de oportunidades no sentido de subsidiar os sujeitos atendidos para que estes possam transformar a realidade de suas comunidades em si mesmas e como parte da macro-organização dos coletivos do campo brasileiro. Outro aspecto relevante no escopo desse projeto é a previsão de iniciativas para o avanço das questões

relacionadas à educação e cultura por meio da integração das novas mídias digitais, seja usando as Casas Digitais como centros de acesso a recursos educativos e culturais diversos via computador e internet, seja utilizando o espaço físico das Casas Digitais como centro de referência para o desenvolvimento dos processos educativos e culturais diversos já presentes e não relacionados diretamente com o uso de computador e internet.

Cada Casa Digital pode, dentro do que prevê o projeto Territórios Digitais, tornar-se polo de pesquisa, discussão e sistematização sobre questões ligadas à economia local, abordando temas como produção e comercialização vinculados à vocação das comunidades. Além disso, pesquisando as informações governamentais presentes nas referências aqui disponíveis, entre os serviços possíveis no âmbito das Casas Digitais está o acesso a serviços do governo municipal, estadual e federal.

A indicação referente aos locais de instalação de cada Casa Digital é decidida no Colegiado Territorial. Para fazer jus ao recebimento dos equipamentos e do sistema de conexão à internet, a comunidade deve preencher um conjunto de critérios ligados ao local de instalação, tais como assinalados a seguir: estar localizado em zona rural; ter energia elétrica instalada; apresentar-se como instituição social organizada portadora de CNPJ; estar consolidado em local de livre acesso comunitário; oferecer condições de segurança para as pessoas e para os equipamentos a serem ali alojados.

Em grande medida, as Casas Digitais foram pensadas como instituições sociais comunitárias caracterizadas como espaços públicos localizados nos Territórios da Cidadania. Para além de serem espaços de inclusão digital, as Casas Digitais podem ser entendidas como referência para o acesso comunitário e gratuito às TICs e para as atividades diversas inerentes à economia, política e cultura das comunidades.

Em síntese, as Casas Digitais visam garantir ao povo do campo o livre e desonerado acesso ao computador e à rede mundial de computadores, com o fim de subsidiar a promoção do desenvolvimento de uma cultura digital, integrando as novas tecnologias digitais ao processo produtivo, de modo a atingir um desenvolvimento sustentável sem perder de vista a valorização da cultura local bem como a preservação desta. Sob esse ponto de vista, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entende que promover o acesso e uso de computador e internet é elemento indispensável para a garantia de condições de cidadania aos sujeitos do campo.

2. A inclusão digital no projeto

A parceria entre as instituições proponentes do projeto Territórios Digitais e as comunidades a serem contempladas prevê que as instituições locais, como associações, cooperativas, etc., devem dispor de espaço físico para receber os equipamentos e o mobiliário para a instalação da Casa Digital. No que tange à infraestrutura, destaca-se que todos os computadores disponibilizados chegam às Casas Digitais com *software* livre. Estão incluídos no *kit* de implantação da Casa Digital uma antena Gesac³ para conexão à internet via satélite, 10 computadores cliente, 1 computador servidor, 1 roteador *wireless*, 1 DataShow, 1 câmera IP, 1 impressora e mobiliário completo, inclusive armários.

O projeto Territórios Digitais prevê, ainda, a formação dos sujeitos das comunidades a partir de metodologias específicas vinculadas às realidades do campo. Essa formação-capacitação é realizada na própria comunidade, de modo tal que seja ampliada a integração coletiva entre os indivíduos. Além disso, permitindo que se alcance o maior número de pessoas possível. Até o fim do ano de 2010, 10.350 famílias foram alcançadas por essa iniciativa. Cada processo de formação para uso e gestão das Casas Digitais resulta, no mínimo, em 40 e, no máximo, em 120 pessoas contempladas. Os participantes dos processos de formação são, geralmente, pessoas de comunidades do campo de todas as faixas etárias e, inclusive, é aí que são formados os monitores/gestores na Casa Digital.

Há, no âmbito do projeto Territórios Digitais, equipes responsáveis pela formação dos gestores das Casas Digitais, onde uma metodologia específica é desenvolvida. A responsabilidade da administração de cada Casa Digital fica a cargo das entidades parceiras, por exemplo, associação de moradores, sindicatos, cooperativas, etc., cujas decisões e resoluções são acertadas com a comunidade. A avaliação de resultados e o acompanhamento das atividades das Casas Digitais são atribuições do estado e do MDA.

A partir da criação de um regimento interno de uso de cada Casa Digital elaborado pela comunidade são postas as regras de funcionamento de cada Casa, tocando questões como obrigações dos usuários, horário de funcionamento, responsabilidades dos conveniados e dos monitores, criação, análise e aprovação de projetos e cursos a serem realizados, bem como os critérios de escolha dos usuários. O regimento interno é estabelecido em documento formal pensado, redigido e fiscalizado pelos membros da comunidade.

3 Coordenado pelo Ministério das Comunicações, por meio do Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital, o Programa Gesac oferece conexão de internet via satélite e terrestre a telecentros, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro (ver <<http://coreinhome.com/gdtec/2011/11/saiba-o-que-gesac/>>).

Essa estrutura de Casa Digital foi pensada com a intenção de que elas se tornem espaço privilegiado para reunião e aproximação dos sujeitos do seu entorno. É, pois, um local de convivência social, e uma de suas missões é agregar os sujeitos de seu entorno em coletivos que pensarão os caminhos da comunidade. Os processos de escolha dos gestores e de elaboração das regras de gestão são construídos a partir da criação de Conselhos Gestores, compostos por lideranças comunitárias com a ideia de avançar para a gestão mais eficiente e democrática possível dessas Casas. É no Regimento Interno que são registradas as normas e os procedimentos resolvidos pelo Conselho Gestor e aprovado por representantes da comunidade. O Regimento guarda, ainda, os pontos principais, que indicam o uso adequado das máquinas, as regras de comportamento nas dependências da Casa Digital, bem como prevê sanções a serem encaminhadas quando da ocorrência de fatos contrários ao que está previamente estabelecido.

Nas experiências já relatadas por gestores de algumas Casas Digitais, como na 9ª Oficina para Inclusão Digital (Brasília, 2010), pôde-se depreender que a produção local de conteúdo digital e atividades colaborativas já são práticas dos próprios agricultores, a partir do momento em que recebem a formação para uso do computador e da internet.

Nessas Oficinas para Inclusão Digital têm sido relatadas experiências, em algumas comunidades, que retratam práticas do uso das Casas Digitais como espaço de trocas de experiências, identificação de nicho de mercado para comercialização da produção local, pesquisa de fontes de financiamento e acompanhamento das políticas públicas ligadas à vocação econômica e cultural das localidades. O que se antevê nesses relatos é um processo de integração do local ao global, no qual os sujeitos coletivos não se afastam de suas especificidades. É um processo em que os sujeitos passam a se entender como parte do mundo; contudo, sem abrir mão da própria identidade.

3. Objetivos e intenções

Entendendo o projeto Territórios Digitais como iniciativa que inclui em seus objetivos o fortalecimento das comunidades do campo rumo a um campo brasileiro sustentável e protagonista de suas próprias realizações e caminhos, é possível acreditar na possibilidade de que isso resulte em frutos como *um processo de inclusão digital com poder de contribuir significativamente para a diminuição das exclusões sociais*.

A compreensão da medida desse processo de inclusão digital pode ser dada pelo nível de envolvimento da comunidade na busca, elaboração e execução de

atividades e projetos sociais concatenados com as suas vocações, habilidades e necessidades, a partir da inserção da Casa Digital em seu território.

No sentido de se aproximar dessa compreensão, o objetivo geral deste trabalho é:

- Analisar em que medida se dá a consolidação das iniciativas e dos esforços empenhados até o momento no âmbito do projeto Territórios Digitais, no sentido de promoção da inclusão digital no campo, para que, a partir dessa compreensão, se possa visualizar e difundir os resultados alcançados e tornar possível multiplicar experiências exitosas, aperfeiçoar estratégias e repensar políticas públicas.

Os objetivos específicos podem ser entendidos como desdobramentos metodológicos e teóricos para que se alcance o objetivo geral:

- Registrar e analisar as percepções dos sujeitos egressos de ações de formação ou projetos vinculados às Casas Digitais no que tange ao seu desenvolvimento econômico; cognitivo, cultural e político.
- Arrolar por meio dos gestores das Casas Digitais o conjunto de ações e projetos mais importantes ali desenvolvidos.
- Coletar e analisar dados do projeto Territórios Digitais relacionados com as principais dimensões da exclusão social.

Vale ressaltar que o projeto Territórios Digitais espera alcançar os 120 Territórios da Cidadania numa parceria com os municípios vinculados ao Plano Brasil Sem Miséria. Essa meta alcançaria, direta ou indiretamente, os coletivos dos projetos de assentamentos da reforma agrária e as comunidades da agricultura familiar.

Os critérios de escolha das quatro Casas Digitais que foram campos de observação para esta pesquisa baseiam-se numa questão de ordem prática e objetiva: as quatro Casas Digitais escolhidas refletem casos de sucesso relatados por seus gestores e pela comunidade à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que é vinculada ao MDA, e às mídias diversas.

Logo, a investigação dos processos de consolidação da inclusão digital em locais e com sujeitos que já vivem o integral funcionamento da Casa Digital pode contribuir muito contundentemente na análise das práticas e ações aí realizadas,

para que possam servir de exemplo e modelo para outras Casas Digitais que estejam em processo de implementação.

O foco do trabalho é, ainda, evidenciar como o pleno funcionamento das Casas Digitais impacta suas comunidades e como outras comunidades podem se apropriar dos métodos e técnicas de gestão e participação para elevar seus patamares de qualidade. Em função disso, este trabalho mostra, entre outras questões, as estratégias dos gestores e das comunidades investigadas para servir de modelo para outras Casas Digitais pelo Brasil afora.

É preciso, pois, neste trabalho, depois de apresentar os dados gerais do projeto Territórios Digitais:

- mostrar os elementos conceituais relacionados à sua construção;
- registrar os dados que permitem analisar seus impactos por meio de uma metodologia consistente;
- construir análises e conclusões coerentes com uma avaliação séria, cujo compromisso é desvelar verdades sobre o processo de inclusão digital dos sujeitos e das comunidades pesquisados vinculados aos Territórios Digitais.

No sentido de tratar as questões elencadas de forma tangente ao projeto Territórios Digitais, foi organizado um roteiro de abordagem conceitual estruturante que apresenta:

- a) a sociedade da informação: especificidades e exigências;
- b) dinâmica comunicacional e econômica da sociedade em rede;
- c) letramento digital como elemento qualificador da inclusão digital;
- d) relação inclusão digital/inclusão social;
- e) política, cognição, economia e cultura na relação com a inclusão digital.





Para mim, para minha pessoa pessoal, essa Casa Digital foi muito importante. Eu conheci coisa que eu nunca tinha conhecido e, talvez, se não tivesse ela eu não tivesse conhecido ainda. Fiz amizades, muita amizade, mais do que eu tinha, fiz muito mais.

PEDRO PEREIRA

Sítio Soledade, em Mauriti (CE).

A existência da Casa Digital aqui muda bastante coisa. Na verdade, aqui é um lugar quase sem recursos ou outras opções para os alunos estarem fazendo cursos ou aprendendo mais sobre o uso de computadores.

MÁRCIA

Assentamento Itamarati II, em Ponta Porã (MS)





CAPÍTULO 2

Bases conceituais da inclusão digital

37

1. A sociedade da informação: especificidades e exigências

Vivemos numa sociedade diferenciada daquela anterior à década de 1980. Hoje o capital e o trabalho braçal, que eram os elementos essenciais da sociedade pós-industrial, são substituídos cada vez mais rapidamente pelo conhecimento e pela informação.

Esta nova organização das pessoas pelo planeta pode ser chamada de sociedade da informação. O termo sociedade da informação foi usado por Daniel Bell em 1980, e posteriormente Alvin Toffler se referia a isso no livro *A terceira onda*, de 1981. Daniel Bell e Alvin Toffler são considerados por Kumar (apud SILVA, 2002) como os mais importantes divulgadores da era da informação e da nova sociedade que daí surge. São os trabalhos desses dois autores que originalmente mostram a existência de um processo de transição da sociedade “pós-industrial” para a “sociedade de informação”.

A sociedade da informação, para Silva (2002), é aquela onde a comunicação, a informação e o conhecimento tornam-se os recursos estratégicos e os agentes transformadores do meio social. Isso permite vislumbrar que, sem a presença desses três recursos na formação dos sujeitos, podem surgir ou se acentuar processos de exclusão.

No contexto da sociedade da informação ampliam-se rapidamente novas formas de valoração dos bens materiais ou não. Na sociedade da informação a noção de produto essencial se transforma, a escala de valores se torna algo paulatinamente efêmero e frágil. Dessa forma, é possível aceitar que nessa perspectiva social o que tem valor é o conhecimento.

Nesse novo modelo social que surge, a quantidade de conhecimentos novos disponíveis a cada momento é gigantesca, incontrolavelmente exponencial. Todavia, a fidedignidade, as bases científicas, a confiabilidade das fontes e as intenções implícitas ou explícitas nos materiais informacionais diversos que se consome são elementos que fazem imprescindível a construção de hábitos de crítica, contrapondo fontes e fundamentos no sentido de identificar o que é verdade ou não.

O que se vê claramente nesse contexto é a necessidade premente de formação para que os sujeitos se tornem capazes de selecionar o que é útil e verdadeiro. Ainda, o que se torna essencial é o desenvolvimento do espírito crítico no que tange às formas de buscar, selecionar e utilizar informações tão dispersas e cheias de intencionalidades.

A sociedade da informação abrange esse vasto campo de urgências nos processos formativos e na forma como os sujeitos e as instituições se relacionam, porque nasceu junto com essa sociedade a internet.

Para Castells (2003), a arquitetura da internet é comparável ao tecido de nossas vidas. Para esse autor, a internet tem impacto parecido ao uso da eletricidade na Era Industrial, ou seja, em nossa época a internet pode ser comparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico. Isso porque a internet é capaz de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Nesse sentido, a internet passa a ser a base tecnológica para o modelo organizacional da sociedade da informação. Vive-se, de fato, em uma sociedade em rede, e a rede é um conjunto de nós interconectados. Independentemente da tecnologia a formação de redes faz parte das atividades humanas há séculos. Todavia, as redes foram potencializadas, em nosso tempo, “transformando-se em redes de informação energizadas pela internet” (CASTELLS, 2003).

O uso de redes como ferramentas de organização tem um potencial incrível, e Castells (2003) acredita que isso ocorra em “virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar” em uma época em que o tempo, o espaço e as organizações são muito móveis. É, pois, em função dessa riqueza de possibilidades apresentada

pelos redes, que todos os campos da economia e da sociedade são atingidos por elas.

Compreender o papel da internet e das redes e sua relação com a sociedade da informação requer análises bastante específicas. Para Borges (2000), entender as ciências, a ciência da informação e da comunicação, as novas tecnologias, dentro de uma abordagem macro, sistêmica, pode ajudar na compreensão do mundo e também na resolução de problemas elementares inerentes ao ser humano.

Assim, a autora faz alguns esclarecimentos sobre o contexto de mudança na sociedade da informação e do conhecimento e cita Kenneth Boulding, que propõe a classificação da

vida humana em duas grandes épocas: a pré-civilizada, do nômade que adquire características de civilização ao urbanizar-se, e a pós-civilizada, que constitui a atual [...]. A grande transição não é somente algo que afeta a ciência, a tecnologia, o sistema físico da sociedade e o aproveitamento da energia. É também a transição das instituições sociais (BOULDING, *O significado do século XX*, apud BORGES, 2000).

A autora acredita, ainda, que o grande desafio das organizações é compreender esse momento de transição dentro de uma forma objetiva, sob uma visão integrada de seus problemas e soluções (BORGES, 2000). E considera que o maior desafio é conseguir que a inserção das relações no virtual não interfira de modo negativo na identidade cultural dos sujeitos, “que um projeto de civilização centrado sobre os coletivos pensantes possa se sobrepor a este risco, já que o mundo virtual é inevitável”. A sociedade da informação apresenta características bastante evidentes, entre as quais podem ser citadas: as tecnologias de informação e de comunicação convertem o mundo em uma “aldeia global”; a distância e o tempo entre a fonte de informação e o seu destinatário deixaram de ter qualquer importância, agora quem viaja são os dados; as tecnologias de informação e comunicação interferiram no “ciclo informativo”, nos processos, nas atividades, na gestão, nos custos, etc.

O saber, agora, tem valor econômico agregado e a informação é um produto, ou seja, um bem que pode ser comercializado. Nesse modelo de sociedade a probabilidade de se encontrarem respostas inovadoras a situações críticas aumenta significativamente, pois o acesso a uma quantidade enorme de informações em qualquer lugar permitem novos recursos à criatividade e à ousadia.

As novas tecnologias de informação e comunicação revolucionam a noção de “valor agregado” à informação. Desse modo, as novas tecnologias produzem novas possibilidades econômicas. Historicamente, a produção e disseminação da informação sempre estiveram atreladas ao crescimento econômico e social da humanidade; e, se já era assim quando a informação tinha uma velocidade muito menor de circulação, agora, quando a divulgação da informação acontece em tempo real nos mais diversos locais geográficos do planeta, esse pensamento se consolida e se autoafirma.

Os meios de comunicação e informação aceleram a velocidade do aparecimento de produtos novos e a reedição aperfeiçoada de ideias antigas. Há uma rapidez enorme na renovação de produtos, serviços, tecnologias, e a informação também recebe novos elementos que a modificam o tempo todo; desse modo, a validade de uma informação como novidade pode ter uma duração muito pequena, e aí entra um constante estado de atenção dos sujeitos para o que está valendo como informação útil e atual. Assim, “as novas tecnologias, os novos mercados, as novas mídias, os novos consumidores desta era da informação e do conhecimento conseguiram transformar o mundo em uma grande sociedade, globalizada e globalizante” (BORGES, 2000), da qual os sujeitos não têm como fugir. Cabe ao homem e às instituições gerir com qualidade e discernimento essa grande revolução rumo a uma sociedade da informação cada vez mais dinâmica e fortemente impulsionadora dos processos de desenvolvimento humano.

Vive-se no tempo da interatividade e da interação. E a real relação com o mundo se dá quando é possível nele intervir, mudar as coisas que estão à volta pelo que conhecemos desse mesmo mundo. Copiar simplesmente não significa conhecer; ouvir o que for ensinado não é condição geral para se apropriar do conhecimento; assimilar informações prontas para dar respostas literais não propicia o uso crítico do que é aprendido. É necessário que os sujeitos desenvolvam habilidades para construir ideias próprias a partir das informações adquiridas. Os conhecimentos construídos têm maior possibilidade de se transformar em conhecimentos duradouros se forem significativos para o indivíduo e úteis para o enfrentamento das situações sociais diversas no dia a dia. A produção de conhecimento novo dá-se, na sociedade da informação, também a partir dessa premissa.

Evidentemente, as comunidades, os sujeitos e as políticas do campo não permanecem incólumes a toda essa efervescência histórica, política, cultural e econômica. Sendo a informática um recurso essencial à manutenção e ao desenvolvimento da sociedade da informação, e sendo essa a tecnologia que mais contribui para o avanço da ciência em nosso tempo, o campo brasileiro

precisa, urgentemente, apropriar-se dos conhecimentos acerca de seu uso para apoiar seu desenvolvimento cultural, econômico, político e cognitivo.

2. Dinâmica comunicacional e econômica da sociedade em rede

A aceleração do ritmo da evolução tecnológica no planeta está gerando uma reestruturação profunda em vários aspectos da sociedade: na economia, nas relações de trabalho, na política, na educação e na cultura. Essas modificações estruturais dizem respeito a um conjunto intrincado de fatores e aqui se vai tratar de modo específico da forma como as relações econômicas e de trabalho são impactadas no bojo desses processos de reestruturação. Projetos, programas, políticas de inclusão digital visam em geral manter os sujeitos inseridos nos fluxos de mudanças tecnológicas relacionadas ao trabalho, e o mundo do trabalho tem sofrido alterações importantes de modo muito acelerado também. Essa aceleração termina por produzir um descompasso na formação profissional das pessoas de tal maneira que os indivíduos não conseguem acompanhar a evolução das novas tecnologias de informação e comunicação na mesma velocidade em que o campo do trabalho se altera, se renova e se reestrutura.

Parte da dedicação a este trabalho caminha no sentido de enxergar as especificidades da exclusão social e pensar como a inclusão digital – ou a sua falta – impacta esse processo. A face mais clara da exclusão pode ser vista quando observamos a falta de condições satisfatórias de vida resultante da impossibilidade dos sujeitos em obter rendimentos suficientes, de modo tal que estes possam se sustentar dignamente, tendo em quantidade e qualidade o alimento, a saúde, o transporte, a educação e o lazer.

O modelo de desenvolvimento atual – capitalismo – vem mudando rapidamente desde a década de 1970, quando começa sua fase neoliberal e traz uma filosofia política voltada para a constituição do estado mínimo. Corrêa (2007) concorda que nesse contexto o mundo empresarial se modifica, avançando para políticas de negócios visando otimizar a redução de custos e maximizar a eficiência produtiva, e a consequência disso é a extinção de muitos postos de trabalho e até de algumas profissões.

Essas novas rotas do modo de produção capitalista geram, claramente, novas engenharias empresariais, e a associação disso com a perspectiva de um estado que se obrigue a atender cada vez menos aos cidadãos termina por resultar em impactos relevantes no que concerne à qualidade no trabalho. O que ocorre no bojo dessas alterações socioeconômicas é a degradação do trabalho associada

a questões como a precariedade de condições profissionais, o subemprego e o aumento do trabalho informal. O tempo de permanência das pessoas no emprego se reduz dia a dia, e as relações entre patrão e empregado tornam-se mais flexíveis, no entanto essa flexibilidade não melhora a vida do trabalhador e acaba gerando uma população desamparada pelo Estado e também pela estrutura econômica. O que se vê, nessa estrutura, é um movimento de desvinculação do trabalhador tanto com a empresa quanto com o Estado.

Na década de 1980 nasce a globalização, que pode ser entendida aqui como a emergência de grandes corporações transnacionais impondo novas formas de relação comercial planetária, descentralizando a localização dos fluxos financeiros e da produção de bens e serviços. O que se encontra nesse novo contexto são processos de mundialização das instituições, que acabam gerando uma ausência de vínculo territorial das empresas.

Na globalização a possibilidade de mobilidade pelo planeta permite que as empresas explorem intensamente a oferta de trabalho pela menor remuneração dentro de Estados em que as leis trabalhistas inexitem, são ineficientes ou não há fiscalização para que se cumpram tais leis. O que se observa, então, é o desencadeamento de severos processos de exploração de mão de obra a baixo custo.

Com tudo isso surge um equilíbrio do mercado de trabalho fragilizado, dado que nesse novo tempo a concorrência pelas vagas é planetária e depende, em muitos casos, de outros elementos não relacionados à capacidade laboral. Um elemento bastante importante na escolha das empresas em relação ao país em que pretendem se instalar e a quem vão oferecer seus postos de trabalho é a concessão de estímulos fiscais que certos países propõem como moeda de troca para que essas empresas se instalem em suas terras.

Não é possível negar o aumento do desemprego com o incremento do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nesse contexto, principalmente na década de 1980. Castells (2002) afirma que a finalidade da introdução de novas tecnologias no mundo do trabalho e do emprego se concentrava na economia de mão de obra, na submissão de sindicatos e na redução de custos. Não se pensava em alternativas outras que não passassem pela diminuição no número de funcionários quando se propunha a melhoria da eficiência do trabalho e o aumento da produtividade. Todavia, também, cabe pensar que o aumento do desemprego está vinculado às novas necessidades de formação de trabalhadores, mais concatenada com a sociedade da informação.

Para ilustrar essa situação, vale lembrar que houve a demissão de um número muito grande de bancários em razão da automação do atendimento ao público nas instituições financeiras desde a década de 1990. No Brasil, por exemplo, as greves dos bancários não incomodam tanto hoje, devido à possibilidade de uso dos serviços de autoatendimento, das conveniências bancárias e do *Internet Banking* em substituição ao atendimento face a face nas agências bancárias. Se o principal meio dos bancários para gerar tensão em suas demandas profissionais – a greve – foi tão afetado, isso permite concluir que a força desse segmento profissional se reduz e, conseqüentemente, as expectativas de conquistas de classe podem ser reduzidas.

Manuel Castells (2002), em seu livro *Sociedade em rede*, não demonstra pessimismo nos impactos resultantes da relação entre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e o emprego no mercado de trabalho. Castells (2002, p. 238) entende que, como “tendência geral, não há relação estrutural sistemática entre a difusão das tecnologias da informação e a evolução dos níveis de emprego e renda”. A interação entre tecnologia da informação e emprego depende muito de elementos ligados aos contextos sociais e políticos, à macroeconomia e mesmo às formas de agir para o avanço da eficiência econômica.

O que esse autor defende é que a simples existência da tecnologia não causa desemprego ao longo dos anos, apesar de reduzir o tempo de trabalho por unidade de produção, por tarefa ou produto. O que vai mudar na sociedade da informação está relacionado aos tipos de emprego já existentes, que terão sua quantidade, qualidade e natureza do trabalho alteradas.

O que acontece é que mesmo não se podendo estabelecer uma relação determinante entre o uso de tecnologia e o desemprego, existe patente uma veloz reorganização dos postos de trabalho que afeta a vida dos trabalhadores e das organizações que recebem esses sujeitos. Assim, a ampliação do uso do computador e da internet não causa desemprego de modo direto e pode, dependendo do contexto, gerar mais postos de trabalho.

De todo modo, pensar a reorganização das relações sociais pautada pelo uso cada vez mais frequente e dependente do computador e da internet para o trabalho, o lazer, o relacionamento e a aprendizagem é inegavelmente pertinente e faz parte de um escopo de reflexões necessárias no tempo atual. O que está paulatinamente sendo apresentada aos sujeitos sociais diversos é uma nova forma de organização social baseada no uso das redes digitais que se estendem sobre o planeta. No que se refere a isso, ainda há muito que discutir, situar, evoluir

e transformar. Principalmente no que diz respeito ao papel do computador e da internet na realidade do campo brasileiro visto como espaço de vida. É também a isso que se destina este trabalho: entender como a inclusão digital modifica – ou não – a compreensão das relações de trabalho engendradas no contexto da sociedade em rede/sociedade da informação e no papel dos sujeitos do campo e de sua formação nessa perspectiva.

Na sociedade da informação ou sociedade em rede surge outro tipo de trabalho, diferente daquele predominantemente manual que prevalecia até o final da década de 1970. A capacidade de reflexão, as habilidades mentais e o trabalho intelectual são elementos em franco processo de valorização e expansão. O entendimento de quantificação de produtividade baseada em horas trabalhadas está se transformando. O limite, a fronteira, os tempos de vínculo profissional com as instituições estão em reconstrução: pode-se trabalhar em casa e receber pelo tempo ou pelo produto trabalhado sem estar nos limites geográficos da empresa. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação estão propiciando a substituição do esforço físico braçal pelo esforço de trabalho mental, e nesse movimento a intuição, o conhecimento, a criatividade, a inteligência vão se tornando as ferramentas humanas mais importantes para a materialização do trabalho. O que se tem, então, é a transição da mais-valia absoluta marxista rumo à mais-valia relativa, em que há uma redução do poder da força física muscular de trabalho em função de uma maior exploração dos recursos mentais e intelectuais dos sujeitos.

Moreno, Fischer e Rotemberg (2003) acenam que

os principais fatores que influenciaram o aumento do trabalho realizado além dos tradicionais horários diurnos e nos fins de semana [são]: as rápidas mudanças que ocorreram nos processos tecnológicos, as características demográficas das populações, a globalização econômica. Esse último fator levou a um grande incremento de atividades no setor de serviços, particularmente nas empresas que utilizam computadores em rede para manter seus negócios. O *e-business* criado com os serviços da Internet, bem como o aumento das corporações internacionais que têm escritórios e serviços em vários países do mundo, foi um importante passo para a expansão do trabalho não diurno, e em dias tradicionalmente dedicados ao descanso semanal. Não há, portanto, como negar a existência de uma “sociedade 24 horas”, a qual depende de vasto número de trabalhadores, que estão, por sua vez, sujeitos à exposição de fatores psicossociais do trabalho que interferem nos processos saúde-doença.

Com a inserção do uso do computador e da internet nas atividades laborais diversas, novas perspectivas para a formação do trabalhador vão surgindo e, assim, para que os sujeitos possam se inserir e se manter no mercado de trabalho, é necessário que articulem, no seu próprio leque de habilidades, o uso das ferramentas computacionais e o compromisso com seu próprio processo de produção de conhecimento. Essa parece ser condição *sine qua non* para garantir permanência no emprego e remuneração não muito discrepante das práticas de mercado. Caso contrário, o desemprego ou subemprego é caminho praticamente certo. Essa constatação coloca os programas, as políticas e os projetos de inclusão digital em xeque: suscita uma determinada necessidade de reestruturação da capacidade laboral dos sujeitos extremamente ligada ao uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, em específico computador e internet.

Ao longo do tempo, um dos principais elementos excludentes da sociedade industrial ou mesmo da sociedade da informação é a desigualdade no que se refere ao acesso dos sujeitos às instituições e sua permanência nelas, onde se constroem a apropriação e a utilização do conhecimento. A escola é uma das principais instituições relacionadas a esse processo de exclusão social específico. Na sociedade da informação, o acesso, o uso, a apropriação e a produção do conhecimento estão bastante condicionados ao domínio da mídia, à intimidade com os veículos de comunicação, à apropriação técnica – não somente – dos recursos que dão o tom da dinâmica social da construção do conhecimento, do movimento político, econômico e cultural do tempo atual.

Ferreira (2009) defende que a “formação para o trabalho advinda da clássica relação entre escola e sociedade precisa ser reformulada”. Todavia, o novo modo de produção econômica, regido pelo uso dinâmico e acelerado da informação, requer uma atuação dos sujeitos diversos conectada com as exigências sociais dessa realidade social. Precisa-se, logo, de políticas e de pedagogias que sejam capazes de realizar a articulação clássica de suporte informacional ao trabalhador – formação escolar tradicional – com as novas possibilidades de aquisição, troca, construção de saberes mediáveis pelo computador e pela internet. A inclusão digital dos sujeitos do campo tem um papel crucial nessa história: esse processo pode trazer todo um coletivo – historicamente afastado do efetivo alcance de políticas de formação com qualidade e respeito à sua diversidade – para o tempo-espaço em que o entendimento da imprescindibilidade da apropriação dos usos de computador e internet por esses sujeitos é real, atual e não pode mais esperar. A inclusão digital dos sujeitos do campo pode ressignificar seu papel social e suas condições de trabalho no seio desta nova sociedade onde os valores econômicos e humanos mudaram e onde “pela primeira vez na história

a mente humana é uma forma direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (CASTELLS, 2002, p. 69).

Entende-se que a presença ou a ausência dos sujeitos do campo nos processos de formação para a autonomia referente ao uso de computador e internet toma conotações determinantes que tanto podem desencadear maiores avanços em todos os aspectos sociais do país, quanto podem determinar o surgimento de novas exclusões ainda mais severas do que as historicamente sofridas por essa parcela da população. Desse modo, acredita-se que a inclusão digital dos povos do campo tem de ser construída verdadeiramente articulada com as necessidades específicas desses coletivos e deve pautar-se por políticas que viabilizem a introdução definitiva desses sujeitos em um Brasil capaz de lidar com as questões de trabalho e renda utilizando-se de todas as tecnologias disponíveis. Mais que isso: um Brasil que produza tecnologias voltadas para cada realidade local, evitando reproduções de sistemas muitas vezes incoerentes com as especificidades de cada comunidade. Essa introdução deve ser no sentido de fazer com que tais sujeitos e comunidades possam operar os recursos tecnológicos da sociedade da informação agindo sobre ela de modo incisivo, transformando sua atuação política, econômica, cognitiva e cultural dentro de um processo de contínuo aprendizado individual e coletivo (FERREIRA, 2009).

Com isso espera-se que as comunidades do campo brasileiro possam se mover socialmente no sentido de um horizonte social onde “saber pensar e intervir, para atingir níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário” (DEMO, 2002b, p. 11), sejam qualidades humanas das quais não se pode prescindir.

A mente humana tem seus processos potencializados pelo uso do computador e da internet, e esse estreitamento da ligação entre o homem, a máquina e a rede pode ser compreendido como um processo de extensão dos sentidos humanos, no qual surge uma amplificação do alcance da mente, com incremento significativo da capacidade de visão global pelos sujeitos e a reformulação dos tempos e espaços clássicos de grande parte das atividades humanas. Sobre isso, Junior (2004) destaca que “os dispositivos tecnológicos são também elementos instituintes e instituídos da/pela cognição humana, compreendida a partir de uma relação complexa entre indivíduos-sociedade-coisas-instituições”.

A consciência acerca dessa revolução mental relacionada à apropriação dos usos de computadores e internet, contudo, só pode ser claramente elaborada

pelos atores que já utilizam ferramentas computacionais para resolver questões cotidianas. Assim, a consciência da real dimensão da importância da inclusão digital só pode ser materializada pelas pessoas que efetivamente se incluírem nos processos de aprofundamento do conhecimento das técnicas e dos recursos do computador e da internet para uso social amplo.

As consequências sociais da exclusão digital dos indivíduos e coletivos tocam múltiplos aspectos da vida em sociedade porque:

A geração de riquezas, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o principal elemento dessa capacidade. A tecnologia da informação tornou-se ferramenta indispensável para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica (CASTELLS, 1999, p. 412).

É preciso que os sujeitos do campo se apropriem de todas as nuances referentes à produção de conhecimento presentes na sociedade da informação. Os sujeitos, as comunidades e as instituições que não se preocuparem imediatamente com isso estarão fortalecendo um processo de exclusão social cujas reverberações e consequências não se podem prever.

3. Letramento digital como elemento qualificador da inclusão digital

Vive-se, hoje, a emergência da construção de saberes para a integração do cidadão à sociedade da informação. É daí que surgem novos termos ligados à formação, tais como alfabetização digital, inclusão digital e letramento digital. Apesar de alguns autores não fazerem questão de delimitar os conceitos específicos de cada termo, aqui, no entanto, essa delimitação é necessária em função de este trabalho abranger, em grande medida, políticas de formação tecnológica e informática e políticas inclusivas. A escolha pela delimitação desses conceitos deu-se em função de que não fazer isso pode permitir certa confusão no que tange à compreensão das reais finalidades dos projetos de formação para o uso das tecnologias informáticas de modo geral e, em especial, para a formação de sujeitos do campo.

A descrição de Takahashi (2000) para alfabetização digital pode ser entendida como a “aquisição das noções básicas de informática indispensáveis para acesso à Rede e seus serviços”. Contudo, o “Livro Verde”, organizado por esse mesmo autor, não avança na conceituação da especificidade dessa alfabetização.

Takahashi (2000) ainda complementa: “o nível de alfabetização digital da população brasileira é muito baixo” e, apesar disso, a oferta de oportunidades de alfabetização digital ainda é insuficiente.

Soares (2006) acredita que alfabetizar é fazer do sujeito um ser capaz de ler e escrever, e ela continua, afirmando que alfabetização é o ato de alfabetizar. Trazendo isso para o campo da formação para uso social de computadores e internet, pode-se compreender a alfabetização digital como o aprendizado do uso das ferramentas computacionais, como sistemas operacionais, processadores de texto, navegação na internet, apresentação de *slides*, etc. É nesse processo que se aproxima das ferramentas da informática e de suas possibilidades de uso.

De acordo com as pesquisas brasileiras ainda em curso na Linguística (KLEIMAN, 1995) e na Educação (SOARES, 1998), alfabetizado seria aquele sujeito que adquiriu a tecnologia de escrita, sabe decodificar os sinais gráficos do seu idioma, mas ainda não se apropriou completamente das habilidades de leitura e de escrita, isto é, aquele indivíduo que, mesmo tendo passado pela escola, ainda lê com dificuldade, de modo muito superficial e escreve com pouca frequência e, quando escreve, produz textos considerados simples (bilhetes, listas de compras, preenchimento de proposta de emprego e coisas do gênero) (XAVIER, 2012).

Agora, há diferenças entre ser alfabetizado e ser letrado. Para Buzato (2003), “as pessoas alfabetizadas não são necessariamente letradas”, pois mesmo sendo capazes de ler e escrever, algumas pessoas não estarão, ainda, preparadas para argumentar de forma adequada, encontrar materiais que estejam ordenados por códigos, como o alfabético, por exemplo (FERREIRA, 2009). Além disso, pessoas letradas devem ser capazes de entender e poder reconstruir um gráfico oralmente ou por escrito. Buzato (2003) diz que ser letrado é muito mais que simplesmente fazer o uso de um código linguístico. O que ocorre no letramento é o desenvolvimento de capacidades que subsidiem a construção de conhecimento com base na construção de sentidos.

Em grande medida a inclusão digital ainda é entendida como situação em que se possibilita a disponibilidade de acesso a computadores e à infraestrutura da internet. Todavia, como já nos apontam os autores do letramento digital, a inclusão digital como iniciativa que contribuirá para o pleno desenvolvimento da cidadania é mais que isso.

O termo “letramento” ainda não pode ser localizado em parte significativa dos dicionários e isso se dá em função de esta expressão ter sido introduzida

recentemente nos compêndios da língua portuguesa. Soares (2006) acredita que se pode até definir com alguma precisão a introdução do termo “letramento” na língua portuguesa.

Depois da referência de Mary Kato, em 1986, a palavra letramento aparece em 1988, no livro que, pode-se dizer, lançou a palavra no mundo da educação, dedica páginas à definição de letramento e busca distinguir letramento de alfabetização: é o livro *Adultos não alfabetizados – o avesso do avesso*, de Leda Verdiani Tfouni (São Paulo, Pontes, 1988, Coleção Linguagem/Perspectivas), um estudo sobre o modo de falar e de pensar de adultos analfabetos (SOARES, 2006).

O mote deste trabalho é claramente atravessado pela ideia do uso social de novas metodologias, novos recursos e ferramentas pelos sujeitos do campo. Não se pode esquecer que tais metodologias, recursos e ferramentas estão fortemente ligados a novas mídias, principalmente aquelas vinculadas à computação e às redes sociais. Para Ferreira (2009), “é esse uso social que caracteriza, essencialmente, o conceito de letramento”. Ferreira é apoiado por Buzato (2006), que caracteriza o indivíduo letrado como o sujeito que passa a compreender e usar várias formas de ler, escrever e falar. E o homem letrado faz isso porque a aquisição dessas novas formas de comunicação é construída na relação homem-história-sociedade e isso permite aos sujeitos letrados o uso de diferentes formas de discurso adequadas às suas necessidades diversas. Esse conjunto de fatores que caracterizam o sujeito letrado ainda permite que a pessoa letrada construa um repertório de modelos que ela própria internaliza e aos quais recorre quando precisa, nas mais variadas situações do dia a dia.

A ênfase que se dá aqui ao letramento nasce da crença de que o grau de letramento de uma pessoa é capaz de definir como ela vai agir, se afirmar, construir e sustentar uma visão de mundo partilhada por seu grupo. O que se diz com isso é que o letramento de um sujeito permite que ele carregue “traços identitários e significados compartilhados” (BUZATO, 2006) pelo coletivo do qual ele faz parte. Assim, pode-se entender o letramento como elemento da formação do sujeito que fortalece a relação do indivíduo com a coletividade a qual ele pertence. Isso acontece porque as práticas inerentes aos processos de letramento têm vínculos profundos com a sociabilidade e acontece muito em decorrência das necessidades dos indivíduos em se enxergarem como seres sociais.

Araújo e Mercado (2010) confirmam o que se propôs até aqui sobre o letramento digital, avaliando que este se caracteriza em diferentes níveis que estão relacionados diretamente aos tipos de habilidades construídas e desenvolvidas pelos sujeitos em formação. Tais habilidades construídas e desenvolvidas não podem ser pensadas separadamente dos níveis de alfabetização do indivíduo.

Pode-se entender, então, que pessoas que não se desenvolveram bem nos processos de alfabetização podem apresentar avanços menos expressivos nos processos de letramento digital.

Quanto melhor tiver sido desenvolvido o processo de alfabetização – leitura e escrita –, melhor será o progresso dos sujeitos no que tange à amplificação de suas habilidades comunicativas e sociais com o uso das ferramentas presentes nos computadores e na internet. Araújo e Mercado (2010) ainda afirmam que tanto o processo de letramento digital, quanto o do letramento alfabético são complementares entre si e fazem parte de uma tessitura de construção de conhecimentos em movimento contínuo.

Pensando a identificação do nível de letramento digital de um sujeito dentro de perspectivas macrosociais, é possível afirmar que isso se torna factível a partir da análise de seu desenvolvimento com práticas de leitura e escrita relacionadas ao uso de computadores e internet. A leitura do nível de letramento é feita observando-se:

as diferentes capacidades e competências leitoras e de produção de textos e de linguagens, envolvidas na recepção e na produção de discursos em diferentes gêneros que circulam em diversos contextos, suportes e mídias contemporâneos (ROJO; BARBOSA; COLLINS, 2006, p. 111).

E, além disso, pode-se acrescentar à leitura do nível de letramento, a observação das diferentes capacidades e competências para utilizar as aprendizagens realizadas com equipamentos digitais no sentido de que os atores possam ampliar seu leque de soluções para questões cotidianas.

A experiência relatada por Warschauer (2006), referente ao *The hole in the wall* (O buraco no muro), justifica claramente que o grau de instrução não predispõe, necessariamente, um vínculo com o “exercício do letramento digital” (ARAÚJO; MERCADO, 2010). Assim, é possível dizer que as práticas de letramento digital podem ser desenvolvidas por qualquer pessoa independentemente de um grau mínimo de instrução. Na experiência *The hole in the wall*, foi detectado o desenvolvimento de múltiplas facetas do letramento digital a partir somente da disponibilização de computadores conectados à internet em um local público de Nova Delhi, na Índia. Logo, o aumento da aproximação entre sujeitos e tecnologias digitais pode colaborar para que práticas de letramento digital se iniciem e frutifiquem em situações sociais diversas sem, necessariamente, nesse caso, a presença de estruturas escolares formais mediando essas construções formativas.

É a partir do contato e da vivência prática pelo usuário que os níveis de letramento digital vão sendo apropriados, desenvolvendo-se com a familiarização dos novos tipos de leitura e escrita suportados pelo

computador, bem como com a desenvoltura no uso das ferramentas de interação e na compreensão dos gêneros digitais (ARAÚJO; MERCADO, 2010).

Nesse sentido já é possível aceitar que a familiarização entre os atores sociais e as novas formas de aprender e expressar baseadas no uso de computador e internet, o desenvolvimento de habilidades de uso prático das ferramentas da informática e a apropriação dos gêneros discursivos digitais constroem-se, também, a partir do acesso a equipamentos e conectividade. Todavia, é importante ressaltar que a escola e a educação formalmente organizada são capazes de acelerar e potencializar imensamente a presença de tais recursos (FERREIRA, 2009).

Entende-se, finalmente, o letramento digital como o conjunto de condições construído a partir da relação e do aprendizado concernentes ao uso de computadores e internet, cujos resultados incidam na melhoria e ampliação da capacidade dos sujeitos em aprender, entender e resolver questões relacionadas à política, economia, cognição e cultura em seu cotidiano social.

Ferreira (2009) acredita que o “letramento digital é, pois, a situação do indivíduo que, conhecedor de técnicas e tecnologias digitais, é capaz de usá-las, para agir no seu meio social, intervindo de forma transformadora nele”.

É possível, então, diante do que se descreve aqui, entender que o letramento digital supera em larga medida o conceito e a prática da inclusão digital pura e simples, entendida como provimento de acesso a recursos digitais como computador e internet. O letramento digital é a condição em que os atores sociais se tornam sujeitos de sua própria construção de sentidos, apoiados pela apropriação das técnicas de uso das tecnologias digitais concernentes ao computador e à internet.

No letramento digital o domínio da tecnologia pode ser visto como o aprendizado de sua lógica de funcionamento e a compreensão das possibilidades e limites que cada tipo de recurso oferece.

Vive-se, hoje, em um tempo-espaço em que as exigências de letramento digital se tornam cada vez mais imprescindíveis para que as pessoas não sejam excluídas do fluxo de desenvolvimento social. Aos sujeitos do campo esse direito também deve ser garantido, já que o campo é espaço de vida onde todos os processos que dizem respeito às relações sociais mais amplas, às questões econômicas, políticas, culturais e cognitivas se fazem presentes. De todo modo, o processo de letramento digital com os atores do campo não pode perder o compromisso com uma formação que vise sustentar uma filosofia permeada pela busca dos direitos individuais convivendo com os interesses do coletivo.

Para que a inclusão digital e o letramento digital possam ser caracterizados como eficientes é necessário que as políticas e as práticas voltadas a esses fins sejam suficientes para gerar impactos na vida econômica, social, cognitiva e cultural coletiva e/ou individual dos sujeitos envolvidos.

4. Relação inclusão digital-exclusão social

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação ampliadas e potencializadas no uso do computador e da internet constituem a base tecnológica que dá sustentação à sociedade da informação. A expansão do domínio do uso do computador e da internet (inclusão digital) constitui um fato social importante na sociedade contemporânea. São diversos os segmentos sociais envolvidos nesse processo de avanço da apropriação das técnicas para uso da informática como ferramenta profissional, de lazer e comunicação social.

Já desde 1990 que a Organização das Nações Unidas (ONU) preconiza em seus Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) que o desenvolvimento humano só será considerado satisfatório se as pessoas tiverem oportunidades iguais de acesso aos bens diversos.

Foi em 2001, todavia, que ficou clara a presença da correlação entre desenvolvimento humano e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas. Esse relatório de 2001 previa a adoção de medidas que pudessem mostrar o Índice de Realização Tecnológica (IRT), cuja finalidade seria permitir a visualização dos modos como uma nação cria, implementa e forma capacidades humanas para o uso das tecnologias. Em síntese, foi criada uma fórmula para o cálculo deste IRT. Um dos principais elementos considerados para o cálculo desse índice pela ONU estava associado ao acesso da população das nações à internet.

Pode-se dizer que a inclusão social é altamente dependente da democratização do acesso à informação por meio do acesso à internet nos tempos atuais. Dessa forma, a visão da inclusão social é diferenciada no contexto da sociedade da informação. Para Demo (2002a, p. 28), ser excluído é, em grande medida, estar à margem do conhecimento e, pensando nessa perspectiva, o analfabeto não é somente aquele que não sabe ler. O analfabeto é, pois, o sujeito que não consegue aplicar elementarmente o conhecimento para reconstruí-lo e ressignificá-lo.

Sinteticamente falando: se o uso do computador é elemento de inserção das pessoas nos processos sociais diversos vivenciados por elas, o não desenvolvimento de habilidades com essa tecnologia pode ser considerado como uma chave para a exclusão.

De acordo com dados apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br), a classe social e renda em que estão postos os sujeitos terminam por definir os níveis de acesso ao computador e à internet (CGI.Br, 2008). Além disso, é possível relacionar a baixa escolaridade com o nível de acesso a essas tecnologias.

Ferreira (2009) aponta que, se a construção de habilidades para o uso do computador e da internet são tão importantes para um projeto de nação que vise à expansão da democratização da produção do conhecimento, ampliando a participação dos sujeitos na sociedade e melhorando as oportunidades de inserção nos espaços sociais, é preciso que os sujeitos do campo se apropriem dessas habilidades inclusivas também.

Do ponto de vista das dimensões relativas à infraestrutura, são três equipamentos básicos que permitem vislumbrar a inclusão digital como política de inserção social: o provedor de acesso, o computador, a linha telefônica ou outra forma de acesso à Rede, e a formação para uso efetivo desse conjunto de aparelhos (SILVEIRA, 2005).

Warschauer (2006) aponta que houve significativos avanços no conceito de exclusão digital a partir da década de 1990. Foi aí que surgiram os primeiros programas de inclusão digital, sendo implementados originariamente nos Estados Unidos e Canadá. A abordagem da inclusão digital a qualquer preço baseava-se, principalmente, na ideia de conectar pessoas de qualquer maneira para que não ficassem para trás. Isso “refletia a mentalidade da época, baseada em um entendimento superficial do relacionamento da internet com a mudança econômica e social” (WARSCHAUER, 2006, p. 29).

Como na maior parte dos processos científicos, os avanços conceituais geralmente partem da detecção de problemas recorrentes nos programas de inclusão digital pelo mundo afora. A questão mais problemática nessa fase de implantação inicial desses programas é que seus objetivos estavam muito fortemente fixados à provisão de *hardware* e *software* para uso dos sujeitos. O que faltava, então, era direcionar a ênfase aos aspectos sociais do contexto dessas iniciativas. Só assim, a aproximação e a apropriação social dessas novas tecnologias poderiam, de fato, começar a fazer diferença para os coletivos que dela fizessem uso.

Warschauer (2006), então, aponta que um projeto de inclusão significativa ocorre por meio da presença de um conjunto estruturado de condições em que estejam presentes elementos como “o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais” (p. 21).

Desse modo, projetos e programas de inclusão digital devem buscar a superação do sentido clássico da inclusão digital, pois ainda é difícil que o

sentido original de inclusão digital – que entende como mais importante a disponibilidade física de computadores e conectividade, e não as questões de conteúdo, língua, educação, letramento ou recursos comunitários ou sociais – seja superado pelas pessoas e instituições (WARSCHAUER, 2006).

A posse da informação pelas pessoas não é uma questão que possa ser simplificada. A questão não é simplesmente dividir a sociedade entre os que possuem e os que não possuem informação.

Outro problema pertinente ao conceito de inclusão digital é a ligação desta com a ideia de divisão da sociedade em dois polos opostos. A questão não é simplesmente afirmar que uns têm informação e outros não. O que ocorre, todavia, é uma gradação pautada por diversos níveis de acesso e conhecimento referentes ao uso do computador e da Internet (MOLINA et al., [2010?]).

Privilegiar os aspectos sociais na elaboração de programas de inclusão digital está de acordo com o que afirma Warschauer (2006), segundo o qual a “noção de uma divisão binária entre ter e não ter é, portanto, imprecisa, e pode até ser fonte de privilégios, pois não é capaz de avaliar os recursos sociais que diversos grupos trazem à mesa”.

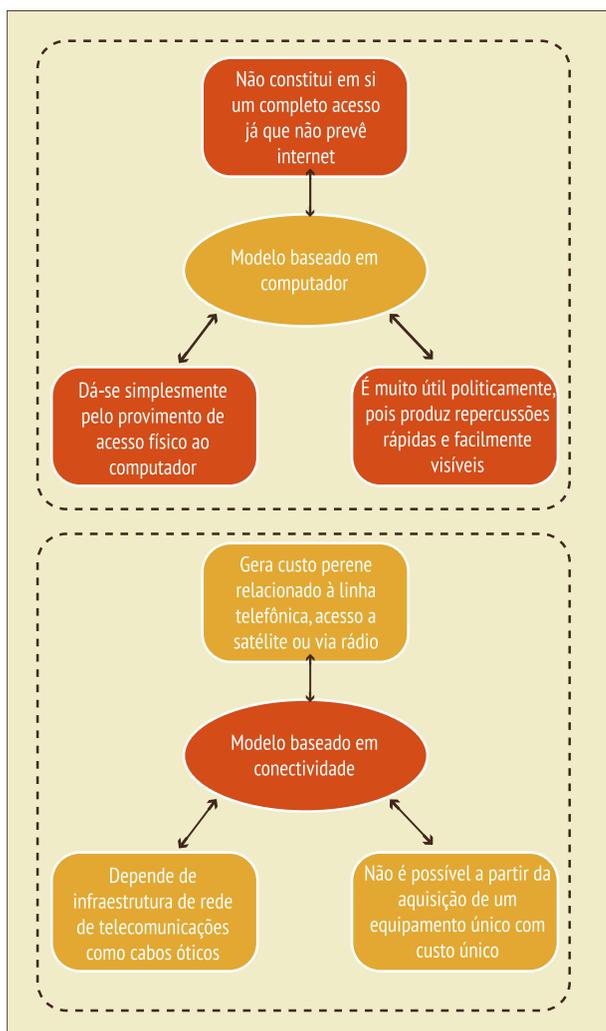
A sociedade e a tecnologia são mutuamente dependentes e se constituem concomitantemente. Essa complexidade inter-relacional constitui elementos problematizadores das hipóteses sobre as causas das exclusões presentes nos contextos. É possível afirmar isso quando se compreende que a falta de acesso ao computador e à internet é elemento que contribui muito para a diminuição das oportunidades sociais, e para piorar isso os sujeitos que já sofrem outros processos de exclusão terão, ainda, maiores dificuldades de serem incluídos na sociedade da informação.

Para elencar as questões conceituais deste trabalho é importante que se discutam, também, os dois modelos mais conhecidos de projetos de inclusão digital: o primeiro baseado em equipamento; o segundo baseado em conectividade. Em seguida abordamos um modelo que leve em conta o letramento como a ponte para o salto qualitativo tão necessário.

Apesar do patente avanço das estruturas das telecomunicações e do desenvolvimento de novas formas de conectividade, ainda não é possível a todos conectar-se em todos os lugares. Como está vinculado a um grande conjunto de questões de infraestrutura de telecomunicações, o modelo de inclusão digital baseado em conectividade é um pouco mais complicado que o modelo baseado em equipamento somente. Isso acontece porque o modelo baseado em conectividade requer uma linha de fornecimento regular, seja por

telefonia normal cabeada, seja por ondas de rádio ou satélite. Assim, não é possível adquirir um equipamento único e com um custo único. O modelo baseado em conectividade, por via de regra, gera um custo mensal perene.

A democratização do acesso à conectividade tem ritmo bem mais lento que a democratização do acesso a computadores, uma vez que depende de toda uma infraestrutura planejada com bastante antecipação.



Partindo para um modelo de projeto de inclusão digital que inclua o letramento, vale lembrar que há pelo menos quatro pontos de forte relacionamento entre o letramento clássico – uso do saber ler e escrever para resolver problemas sociais diversos – e a inclusão digital:

[ambos] estão intimamente ligados aos avanços da comunicação humana e aos meios de produção do conhecimento[,] [...] o acesso à TIC é pré-requisito para a plena participação no estágio informacional do capitalismo, [e] o letramento era (e continua sendo) pré-requisito para a plena participação nos primeiros estágios do capitalismo, [...] tanto o letramento quanto o acesso à TIC precisam de conexão a um artefato físico (um livro ou um computador), a fontes de informação (que se expressam como conteúdos dentro desse artefato físico ou por meio dele) e a um nível adequado de habilidade para processar e utilizar essa informação. [...] Finalmente, ambos estão vinculados a noções algo controversas das exclusões existentes na sociedade: a grande exclusão associada ao letramento e a exclusão digital (WARSCHAUER, 2006, p. 64-65).

A inclusão digital visando a promover a inclusão social tem de avançar da base do suprimento de equipamentos e conectividade como suficiente e enriquecer essa base para que a efetiva inclusão social aconteça. É bem mais que isso: a inclusão digital deve buscar oferecer um conjunto vasto de recursos, de modo tal que seja possível ampliar os poderes econômico, cognitivo, cultural e político dos sujeitos do campo, e consequentemente a sociedade como um todo ganha com isso.

Warschauer (2006, p. 76) defende, então, que quatro categorias de recursos devem permear a construção de políticas de inclusão digital socialmente significativas:



Pode-se entender o centro da questão relacional entre inclusão (ou exclusão) digital e inclusão social como a inevitabilidade do uso do computador e da internet nos processos profissionais, comunicacionais, culturais, de aprendizagem e ensino, políticos, inerentes aos sujeitos diversos no contexto da sociedade da informação. Uma coisa é certa: esse uso não deve ser imposto de fora para dentro das comunidades e dos sujeitos coletivos, para resultar em mudanças verdadeiramente significativas e duradouras. São as comunidades e seus sujeitos que devem apontar os caminhos que a inclusão digital deve seguir.

O que aponta claramente a premência de medidas para incluir digitalmente os sujeitos do campo é o fato de que o objetivo da utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (especificamente do computador e da Internet) “nos grupos marginalizados não é a vitória sobre a exclusão digital. É muito mais que isso. É a promoção de um processo sério de inclusão social” (FERREIRA, 2009).

Para que políticas de inclusão digital aconteçam nesses moldes é preciso enxergar transformação como fator sobreposto que vem antes da tecnologia, ou a inclusão digital com as comunidades do campo brasileiro deve ser permeada por objetivos ligados aos processos de fortalecimento da unidade dos atores do campo, do que entendida como o simples desenvolvimento de competências técnicas como princípio essencial.

O que vai dar a medida da inclusão social como decorrência da inclusão digital é o quanto o processo melhora a capacidade de ação social dos sujeitos em suas comunidades, em suas realidades cotidianas. Pensando que a inclusão social também se refere ao exercício do direito de opinar e colaborar sobre os destinos de recursos diversos, sobre a educação, saúde, lazer, moradia, cultura, emprego, etc., pode-se dizer que a inclusão social se estende para muito além da partilha igualitária dos recursos. É a participação de todos na determinação das oportunidades de cada um e do grupo que concretiza a inclusão social ampla.

5. Política, cognição, economia e cultura na relação com a inclusão digital

O propósito desta parte do trabalho destina-se, em grande medida, a fazer um apanhado geral no que concerne à compreensão dos elementos que devem, necessariamente, compor os objetivos de programas, políticas ou projetos de inclusão digital. Naturalmente tais objetivos devem ser pensados, elaborados e executados sob perspectivas inclusivas amplas que busquem atender, mesmo que elementarmente, a oferta de condições para o desenvolvimento político,

econômico, cognitivo e cultural dos sujeitos atendidos. Neste caso específico, a pauta sempre passará pelos atores sociais ligados ao campo brasileiro.

Programas, projetos e políticas de inclusão digital, de modo geral, buscam resolver ou, pelo menos, diminuir os problemas ligados às principais dimensões da exclusão social. Dentre essas, as que mais estão entrelaçadas com a inserção do uso do computador e da internet no cotidiano social do planeta são as dimensões cognitiva, econômica, política e cultural.

A inserção dos sujeitos do campo em processos que visem o desenvolvimento de suas habilidades com computador e internet para ampliar oportunidades sociais diversas é uma ação complexa que deve ser sempre permeada pelas questões ligadas às condições e situações cognitivas, econômicas, políticas e culturais das comunidades onde vivem tais sujeitos. Programas, políticas e projetos de inclusão digital nas comunidades do campo devem, necessariamente, ter presentes na elaboração de seus objetivos o atendimento dessa perspectiva multidimensional dos fatores da sociedade da informação que incidem sobre as exclusões sociais.

A escolarização básica, vista como a capacidade de domínio da língua e sua forma, tem papel extremamente importante no desenvolvimento da capacidade de comunicar e de criar, assim como o exercício da leitura é capaz de determinar como os sujeitos elaboram sua criatividade e refinam processos mentais de forma a produzir reflexões cada vez mais complexas e aprofundadas. A capacidade de pensamento é potencializada por esses processos ligados à escolarização.

Silveira (2005) entende que falar em alfabetização tecnológica dentro de um contexto de analfabetismo funcional ainda presente pode parecer equivocado e propõe que se concentrem recursos para destruir os mecanismos que produzem esses analfabetos. Diante disso, esse autor ainda acrescenta que é preciso o país elaborar um plano de amplo espectro que consiga informatizar e conectar todas as escolas. As finalidades de um plano assim deveriam apontar no sentido de formar professores para novos ambientes de ensino amparados pela informática, de modo a evitar que os equipamentos fiquem ociosos por falta de habilidades para seu uso pedagógico ou mesmo por não saberem como operar sequer o básico da informática.

Nos Estados Unidos, no primeiro mandato de Bill Clinton, o governo instalou computadores em grande parte das escolas estadunidenses. Como acontece em outros países, boa parte desse equipamento virou sucata em função da falta de uma política de formação específica para professores e da falta de organização do Estado para elaborar uma matriz pedagógica concatenada com

revolução tecnológica que já estava em curso. O que se pode entender dessa e de outras iniciativas que também não deram certo é que a inclusão digital se realizará muito melhor se estiver vinculada a uma escola disposta a se modificar no sentido de pensar novas perspectivas pedagógicas (SILVEIRA, 2005). Assim, os programas, projetos e políticas de promoção da inclusão digital devem ter seus objetivos cuidadosamente elaborados de forma que não se tornem meros esquemas para a distribuição de equipamentos e conectividade. O sucateamento encontrado em algumas experiências pode perfeitamente ter acontecido porque não se estabeleceram, não se pensaram, não se ofereceram condições para que as comunidades vislumbrassem função social nos centros de uso coletivo de computadores e internet.

Em 2007 Corrêa mostrou em sua pesquisa sobre a construção social dos programas de inclusão digital pelo Brasil pelo menos dois focos principais de ação que se repetiam nas propostas de inclusão digital do governo. Um foco voltado, predominantemente, aos aspectos econômicos da exclusão social/digital e outro voltado ao uso do computador e da internet para a democratização do acesso ao conhecimento. A geração de emprego e renda e a oferta de condições aos sujeitos de galgar novas oportunidades econômicas era o mote principal dos objetivos dos programas num primeiro caso. No segundo caso o que vem para o primeiro plano nas metas dos programas é a construção de conhecimento, a construção de redes sociais e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas pelas iniciativas.

Em síntese, o que foi escrito até aqui serve para constatar que os objetivos dos programas de inclusão digital geralmente estão relacionados com uma dimensão política, econômica ou cognitiva da inclusão social que se pretende construir.

Este trabalho é, dentre outras coisas, um momento de análise referente aos programas de promoção da inclusão digital para sujeitos numa realidade específica: o campo brasileiro. Programas de inclusão digital sempre apresentam impactos sociais importantes, e a forma como os objetivos de tais programas, políticas e projetos são elaborados deve ser registrada, porque pode servir como modelo, parâmetro, exemplo para projetos sociais diversos no âmbito da inclusão social. Diante do que foi posto, acredita-se que um programa de inclusão digital para o campo brasileiro deve perpassar por discussões e ações no sentido de ampliar as dimensões política, econômica, cognitiva e cultural das comunidades e dos sujeitos atendidos.

A necessidade da presença da dimensão política na composição dos objetivos dos programas de inclusão digital para os sujeitos do campo baseia-se e justifica-se numa perspectiva estrutural da exclusão social, segundo a

qual boa parte da desigualdade social existente está relacionada com a falta de acesso do cidadão aos meios pelos quais ele possa expressar suas opiniões e se fazer ouvir. Programas de fomento à inclusão digital no campo não podem ser imaginados como neutros politicamente. Outrossim, devem estar carregados de uma perspectiva ideológica que suscite nos sujeitos em processo de inclusão-formação digital construir a consciência da importância da participação cidadã nos destinos da comunidade, do país, do planeta ao qual pertence.

Para Pedro Demo (2003), muito pior do que a exclusão referente ao acesso aos bens materiais é a exclusão dos processos de decisão política sobre o destino da pessoa, da comunidade, do país. A presença, na construção dos objetivos dos programas de inclusão digital, da previsão de uma formação que possibilite a consciência política certamente contribui para que, em algum tempo, os princípios democráticos aí plantados deem frutos para a cidadania plena.

Dentre os resultados relacionados aos processos de inclusão digital pode-se destacar a formação de sujeitos capazes de encontrar a informação de que necessitam na Rede, lê-la, interpretá-la, relacioná-la a uma necessidade específica e resolver um problema com base nessa construção. Isso pode ser visto como parte muito importante de um processo de desenvolvimento da autonomia crítica. O que se quer dizer com isso é que a partir da construção de novos conhecimentos e do embasamento de conhecimentos antigos os sujeitos tornam-se muito mais amparados para defender, rejeitar, argumentar acerca de todas as discussões relacionadas ao seu meio. Ter acesso, saber ler e escolher informação pertinente contribui sobremaneira para a formação política das pessoas. O computador e a internet são ferramentas poderosas no sentido de oferecer essa possibilidade. Desse modo, a inclusão digital favorece, instrumentaliza, fortalece a formação de massa crítica dos sujeitos e seus coletivos.

A presença da dimensão política na formulação de iniciativas de inclusão digital é um elemento que qualifica positivamente um projeto de inclusão, pois isso é sinal de compromisso do projeto e de seus idealizadores com o “desenvolvimento da cidadania e de sujeitos com capacidade de avançar na construção do próprio projeto de emancipação” (FERREIRA, 2009). Diante disso, os termos democracia e cidadania parecem ser duas palavras essenciais na estruturação de projetos de inclusão digital e, sobretudo, são ideias e sentimentos que devem fazer parte da implementação de tais iniciativas. Democracia concebida como a participação efetiva do sujeito nos processos de decisão dos destinos de sua comunidade, e cidadania vista como o pertencimento inalienável do indivíduo ao seu meio social, constituindo peça fundamental no contexto de direitos e responsabilidades vividos em cada coletivo.

Para Corrêa (2007) a promoção de “espaços democráticos para a construção de uma cidadania mais participativa e de sujeitos capazes de resistir às formas de dominação, sejam elas quais forem”, é parte da preocupação de projetos de inclusão digital cujos pontos de vista perpassem as dimensões aqui apresentadas. Projetos com essa visão provavelmente buscarão destacar o desenvolvimento de ações para que se estabeleçam tais espaços.

As questões de emprego e renda são basicamente os elementos estruturais ligados à dimensão econômica, tão pertinente na elaboração e execução de projetos de inclusão digital. A redução dos postos de trabalho decorrentes das mudanças na organização do trabalho e no avanço da globalização (CASTELLS, 2003) é um problema que toca, em diversos pontos, o uso das tecnologias de informação e comunicação, gerando também exclusões sociais. É fato que as tecnologias eliminam tarefas rotineiras e repetitivas e contribuem para a valorização do pensamento como ferramenta de trabalho. De certo modo, as novas tecnologias de informação e comunicação tiveram peso negativo na reordenação dos postos de trabalho no momento em que sua presença automatizou a produção de muitos bens e serviços.

O aumento da velocidade, eficiência e segurança nos meios de comunicação e os novos parâmetros de qualidade do trabalho presentes na globalização alteraram significativamente a necessidade de novas formas de capacitação do trabalho humano. A luta por postos de trabalho agora é global e países em melhores condições de formação de sua população estão em franca vantagem no que diz respeito à disputa por campos de trabalho.

Sobre a dimensão cognitiva nos objetivos dos projetos de inclusão digital é importante deixar claro que cidadãos integrados socialmente são aqueles formados na perspectiva de aprender a aprender. Outra questão a ser amparada nos projetos de inclusão digital é que se contemple nas formações a serem realizadas, a filosofia de que os sujeitos devem aprender ao longo da vida e não somente no âmbito escolar formal. Compreender e aceitar isso é também compreender a efemeridade da relevância dos conhecimentos aprendidos. A validade de tais conhecimento tem curta duração, pois novos conhecimentos mais aprofundados e mais significativos são produzidos cotidianamente. Deve-se preparar as pessoas para se conscientizar de que o conhecimento está em constante processo de obsolescência e de que buscar a renovação é uma tarefa para a vida toda. Um projeto de inclusão digital verdadeiramente inclusivo deve prever processos e ações de estímulo a leituras diversas de modo tal que o sujeito construa estruturas cognitivas que o auxiliem na capacidade de pesquisa para resolver questões relacionadas à construção e reconstrução de conhecimentos específicos, bem como para o trabalho, o lazer e a cultura.

Os aspectos do campo cognitivo que devem ser contemplados devem estar relacionados ao acesso, ao uso, à apropriação e à reconstrução da informação, transformando-a em conhecimento. O uso social do computador e da internet é potencializador do acesso, do uso, da apropriação e da reconstrução da informação como capacidade de comunicação um-um, um-todos, todos-todos. É com a presença dessas ideias essenciais nos projetos de inclusão digital que se amplia o campo da formação dos sujeitos para muito além da dimensão técnica do uso das tecnologias informáticas. Não é apenas fazer como conjunto de procedimentos técnicos; é fazer como prática social.

No contexto que relaciona inclusão digital e exclusão social, há muitas vantagens sociais no desenvolvimento e uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação para resolver as questões da vida das pessoas. De outro modo há consequências negativas dessa inserção e utilização, como demonstra Corrêa (2007) ressaltando que há relações ambivalentes do uso das novas tecnologias no âmbito da inclusão/exclusão digital. O principal aspecto negativo do uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação para a dimensão econômica da exclusão social diz respeito à precarização de alguns campos de atuação profissionais. Refletindo ainda sobre a dimensão econômica, o que surge de positivo é que sujeitos que por uma ou outra condição desenvolveram habilidades com as novas tecnologias são encaminhados a melhores postos de trabalho. Dessa maneira, a formação para o desenvolvimento da intelectualidade como ferramenta de trabalho torna-se um campo fértil para investimentos diversos.

Tratando dos aspectos negativos da inserção das novas tecnologias no meio social para as atividades cognitivas num cenário de exclusão ou inclusão social, vale dizer que os sujeitos que ainda não dominam o uso dos recursos digitais inerentes ao computador e à internet têm limitado seu acesso à informação, que agora circula na Rede em tempo real. Como consequência disso a evolução desse sujeito no que diz respeito à produção de conhecimento e ao avanço cognitivo fica comprometida. Isso pode se tornar elemento gerador de exclusão social decorrente da exclusão digital.

De outro lado, aprender e ensinar agora são práticas imensamente favorecidas pelo uso do computador e pelo acesso às redes digitais. Para Lacerda Santos (2003) surgem desse uso e acesso novos modos de produção do conhecimento.

Existe hoje, também, a disponibilização de muitos serviços e oportunidades de relação interativa com os governos, que tanto pode ser vista como acesso a serviços públicos ou como mecanismo de fiscalização do que o governo realiza.

Além disso é possível nesses espaços a ação dos sujeitos reclamando seus direitos e mostrando sua opinião. Isso é denominado como governo eletrônico.

O E-GOV pode ser entendido como uma das principais formas de modernização do Estado e está fortemente apoiado no uso das novas tecnologias para a prestação de serviços públicos, mudando a maneira com que o governo interage com os cidadãos, empresas e outros governos. O conceito não se restringe a simples automação dos processos e disponibilização de serviços públicos através de serviços *on-line* na Internet [...] mas sim na transformação da maneira com que o governo, através da TIC, atinge os seus objetivos para o cumprimento do papel do Estado (ver Portal Governo Eletrônico, disponível em: <http://www.governoeletronico.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=29>).

Os tipos de transações englobadas dentro do âmbito do governo eletrônico são: a) G2G, que é uma ligação entre governos, ou seja, canais de gestão interna, como intranet; b) G2B, que é compreendido por transações realizadas entre os governos e os fornecedores, e c) G2C, compreendido como o canal de ligações *online* ou por telefonia entre governos e cidadãos.

A exclusão digital, que não permite que o cidadão aprenda sobre técnicas e tecnologias informáticas e de rede, limita a ação do cidadão junto às esferas políticas e a sua interação com o *e-gov*. Vemos aqui que o não uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação tem uma dimensão politicamente excludente que afeta aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de se apropriar dessa forma de relação com o Estado.

A flexibilidade de tempos e espaços de comunicação proporcionada por esses avanços tecnológicos permite o contato dos cidadãos com as ações políticas engendradas no seu meio social. A condição de incluído digital propicia ganho de tempo e economia de recursos para a resolução de questões de ordem burocrática que antes demandavam o ir e vir físico dos sujeitos para acessar serviços públicos.

Segundo dados de 2009 disponibilizados pelo Ministério da Cultura, tem-se o seguinte quadro da cultura brasileira:

- apenas 13% dos brasileiros já viram um filme no cinema;
- 92% da população jamais foi a um museu;
- cada brasileiro lê 1,3 livros por ano em média;

- 16% da população brasileira é detentora de 73% dos livros disponíveis;
- o investimento mensal em cultura de cada família brasileira corresponde a 4,4% do total de seus rendimentos.

A exclusão cultural é a dificuldade de acesso da população aos produtos culturais. Um importante desafio a ser aceito e que certamente colaborará com a redução das exclusões sociais diversas é a “construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas”, segundo sustenta Mark Maloch Brown, que administra o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004).

O Observatório da Imprensa (2004) diz que argumentos em favor da reestruturação do acesso à cultura são fortes e de natureza econômica também. O PNUD anunciou que o comércio mundial de bens culturais, como cinema, fotografia, rádio e televisão, revistas, música, literatura e artes visuais, quadruplicou em dez anos. Esse investimento passou de US\$ 95 bilhões, em 1980, para mais de US\$ 380 bilhões em 1998. Todavia, cerca de quatro quintos desses recursos têm origem em 13 países apenas. As produções de cinema dos Estados Unidos despontam no cenário cultural mundial, pois representam 85% das plateias totais de cinema pelo mundo (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2004).

A dimensão cultural da exclusão social relacionada ao uso de computadores e internet vista por Castells (2003) entrelaça-se, em grande medida, com a configuração de conteúdo e tecnologia construída pelos primeiros desenvolvedores da *Web*. Assim, mesmo com a internet tendo sido pensada e construída – nos tempos atuais – amparada por ideologias libertárias, ela traz em si traços marcantes da elite cultural que dominou o que e como seria ou não disponibilizado do ponto de vista de produtos culturais. Tal produção de conteúdo e tecnologia pensada e implementada pela elite cultural nem sempre se conecta às especificidades culturais dos novos utilizadores. Isso acontece porque a internet se popularizou e se expandiu para além do domínio dos grupos dominantes. Nesse sentido, pode ser que o acesso à informática e à internet ocorra dentro de uma perspectiva de “aculturação” ou de inclusão, impulsionado por necessidades econômicas, políticas e sociais. Todavia, podem surgir aí indícios ou processos claros de exclusão cultural no campo digital. A produção e divulgação de conteúdo cultural na internet por parte de coletivos e indivíduos parece, assim, um direito.



“

Mas tinha o pessoal, também, camponeses. A gente via o esforço dos camponeses mais velhos ali, olhando assim... é uma coisa revolucionária, mesmo, sabe? A gente vê que a pessoa está se descobrindo ali perto dos computadores aos quais nunca teve acesso.

ANDRÉ BISPO

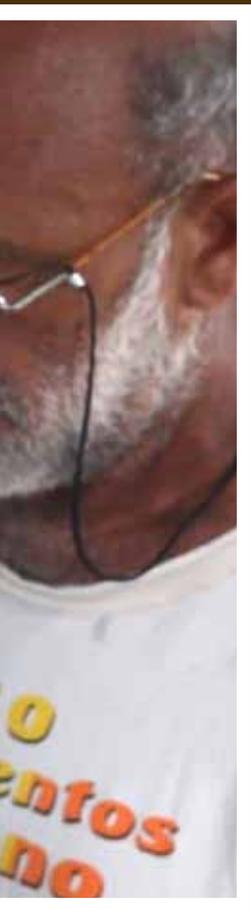
Assentamento Itamarati II, em Ponta Porã (MS)

É só a partir do coletivo que isso vai se dando, vai se organizando, vai dando certo.

JOSÉ FILHO

Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa (CE).

”





CAPÍTULO 3

Estratégias de pesquisa

69

Compor uma pesquisa como esta, na qual se busca priorizar a presença dos sujeitos no texto por meio dos seus discursos, da descrição dos seus contextos e demais detalhes caracterizadores do cidadão em um trabalho escrito, torna-se mais rico quando a estrutura metodológica predominante é qualitativa.

Minayo (2003) entende a metodologia como sendo a estruturação do caminho do pensamento a ser seguido em um processo de pesquisa. A metodologia é basicamente o conjunto de técnicas usado para investigar o que se deseja.

A pesquisa qualitativa está geralmente vinculada a trabalhos científicos na área das ciências sociais. Em grande medida a pesquisa qualitativa é uma abordagem que predomina em processos de pesquisa em que o nível de realidade não pode ser quantificado, ou seja, quando o escopo do trabalho trata do conjunto de crenças, valores, significados e outros elementos de valor subjetivo que não podem ser reduzidos a números, ao cálculo, à representação exata e perfeita.

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem no pesquisador o elemento-chave, e a principal fonte de dados é o ambiente e seus sujeitos. A pesquisa qualitativa busca descrever condições e situações em que se prioriza o processo em detrimento do resultado ou do produto, e a análise dos dados é construída pelo pesquisador de forma intuitiva. Nessa abordagem, os dados e métodos estatísticos não são os mais importantes, porém não são obrigatoriamente descartáveis.

Mesmo podendo enumerar e/ou medir eventos estudados em uma intersecção com métodos quantitativos, a pesquisa qualitativa não prioriza o emprego de instrumental estatístico na coleta e na análise dos dados: envolve, sim, a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos pelo contato direto do pesquisador com os contextos, de modo a poder compreender a situação pela perspectiva dos sujeitos (GODOY, 1995).

Esta pesquisa foi realizada de acordo com as principais características da abordagem qualitativa, que são a imersão do pesquisador no contexto e a postura interpretativa deste na condução do seu trabalho (KAPLAN; DUCHON, 1988). Logo, encontram-se aqui os seguintes elementos: os dados são mais qualitativos, presença de descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos, processos; citações diretas das falas das pessoas e suas experiências; trechos de documentos e registros de campo, transcrições de entrevistas ou falas; informações de caráter subjetivo, relatos de interações entre indivíduos, coletivos, comunidades.

Procedimentos predominantemente quantitativos não dariam conta de subsidiar esta pesquisa, dado o fato de que os contextos, as situações, os fenômenos em estudo eram complexos, de natureza social. Isso quer dizer que, quando o entendimento do contexto social e cultural está localizado num plano privilegiado das escolhas do pesquisador, a pesquisa qualitativa oferece melhores resultados. Em grande medida os processos nesta pesquisa passaram por ações como observação, registro, análise de interações entre sujeitos, análise de relações entre pessoas e instituições (LIEBSCHER, 1998).

O que se realizou aqui foi um estudo de caso onde os instrumentos mais considerados foram a observação, observação participante, entrevista individual semiestruturada ou não estruturada, e análise documental. A estratégia utilizada para checar a consistência dos dados foi o exame detalhado da literatura, comparando as informações obtidas com o que reza a literatura utilizada.

A ideia de combinar métodos quantitativos e qualitativos, defendida por alguns autores, foi produtora aqui e proporcionou uma base de dados mais rica, de modo que a interpretação e validação dos resultados puderam ser mais consistentes (KAPLAN; DUCHON, 1988).

Para fazer a análise dos dados qualitativos a principal estratégia foi dividir os dados brutos em unidades menores e cuidadosamente reagrupá-los em categorias que se relacionam de modo claro com os temas e conceitos presentes na abordagem epistemológica utilizada.

A abordagem qualitativa foi escolhida para este trabalho em decorrência da convergência conceitual dos elementos do contexto pesquisado, das questões que se busca responder, dos objetivos traçados e da fundamentação teórica que embasa este feito.

Foi, dentre outras coisas, no sentido de compreender as relações dos sujeitos do campo com a sociedade da informação engendradas em um contexto de projeto de inclusão digital que se propôs esta pesquisa. Analisar a inclusão digital dos sujeitos do campo no contexto do projeto Territórios Digitais está profundamente relacionado com as características básicas da pesquisa qualitativa colocadas a seguir:

1. O ambiente natural foi a “fonte direta de dados e o pesquisador [...] seu principal instrumento” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11): os dados foram coletados e as observações foram realizadas nas comunidades onde se inserem as Casas Digitais, que são o principal braço do projeto Territórios Digitais.
2. “Os dados coletados são predominantemente descritivos” (op. cit.).
3. A preocupação com o processo foi muito maior do que com o produto (op. cit.): houve o constante desejo e a preocupação com o detalhamento e a discussão dos processos afetos à inclusão digital de modo que fosse possível analisar que movimentos conferem maior ou menor impacto sobre os produtos desta pesquisa e o que é ou deixa de ser pertinente neste trabalho.
4. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida foram focos de atenção especial pelo pesquisador (op. cit.): o que não pôde ser perdido de vista em momento algum nesta pesquisa foi a busca pelo entendimento e a descrição do que pensam os sujeitos sociais – gestores, atores egressos – com os quais se tratou diretamente.

Além disso, manteve-se um estado constante de disposição à escuta das vozes presentes nos discursos dos diversos sujeitos.

1. Estudo de caso

O conteúdo deste livro é um estudo de caso que é considerado como um dos tipos de pesquisa mais recorrentes nas perspectivas da pesquisa qualitativa.

A característica essencial do estudo de caso é o fato de apresentar o emprego de uma estatística bastante simples e elementar para analisar os dados buscados.

A opção pelo estudo de caso permitiu que, no andamento da construção da pesquisa, o investigador pudesse lançar mão da criatividade, redefinindo, reorientando, redirecionando os sentidos do trabalho conforme se dava o surgimento de elementos novos.

As questões fundamentais relacionadas ao estudo de caso, conforme relatam Lüdke e André (1986), podem ser sintetizadas em sete características:

Primeiro é que esse tipo de pesquisa visa à descoberta e, neste caso específico, mesmo partindo de pressupostos teóricos o investigador terminou por reconstruir alguns desses pressupostos, à medida que novos fatos foram emergindo nas buscas realizadas.

Segundo, os estudos de caso enfatizam a interpretação do contexto e foi nesse sentido que a fundamentação teórica buscou, no primeiro plano, situar o tema no seu tempo histórico, de modo a criar elementos contextuais consistentes.

Terceiro, o estudo de caso procura retratar a realidade e para isso buscou-se fazer leituras da inclusão digital sob diversos aspectos espaço-temporais políticos, econômicos, cognitivos, culturais para que se pudesse revelar a situação real dos atores sociais em suas relações com o mundo.

A quarta característica é a possibilidade de utilização de um vasto leque de fontes de dados. Assim, justifica-se a busca por fontes de dados documentais e fontes de dados contempladas no discurso dos diversos atores, como coordenadores, egressos e gestores das instituições abordadas.

O quinto aspecto do estudo de caso está ligado ao fato de permitir generalizações naturalísticas, por isso a escolha da entrevista semiestruturada para possibilitar aos sujeitos fontes de dados refletir sobre as condições de sua própria inserção na comunidade e do uso do diário de campo para registrar informações do contexto.

A sexta qualidade do estudo de caso é que se pode representar, por meio dele, os diferentes pontos de vista presentes na situação social. Em nossa investigação, as tensões oriundas da relação entre os marcos teóricos e as percepções dos atores que foram entrevistados terminam por suscitar um conjunto significativo de pontos de vista em que ocorrem processos de convergência, divergência e complementaridade. Adicionou-se a isso a leitura do projeto Territórios Digitais.

Finalmente, o sétimo elemento caracterizador do estudo de caso é a possibilidade de uso de linguagem mais acessível: o respeito pelo discurso corrente, a formação, os jargões típicos de cada comunidade, dentre outros aspectos, têm de ser contemplados no processo de coleta e análise.

2. Entrevistas

Com a intenção de compreender o que os informantes/entrevistados sabiam, acreditavam, esperavam, sentiam ou desejavam, pretendiam fazer, faziam ou fizeram, bem como de coletar dados acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 2006), é que o principal instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista. Os sujeitos entrevistados foram: gestores das Casas Digitais, sujeitos egressos ou em processo de formação nas Casas Digitais vinculadas ao projeto Territórios Digitais.

A entrevista foi escolhida como instrumento de coleta de dados para que fossem evitadas “visões isoladas, parceladas, estanques” (TRIVIÑOS, 2008, p. 137). A preocupação que permeou a utilização desse equipamento de coleta de dados foi que este tivesse interação dinâmica com a argumentação teórica, e assim foi possível tecer reformulações necessárias no decurso do processo de coleta. A entrevista semiestruturada foi sistematizada por questionários. As entrevistas possibilitaram enxergar novas necessidades de análises e incremento do contexto geral ainda no seu processo de realização. Isso é interessante, visto que reorientações de cunho teórico e metodológico foram realizadas em função dessa característica da entrevista.

As perguntas da entrevista semiestruturada sistematizadas no questionário não surgiram *a priori*: elas foram resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação coletada sobre o fenômeno social que interessa (TRIVIÑOS, 2008, p. 146) – nesse caso, a inclusão digital dos sujeitos do campo.

A organização da coleta de dados partiu de conversa preliminar com a pessoa do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) responsável pelo acompanhamento desta pesquisa do projeto Territórios Digitais no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a indicação dos nomes e contatos dos gestores das Casas Digitais onde as entrevistas seriam feitas.

Houve, também, contato preliminar com os gestores de cada Casa Digital no sentido de encaminhar a presença do pesquisador nessas comunidades, agendando dias e locais para a visita e coleta de dados. Realizou-se conversa com os gestores de cada Casa Digital, já em suas comunidades, visando solicitar a cooperação para a organização das entrevistas.

Finalmente, fez-se uma reunião geral com cada gestor e com sujeitos egressos para apresentar formalmente o entrevistador, antecipando tratar-se de uma pesquisa sobre inclusão digital no âmbito do projeto Territórios Digitais. Os entrevistados tiveram, então, uma visão geral das intenções vinculadas à presença do pesquisador nas comunidades.

Esse conjunto de procedimentos foi importante, pois, geralmente, o começo de uma entrevista pode ser marcado por dúvidas ligadas ao espírito dos entrevistados e do entrevistador.

A construção das perguntas tinha claro propósito de oferecer o máximo de clareza nas descrições dos processos estudados. Assim, o roteiro das entrevistas foi elaborado de forma que não deixasse margens que pudessem, eventualmente, confundir o entrevistado. São perguntas simples, objetivas e rigorosamente relacionadas ao escopo contextual, teórico e metodológico do trabalho.

3. Os entrevistados

Elegeram-se quatro fontes para a coleta de dados neste trabalho: os gestores das Casas Digitais visitadas e objeto desta pesquisa; os sujeitos egressos de projetos ou em processo de formação nas Casas Digitais listadas; textos produzidos por sujeitos ligados à coordenação e ao acompanhamento do projeto Territórios Digitais no âmbito do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) como fontes para o acesso aos documentos de referência do projeto Territórios Digitais.

Os entrevistados foram sujeitos envolvidos diretamente nas questões objetivas da execução do projeto Territórios Digitais como elaboradores ou executores, como gestores locais, como sujeitos diretamente impactados pelas ações fomentadas pelas/nas Casas Digitais.

4. Análise e interpretação dos dados

A análise teve como roteiro, a organização e sumarização dos dados para que essa sistematização de materiais e posteriores considerações a respeito das relações dos dados com as categorias escolhidas nos conduzissem às respostas às questões aqui abordadas.

O processo de análise realizado neste trabalho partiu da construção de um conjunto de categorias descritivas dispersas nos textos teóricos apresentados,

ligados a processos de construção de objetivos de projetos de inclusão digital. Por meio desse conjunto de categorias buscamos identificar:

- Similaridades e relações entre os elementos da construção do projeto Territórios Digitais e os processos de construção de objetivos de projetos de inclusão digital nos moldes discutidos no quadro teórico.
- As relações das respostas dos sujeitos entrevistados com as quatro dimensões da exclusão social – cognição, cultura, economia, política – e os termos-expressões cidadania e democracia.
- Verificação da presença e do nível de articulação das quatro dimensões permeadoras da exclusão social nos termos discutidos no cabedal teórico que subsidiou a construção de tais categorias, nas respostas dos sujeitos.

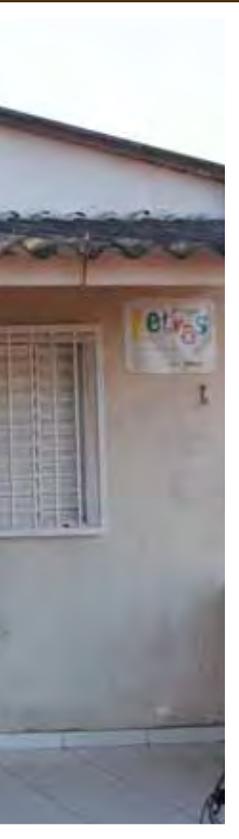
A formulação dessas categorias é fruto da leitura e releitura minuciosa do referencial teórico usado até que se alcançasse uma espécie de “impregnação” de seu conteúdo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 48). As categorias aqui apresentadas são fundamentadas em uma das regras básicas apresentadas por Gil (2006): o conjunto de categorias deverá ser derivado de um princípio único de classificação, o qual, neste trabalho, cabe às quatro dimensões da exclusão social associadas aos termos-expressões cidadania e democracia.

Buscou-se nesta pesquisa a manutenção de certa flexibilidade na coexistência integrada entre coleta de dados e interpretação, em que uma orientava e reorientava a outra e vice-versa.

As principais condições que contribuíram para a construção deste trabalho, na expectativa de que fosse um empreendimento de valor científico e de contribuição social, estão fortemente relacionadas ao compromisso de sua elaboração com a intersubjetividade que constituirá o critério externo e, também, com o compromisso com a consistência, a coerência, a originalidade e a objetivação – não a objetividade – elencadas como aspectos do “critério interno da verdade”, conforme aponta Triviños (2008).



“



O que mais melhorou, no caso, foi a educação dos jovens. Eles estão sempre buscando fazer os trabalhos, pesquisas... melhorou o relacionamentos com os jovens de outras comunidades, com os jovens da cidade. São tantos projetos possíveis que a Casa Digital pode ajudar...

LEYVANETE FERREIRA

Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa (CE).

A pessoa deixa de ser aquele cego que nem meu avô gosta de dizer, e agora começa a enxergar o mundo por inteiro sem sair quase de casa, porque a Casa Digital é bem aqui pertinho de tudo, ficou no centro da comunidade, bem dizer.

MARCIANO

Sítio Soledade, em Mauriti (CE).

”



Cadeiras, mesas e armários



10 computadores



1 servidor



1 impressora



1 ponto de internet



1 antena Gesac

CAPÍTULO 4

A inclusão digital nos Territórios Digitais

79

Enxergar os impactos da instalação das Casas Digitais no campo pelo projeto Territórios Digitais não é possível por meio, apenas, da escuta dos sujeitos que vivem nas comunidades. Há todo um processo que cerca essa compreensão, e saber desses processos é fundamental para o entendimento mais amplo das mudanças na vida dos sujeitos do campo relacionadas ao uso de computador e internet em seu cotidiano. É necessário, pois, mostrar um conjunto de informações que descrevam a metodologia de formação dos gestores das Casas Digitais, as informações do contexto em que estas se inserem e as falas e análises referentes às relações entre os sujeitos e o projeto Territórios Digitais.

1. A metodologia de formação dos gestores das Casas Digitais

A especialista em inclusão digital no meio rural Rossana Moura apresenta em seu *blog* as linhas gerais da proposta metodológica da formação e instituição das Casas Digitais. O texto proposto por Moura - que é consultora do NEAD-MDA - em seu *blog* leva o título: “Políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar como eixo de desenvolvimento sustentável: uma proposta de formação de multiplicadores abordando a importância das tecnologias da informação e comunicação dentro das áreas da Agricultura familiar” (MOURA, 2010).

Ela afirma que o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação é fundamentalmente importante para os assentamentos e comunidades camponesas. Todavia, não é bastante disponibilizar os computadores para as comunidades. Além da disponibilidade desses equipamentos é preciso que

se formem os sujeitos a partir de uma metodologia participativa e vinculada à realidade onde eles estão inseridos. É necessária, portanto, a formação das pessoas da própria comunidade, de modo tal que estas possam conduzir e gerir os espaços digitais de forma autônoma e independente. A ideia, então, é construir conhecimentos e transformar suas realidades com a ajuda das tecnologias digitais. Moura (2010) segue afirmando que “é a partir dessa perspectiva que serão implantados os Territórios Digitais nos Territórios da Cidadania”.

Inserido no âmbito do programa Territórios da Cidadania está o projeto Territórios Digitais. O projeto Territórios Digitais tem o objetivo de implantar Casas Digitais, vistas como espaços públicos e gratuitos para acesso a computadores e internet em assentamentos e comunidades rurais pelo país afora. Além disso, tem o compromisso com a disponibilização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação para “aprimorar os processos de gestão da produção; o controle social das políticas públicas; o acesso à informação; e a formação de rede de troca de experiências” (MOURA, 2010).

Segundo ela,

A partir de experiências acumuladas pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural em parceria com a Universidade Federal do Ceará - UFC, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, dentro de 2 Projetos de Assentamentos – PA no estado do Ceará e 1 PA no Rio Grande do Norte em parceria com o Incra, Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet (hoje transformado em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFET) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, detectamos pontos positivos e frágeis para que pudéssemos propor uma metodologia própria para as comunidades do meio rural (MOURA, 2010).

O ponto de partida do Projeto de Inclusão Digital (Casas Digitais) surge sob a perspectiva “de proporcionar uma cultura digital no âmbito dos Territórios da Cidadania, articulando as novas tecnologias ao processo produtivo, avançando no desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas” (MOURA, 2010). A participação dos multiplicadores é parte importante em todo o processo. Esses sujeitos atuam de forma voluntária, recebendo como contrapartida a experiência e o aprendizado acumulado nessa atividade de formação. Dessa forma, ganham os multiplicadores e a comunidade onde estes vivem. A inserção das pessoas em uma perspectiva de uso dos recursos tecnológicos é um dos elementos essenciais do processo de Inclusão Digital. Além de permitir que as pessoas aprendam a usar computador e internet, o processo de formação visa “proporcionar uma visão crítica das tecnologias e suas potencialidades” (MOURA,

2010). Deste modo, o “domínio das ferramentas de informática é apenas um eixo da inclusão considerando o conceito mais amplo de Inclusão Digital” (MOURA, 2010).

A autora segue dizendo que o entendimento do ser humano como um ser social, histórico e cultural o tornam um sujeito complexo em suas dimensões física, afetiva, intelectual, moral, espiritual. Afirma, ainda, que a liberdade em produzir sua existência é que vai dar a medida do desenvolvimento de suas potencialidades.

Nossa metodologia se funda na possibilidade de contribuir com a formação de multiplicadores críticos, participativos, autônomos, sujeitos da história, com consciência de gênero e de classe e comprometidos com a construção de outro modelo agrícola e agrário para o campo brasileiro. Assim deverá promover diversas situações de aprendizagens que contemplem essa formação, garantindo sempre como ponto de partida o trabalho, a cultura, a pesquisa e as lutas sociais como matrizes formadoras, colocando-se a serviço da construção de um novo sujeito social do campo com ajuda da Cultura Digital (MOURA, 2010).

A proposta de formação está distribuída da seguinte maneira:

MÓDULOS	DESCRIÇÃO
1º	Neste módulo se concentram os primeiros passos, nos quais os sujeitos em formação entram em um processo de conhecimento da realidade: “Percebemos a importância dos primeiros passos, ou seja, conhecer a realidade de cada localidade, de acordo com a cultura, economia e educação, para que possamos focar a capacitação” (MOURA, 2010).
2º	No segundo módulo será tratado aquilo que concerne à formação dos multiplicadores e comunidade ou assentamento. O foco neste módulo não se dará descolado do autodiagnóstico feito pela própria comunidade. Ou seja, preconiza-se o respeito constante àquilo que a comunidade trouxe de suas características e necessidades específicas.
3º	A partir do autodiagnóstico os multiplicadores refletem (com a comunidade) sobre as perguntas e problemas/dificuldades aí encontrados, fundamentando a própria comunidade no sentido de construir alternativas para conviver com as dificuldades com a ajuda dos recursos digitais.

MÓDULOS	DESCRIÇÃO
4º	<p>“Ao final do entendimento do que seja a realidade de cada local, a educação a distância/intercâmbio cultural e virtual será desenvolvida de modo contextualizado com a realidade local dos multiplicadores e das famílias, a partir da proposta da Educação do Campo, utilizando o intercâmbio virtual para a socialização de algumas experiências de Educação do Campo. Os conteúdos serão trabalhados a partir de Eixos Temáticos, buscando vivenciar os princípios de interdisciplinaridade viabilizando o diálogo entre as diferentes temáticas, na tentativa de superar a fragmentação de conteúdos na perspectiva de se aproximar da construção de uma visão de totalidade do conhecimento. A partir da base em uma Educação do Campo; contextualizada e continuada aos/as assentados/as, agricultores/as residentes nos Territórios da Cidadania, a capacitação para o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, objetivamos aprimorar os processos de organização social nas comunidades da Agricultura Familiar. Bem como, nesse processo, reconhecer a realidade das comunidades que vão ser alcançadas pela implantação das Casas Digitais; realizar oficinas de na perspectiva de contribuir com a formação de multiplicadores dialógicos que tenham como princípio tornar as Casas Digitais um espaço educativo, de convívio solidário, de vivência cultural e, sobretudo, de construção de conhecimentos que ajudem a resolver problemas das comunidades; realizar oficinas de formação sobre temáticas comunitárias que incorporem as tecnologias digitais em seu desenvolvimento e realizar oficinas de acompanhamento da atuação dos grupos de multiplicadores formandos a partir da realização da formação básica” (MOURA, 2010).</p>

Assim, todo o processo de formação das Casas Digitais tem seu ponto de partida embasado na Educação do Campo, contextualizada e continuada, aos/as assentados/as e aos agricultores/as residentes nos Territórios da Cidadania, mediante a capacitação para o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, com o objetivo de aprimorar os processos de organização social as comunidades da agricultura familiar.

O que é sugerido nas informações contidas no *blog* de Moura (2010) é a formação de uma equipe local composta de jovens, adolescentes e comunidade em geral, sob estratégias diferenciadas: na modalidade semipresencial, totalizando 388 horas (a ser discutido com cada comunidade devido ao modo de vida/tempo e espaço de cada região). O trabalho durará 1 ano, dividido em quatro meses presenciais e 8 meses a distância com visitas eventuais. Participarão da formação dois grupos específicos: multiplicadores e educadores/membros da comunidade.

Quem é quem no processo, o que sou e o que posso ser

Grupo dos multiplicadores

Será formado por 24 jovens e/ou adultos com disponibilidade para conduzir as Casas Digitais voluntariamente, com responsabilidade e autonomia. As oficinas de formação acontecerão no período da manhã (7h30 às 11h30) e da tarde (13h00 às 17h00).

Grupo dos educadores e membros da comunidade

Será formado por educadores e algumas pessoas da comunidade. Estas terão o compromisso de contribuir com os multiplicadores na organização das Casas Digitais e desenvolver ações/projetos a partir do uso das tecnologias de informação e comunicação, visando o desenvolvimento da escola e do assentamento/comunidade em seus diversos aspectos: organizativo, econômico, educativo e cultural. As oficinas de formação acontecerão à noite (19h00 às 22h00). Essa formação acontecerá a partir da terceira linha de ação.

A intenção, então, é que a partir da primeira etapa cada agricultor passe a se enxergar como indivíduo pertencente a um coletivo e possa perceber/identificar em qual processo pode contribuir melhor.

A seguir descrevemos os detalhes mais pertinentes de cada um dos quatro módulos de formação propostos por Moura (2010):

1º Módulo – Primeiros passos: Conhecendo a realidade: é importante conhecer a realidade onde vivem os sujeitos e as comunidades impactados pela inserção de uma Casa Digital, e para que isso aconteça são realizadas visitas às comunidades ou assentamentos. O objetivo de tais visitas é diagnosticar as potencialidades e necessidades de cada local e atrair e articular as famílias para participar do projeto. Isso é sistematizado por meio de reuniões, conversas informais e atividades coletivas com todos os segmentos etários da comunidade.

2º Módulo – Formação dos multiplicadores de assentamento/comunidade: Partindo do entendimento de que é necessário ajudar e incentivar as famílias das comunidades do campo a adquirir uma cultura digital para fomentar o desenvolvimento

Capacitação em Informática/*Hardware* e *Software*/Sistema Operacional
LINUX - *Software* Livre

O objetivo é formar pessoas da própria comunidade para a gestão das Casas Digitais a partir de práticas coletivas. Esse processo abrange desde a instalação e manutenção preventiva dos computadores até a produção e socialização de conhecimento. Com isso espera-se que os sujeitos da comunidade consigam avançar autonomamente na gestão das Casas Digitais.

Formação em Inclusão Digital/navegação

Esta formação em específico visa oferecer à comunidade a oportunidade de construir conhecimento amplo acerca dos recursos básicos da internet, de modo que esta possa refletir sobre a importância da inclusão digital para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Informática Educativa/Comunicação e Educação

O enfoque deste aspecto da formação é mostrar a importância da informática educativa para as famílias e para o contexto social e cultural da comunidade. A intenção é, em grande medida, apresentar possibilidades educativas do uso de internet e computadores no campo. A ideia é potencializar a formação dos multiplicadores de modo que estes possam guiar os usuários a utilizar o laboratório de forma educativa e produzir conhecimento para a própria rede das Casas Digitais. O que se busca, então, é ampliar as possibilidades dos multiplicadores para que eles colaborem com os usuários no sentido de que estes ampliem sua leitura de mundo a partir do uso de recursos digitais.

Adaptado do texto de Moura (2010).

3º Módulo - Construindo alternativas para conviver com as dificuldades, com a ajuda da cultura digital: O objetivo deste 3º módulo é desenvolver a capacidade de buscar possibilidades e conhecimentos sobre diversas temáticas, que ajudem os agricultores com as dificuldades climáticas e geográficas de

sua região com o apoio do uso de computadores e internet na Casa Digital. O que se tenciona é avançar no processo de desenvolvimento sustentável do campo nas mais variadas dimensões, promovendo atividades por meio de oficinas cuja abordagem é descrita a seguir:

Educação do Campo e Políticas Públicas

O objetivo da oficina Educação do Campo e Políticas Públicas é promover debates em torno das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo e as Políticas Públicas. Vale ressaltar que tal oficina enfatiza a importância da fiscalização, do monitoramento e da avaliação contínua das condições em que as políticas públicas para o campo estão sendo pensadas e desenvolvidas. Ademais, a oficina propõe a discussão sobre o papel dos sujeitos do campo na luta por políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a inclusão social.

Economia Solidária e Cooperação

O foco desta oficina é subsidiar os sujeitos participantes para que estes possam tecer um debate sobre a economia solidária e cooperação. Além disso, propor discussões no sentido de descobrir as diversas maneiras de produzir e gerar renda. Vale ressaltar que os debates em torno das maneiras de produção e geração de renda se dá sob uma perspectiva em que não há empregados ou patrões e os sujeitos desenvolvem atividades na área de bens e de serviços coletivamente. Tudo isso dentro de um processo em que todos são corresponsáveis por todos e pelo processo em si.

Educação Ambiental e Convivência com o Semiárido

Ampliar os processos de reflexão coletiva dos multiplicadores e educadores/comunidade é, basicamente, o objetivo desta oficina. Além disso, a oficina visa ampliar o conhecimento sobre a Educação Ambiental, “seu desenvolvimento histórico e suas relações com as questões políticas e econômicas”. Como atividade prática construir-se-á a proposta de que os multiplicadores elaborem e implantem projetos de sustentabilidade observando as especificidades das condições geográficas e climáticas de cada região.

Agroecologia

O mote desta oficina é, essencialmente, o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e reflexões sobre as tecnologias, de modo a promover condições de sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental. Tudo isso buscando a melhora nas condições de produtividade da terra a fim de contribuir com a formação dos sujeitos do campo sob a perspectiva das filosofias da agroecologia.

Educação Sexual e Saúde

Possibilitar aos multiplicadores e à comunidade o conhecimento básico sobre Educação Sexual e Saúde, a partir da criticidade a respeito da cidadania, dos direitos humanos, das políticas públicas, oportunizando a compreensão de que a saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres é o objetivo central da oficina de Educação Sexual e Saúde. A estratégia pensada é estimular discussões e ações acerca de conceitos e dados culturais que favoreçam a melhoria de qualidade da vida da família. A oficina se baseará tanto em conhecimentos científicos como em conhecimentos elaborados na historicidade da comunidade. As relações da comunidade com os poderes locais relacionadas às políticas de educação sexual e saúde também serão abordadas.

Previdência Social

O objetivo desta oficina é debater e socializar com a comunidade dados referentes à legislação da previdência social, abordando também os planos e benefícios da previdência no setor rural e as formas de recolhimento das contribuições trabalhistas no escopo das categorias às quais se vincula cada contribuinte. Criar uma rede informal de comunicação regional sobre previdência rural é um objetivo secundário desta oficina. Assim, os participantes têm a missão de divulgar na comunidade as informações discutidas na oficina.

Gestão e Comercialização da Produção

O enfoque geral desta oficina é possibilitar que cada participante passe a conhecer e analisar as vocações e potencialidades individuais e coletivas existentes nas comunidades onde se realizará. Pensar as vocações e potencialidades tem como meta a construção de planos de desenvolvimento para as produções primária, secundária e terciária. Esses planos deverão visar o crescimento das cadeias produtivas mediante estratégias inovadoras de gerenciamento para o avanço da produção local.

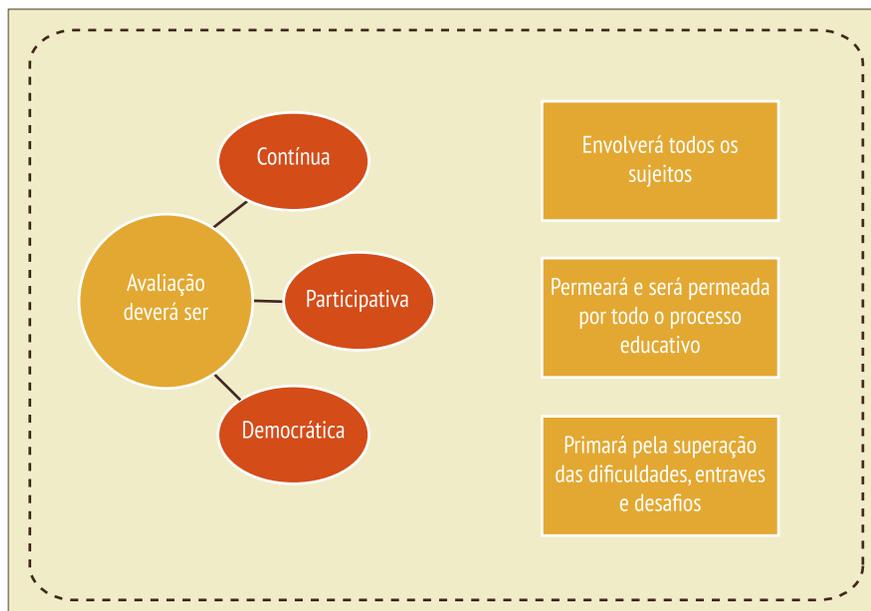
Matemática Comercial e Financeira

Oferecer condições para que os multiplicadores e a comunidade entendam a importância da matemática comercial e financeira sob perspectivas da realidade local é a intenção principal desta oficina. Naturalmente a abordagem da oficina privilegiará tanto conhecimentos forjados na teoria e na ciência formal quanto os conhecimentos construídos culturalmente dentro da história da comunidade. Dentre os conteúdos vale citar: porcentagem e conceito de inflação.

4º Módulo – Educação a Distância/Intercâmbios Culturais e virtuais a partir da proposta de Educação do Campo:

Um dos pilares da metodologia de formação para os gestores das Casas Digitais é o entendimento da necessidade de construção de uma rede de intercâmbio entre os assentamentos e as comunidades dos Territórios da Cidadania para discutir temas, problemas e soluções em comum. Subsidiar a construção dessa rede é o objetivo concernente ao 4º módulo. Para além da construção da rede, este módulo de formação visa levar os participantes a socializar experiências vividas em suas comunidades. É a criação de uma rede de intercâmbio virtual que possibilitará aos diversos sujeitos e suas comunidades socializar suas culturas, enriquecendo seu leque de conhecimento e oferecendo seus saberes aos demais. Neste módulo também se discutirão estratégias para manutenção das trocas de informações *online* entre os diversos sujeitos participantes, já prevendo visitas eventuais entre as comunidades. Isso permitirá a construção paulatina e assistida da autonomia dos sujeitos e das comunidades para o efetivo uso das Casas Digitais.

A avaliação não constitui um módulo específico, todavia é parte essencial de todo o processo de formação. As linhas gerais da avaliação podem ser observadas na figura que se segue:



No que diz respeito aos procedimentos e ações concernentes à avaliação, algumas condições serão observadas e perseguidas. Estão elas elencadas no gráfico abaixo:



Moura (2010) prevê, ainda, que a avaliação se dará em três momentos distintos com o intuito de contribuir nas discussões e no planejamento do funcionamento das Casas Digitais com toda a comunidade. Tais momentos serão executados no início, meio e fim do processo de formação. Mais uma vez, o objetivo da formação e do próprio processo de avaliação é buscar – e encontrar – condições para melhorar a vida dos sujeitos do campo no próprio campo, utilizando as tecnologias digitais presentes na Casa Digital.

2. Casas Digitais: contextos e histórias das comunidades

A riqueza de um trabalho de pesquisa mostra-se mais claramente quando se privilegia a apresentação do contexto em que tal coleta de dados foi realizada. Desejamos que o entendimento do ambiente mais geral da localidade onde está instalada a Casa Digital permita que o leitor compreenda no mais amplo sentido os impactos e os detalhes regionais vinculados ao projeto Territórios Digitais.

Conhecer o projeto Territórios Digitais não pode prescindir do conhecimento da história dos territórios geográficos onde, de fato, se instalaram e se realizaram as Casas Digitais.

A variedade de culturas, climas, distribuição demográfica, estrutura política em cada região do país termina por influenciar significativamente na forma como as políticas de governo e de Estado alcançam os sujeitos em seus contextos.

A opção por mostrar detalhes diversos dos locais onde os dados deste trabalho foram coletados vem apoiar o desejo de que o entendimento do ambiente mais geral da localidade onde está instalada a Casa Digital subsidie em amplo espectro a compreensão dos impactos das Casas Digitais em cada local.

Para a construção desse contexto de pesquisa buscaram-se informações de duas fontes básicas: entrevistas com os sujeitos moradores das comunidades visitadas e informações presentes em livros, *blogs*, *sites*, etc.

Destacamos, ainda, que as informações aqui contidas foram, em grande medida, transcritas literalmente das fontes e por isso não usaremos das citações por trechos de textos como costumeiramente se faz em publicações formais.

2.1 Sítio Soledade (Mauriti-CE)

Em 2009 o Ceará partiu na frente com o Curso de Capacitação dos Gestores Comunitários das Casas Digitais do Campo. Foram concluídos seis cursos para três comunidades - Balseiros, em Ipueiras (CE); Sítio Soledade, em Mauriti (CE); e Assentamento 10 de Abril, em Crato (CE) -, sendo capacitados 120 gestores comunitários voluntários. A capacitação desenvolve-se em dois eixos formativos: possibilitar aos gestores acessar as tecnologias digitais e o conhecimento sobre gestão comunitária.

Os cursos são ministrados nas Casas Digitais, em duas turmas com 20 participantes cada, distribuídos em três módulos complementares em semanas alternadas, com carga horária de 20 horas/aula em cada módulo. Foram ministrados por multiplicadores que vivenciam esta mesma experiência de gestão comunitária voluntária há cinco anos na Casa Digital do Campo no Assentamento de Santana, município de Monsenhor Tabosa (CE). Esta dinâmica de formação “por pares”, em que assentado ensina a assentado, defendida por Paulo Freire, é um grande diferencial para o sucesso da capacitação. Observou-se ainda uma forte identidade dos capacitandos com os facilitadores e o desejo de reorganizações das comunidades em benefício de todos, baseado na possibilidade de mudança da “cultura do ter”, focado no individualismo, pela “cultura da comunhão”, que valoriza as diferenças pessoais, coletivas e culturais, propondo assim essa transformação a partir da cultura digital.

Na formação oferecida foram realizadas atividades do Projeto Arte-Identidade do Instituto Nordeste Cidadania (INEC) do Ceará. Esta ação é

parte do projeto de parceria com o projeto Casa Digital do Ceará (SDA/MDA) em parceria com a comunidade de Sítio Soledade-Mauriti (CE), incentivando ações de resgate cultural, identidade local e fortalecimento da organização. Participaram educadores do Instituto Nordeste Cidadania, facilitadores do curso de capacitação para os gestores da Casa Digital do Sítio Soledade e do Instituto Agropolos e voluntários em arte-educação.

A ação proporcionou o acompanhamento das atividades da Casa Digital de Soledade-Mauriti (CE). Foram trabalhados coletivamente um visual e um ambiente confortável (pintura, decoração, etc.), que valorizassem a vida no campo e a atitude de fortalecimento dos relacionamentos comunitários.

Sítio Soledade é uma comunidade composta por mais ou menos 32 famílias, totalizando aproximadamente 136 pessoas que vivem e sobrevivem basicamente da agropecuária. A comunidade está localizada no município de Mauriti (CE), na Região dos Sertões do Cariri. Em Soledade existe uma associação comunitária com aproximadamente 52 associados.

As famílias têm na associação comunitária seu principal elemento organizativo. A associação comunitária é uma entidade sem fins lucrativos, cuja prioridade é a organização social das famílias. Constitui-se também como um mecanismo de reivindicação e luta na busca por políticas públicas, tais como: crédito, educação, inclusão digital, assistência técnica, execução de projetos, dentre outros, para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental das famílias.

Na comunidade Sítio Soledade há:

Dados Gerais Demográficos e de Infraestrutura do Sítio Soledade
Associação comunitária com 52 associados
Casa Digital
Projeto Mandala, que é formado por grupos de seis famílias, tendo como base a agricultura familiar. É um programa de cultivo orgânico de hortaliças em geral
Estudos bíblicos aos domingos com as crianças
Grupo de jovens
Campo de futebol
Orelhão
Igreja
32 famílias
136 moradores
38 crianças: 18 meninos e 20 meninas
20 idosos: 10 homens e 10 mulheres
39 adultos
36 jovens
22 famílias recebem Bolsa Família
2 famílias têm Pronaf b
12 famílias têm o Seguro Safra, um programa social do governo para beneficiar as famílias que trabalham e vivem da agricultura
7 moradores homens trabalham em outros estados realizando um processo de ida e volta para comunidade
2 mulheres trabalham em Mauriti como vendedoras de loja

Há uma escola bem próxima da comunidade. No passado havia uma escola na própria comunidade, com classes de 1ª a 4ª série. O ano de 1992 foi o primeiro ano de seu funcionamento. No início, atendia apenas a alfabetização, pois quando começou não tinha quantidade suficiente de alunos por série.

Após 6 anos do fechamento da escola, o prédio voltou a ser utilizado como creche (1999), atendendo a um total de 26 alunos. Na creche as crianças recebiam café da manhã, lanche e, no final da aula, quando iam para casa tomavam banho

e almoçavam. As professoras tinham muito cuidado com a higiene das crianças. No ano de 2000 passou a funcionar como alfabetização, atendendo aos alunos das comunidades do Sítio Soledade, Alto da Areia e Sítio Fortuna, em um total de 11 alunos. A partir disso a creche foi desativada.

Educação e escolaridade no Sítio Soledade*
7 crianças na educação infantil
3 alunos do 1º ano
6 alunos do 2º ano
3 alunos do 3º ano
4 alunos do 4º ano
4 alunos do 5º ano
5 alunos do 6º ano
2 alunos do 7º ano
3 alunos do 8º ano
8 pessoas analfabetas
13 pessoas semianalfabetas
29 estudaram até a 4ª série do antigo primário
6 pessoas com o 1º grau completo
9 pessoas com o ensino médio completo
12 pessoas completando o ensino médio
2 pessoas completando o 3º ano pedagógico
*Números aproximados

A comunidade vizinha possui uma escola e nela há 13 professores. Os alunos utilizam o transporte escolar da Prefeitura de Mauriti para se deslocarem para as escolas mais próximas.

Um dos principais problemas da comunidade é o abandono escolar por parte dos jovens que, por não terem oportunidades de trabalho na comunidade, são

obrigados a abandonar a escola para irem trabalhar em outros estados, como Bahia e Goiás.

De modo geral a economia no Sítio Soledade se distribui assim:

Economia no Sítio Soledade

Predominância da produção agrícola, com os principais produtos sendo feijão e milho.

Produção agrícola secundária: arroz e mamona.

4 famílias plantam feijão de irrigação para comercialização.

18 famílias criam gado.

3 famílias criam cabras.

15 famílias criam porcos.

5 famílias criam cavalos.

30 famílias criam galinhas.

Produção artesanal: Há 1 costureira que também produz crochê.

Projetos voltados para a produção: Projeto São José, que já foi aprovado e cujo trator já foi recebido pela comunidade.

Projeto Seguro Safra: Beneficia todos os moradores da comunidade.

Estradas: Há uma estrada que liga a comunidade à cidade de Mauriti (CE) com certo fluxo de veículos, transportando pessoas e tudo o que é produzido na agricultura da comunidade; há, também, outra estrada que leva ao distrito de Palestina, que fica mais perto do que a cidade de Mauriti, todavia em tempo de chuvas não há condições de trafegar por ela, pois não tem uma estrutura adequada.

Energia elétrica: A comunidade é servida por energia monofásica usada nas casas e, também, energia trifásica usada na agricultura irrigada.

Transportes: Há transporte de pau de arara diariamente, levando pessoas à cidade, além dos transportes escolares.

Saneamento básico: Não há saneamento básico na comunidade, todavia uma obra dessas seria muito importante.

Poços profundos: São dois, mas apenas um está funcionando. A água consumida pela comunidade é de ótima qualidade. O outro poço foi desativado porque sua água não era boa e poderia prejudicar a saúde dos habitantes da comunidade.

Poços amazonas: Há oito poços amazonas que são muito importantes para a comunidade. São usados na agricultura irrigada, gerando trabalho para várias pessoas da comunidade. Poços amazonas são poços cilíndricos, abertos manualmente, com o uso de picareta, pá, etc. Mais utilizado pela população rural brasileira, recebe nomes distintos, dependendo da região: cisterna, cacimba, cacimbão, poço amazonas, poço caipira, ou simplesmente poço.

Açudes: Há 1 açude público que serve para o consumo dos animais da comunidade.

Moradia: São 31 casas de alvenaria e 5 de taipa.

Prédio comunitário: Há um prédio comunitário onde hoje se localiza a Casa Digital do Sítio Soledade.

Banheiros: Nem todas as casas da comunidade possuem banheiros para uso de suas famílias de modo a garantir, assim, uma boa saúde. São 21 casas com banheiro e 14 casas sem banheiro.

Posto de saúde: Não há posto de saúde na comunidade.

Templo religioso: Não há capela religiosa na comunidade.

Por que a comunidade se chama Sítio Soledade? Dizem os mais velhos que é em homenagem à primeira moradora da comunidade. Os moradores falam de sua própria cultura e lazer, localizando isso em dois momentos temporais:

Antigamente*

Costumes: Os habitantes tinham o hábito de se reunir na casa de dona Ana Prontidão para conversar e dançar.

Artes: Fabricavam-se utensílios de barro, como panelas, jarros, potes, e também se faziam crochês e bordados.

Canções: No passado se ouvia xote, baião, forró pé de serra, xaxado, manzuca, valsa, bolero. Havia vários moradores que tocavam sanfona, triângulo, zabumba e pandeiro.

Alimentação: Predominavam o angu de leite, o feijão com pão, o fubá, o toucinho de porco, a rapadura, o xerém, a farinha de mandioca, as carnes de ovinos e caprinos, o queijo, o beiju (tapioca) e o mungunzá.

Manifestações religiosas: Comemoração pelo mês de Santa Luzia, no dia 13 de dezembro, e comemoração ao dia de Nossa Senhora de Fátima, no mês de maio; Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, e as novenas do Coração de Jesus.

Festas tradicionais: Comemoração da Festa de Reis, no dia 6 de janeiro.

Cultivo: Cultivava-se mandioca, feijão, algodão preto, milho, fava.

Os primeiros habitantes: Antônio Prontidão, Maria Antônia, Dona Ana, João Prontidão.

Primeiro nome da comunidade: A comunidade, antes de se chamar Sítio Soledade, era conhecida como João dos Bodes, em homenagem a um morador.

Atualmente*

Costumes: Moradores se reúnem em algumas casas para dançar e conversar.

Artes: Confeção de crochê, bordados, costura.

Canções: Forró, *funk*, música eletrônica, axé, *rock*, MPB, arrocha, brega e “tecnobrega”.

Alimentação: Come-se arroz, feijão, macarrão, carne, refrigerante, rapadura, leite, queijo, feijão com pão, vatapá, mungunzá.

Manifestações religiosas: Há católicos e evangélicos. No mês de maio os católicos festejam Nossa Senhora de Fátima. A imagem da Mãe Rainha visita todo mês cada família.

Festas tradicionais: Coroação de Nossa Senhora de Fátima no mês de maio.

*Dados dos próprios moradores.

Não há posto de saúde na comunidade, e quando as pessoas precisam de atendimento médico têm de se deslocar das suas residências até o hospital ou mesmo a um dos postos de saúde na cidade de Mauriti.

Muitas pessoas ainda utilizam remédio caseiro quando estão sentindo algum tipo de dor. As doenças mais frequentes na comunidade são:

Dados de Saúde Sítio Soledade

- Enxaqueca - 4 casos
- Tabagismo - 7 casos
- Pneumonia - 7 casos
- Calazar - 1 caso
- Diabetes - 3 casos
- Hidrocefalia - 1 caso em 2008
- Colesterol - 1 caso
- Hipertensão - 5 casos
- Tuberculose - 1 caso
- Próstata - 1 caso
- P. uterino - 1 caso
- Laqueaduras tubárias - 6 casos
- Catapora - 2 casos recentemente
- Sinusite - 4 casos
- Intoxicação - 1 caso por produtos químicos

No que tange ao meio ambiente, a comunidade lida com o lixo da seguinte maneira: o lixo é dispensado a céu aberto e não há lixão nem a realização da coleta. É comum a prática da queima do lixo. A vegetação típica é a caatinga, e as árvores frutíferas mais comuns são a goiabeira, a bananeira, o coqueiro, o cajueiro e a mangueira. Entre as demais árvores predominam o juazeiro e a timbaúba.

2.2 Assentamento Santana (Monsenhor Tabosa-CE)

No Assentamento Santana o processo de implantação da Casa Digital tem uma história um pouco diferente das outras localidades rurais atendidas pelo projeto Territórios Digitais.

Em Santana o projeto Casa Digital é inspirado na proposta de trabalho coletivo do MDA com o Incra e a Universidade Federal do Ceará (UFC), na busca da inclusão digital no meio rural, iniciada em 2004. Nessa ocasião o Laboratório de Múltiplos da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi o órgão executor da proposta denominada Centro Rural de Inclusão Digital (CRID) e realizou a capacitação dos interessados nos seguintes locais: Assentamento Santana, no município de Monsenhor Tabosa (CE) e no Assentamento Todos os Santos, em Canindé (CE).

O Assentamento Santana aderiu ao projeto Casa Digital em 2010, e alguns dos seus gestores foram contratados pelo Instituto Agropolos para colaborar como facilitadores do projeto Casa Digital nas diversas comunidades em que o projeto está sendo implantado pelo país afora.

O Assentamento Santana tem 21 anos de história, fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras que lá vivem. Hoje, o assentamento é composto por 80 famílias, com uma população de 371 pessoas que vivem coletivamente na terra e adotam um sistema misto de produção.

Segundo informações coletadas, foi possível inferir que todos os assentados têm o básico para sobreviver: têm casa de alvenaria “bem estruturada” e vivem da agropecuária e apicultura, dentre outras atividades. As famílias sonham e buscam a soberania alimentar, ou seja, buscam a liberdade de produzir seus próprios alimentos e conduzir seus próprios destinos. A luta é permanente após a conquista da terra, pois ela se estende para o esforço de permanecer na terra com condição para viver com dignidade.

A comunidade dispõe de um posto de saúde com uma auxiliar de enfermagem e uma agente de saúde. As doenças mais frequentes são: gripes, verminoses, sinusite e crise constante de garganta. As famílias utilizam muito a medicina caseira à base de plantas e ervas, ou seja, a medicina alternativa. A população “produz” parte dos seus alimentos sem agrotóxicos, tendo como incremento a fruticultura, em que são cultivados mamão, acerola, coco, banana, goiaba, graviola e várias hortaliças. A comunidade ainda busca uma exploração mais racional da caprinocultura, disponibilizando as proteínas da carne aos assentados.

As famílias do assentamento sempre procuraram manter viva a cultura dos seus antepassados, resgatando suas raízes e cultivando os valores da solidariedade, da coletividade e da integração com as diversas formas de cultura dos povos vizinhos. A comunidade aplica-se em reconstruir as mais diferentes formas de expressão cultural e artística, como o Reisado, a quadrilha, o teatro, a

fogueira, a roda de conversa, a banda de lata e o grupo de dança, existentes e inscritos numa longa tradição familiar, com forte ligação com a terra. Dentre os aspectos culturais do assentamento destaca-se a Festa de Sant'Ana, no dia 26 de julho. O culto religioso a Sant'Ana é um evento de grande mobilização dos fiéis de várias comunidades e municípios para prestar a sua homenagem ou mesmo pagar promessas. A organização da festa é uma tarefa de todos e todas que fazem parte do assentamento. Toda noite, após as novenas, há quermesse, com apresentações culturais com música e desfile. A Banda de Lata (Raízes da Terra) do Assentamento Santana apresenta-se sempre que há eventos no assentamento. Por exemplo, na festa do assentamento, que é comemorado todos os anos em maio, esta banda se apresenta. Nesse mesmo evento comemora-se a festa da colheita, em que todas as famílias trazem comidas típicas e coletivamente fazem a partilha. Reisado no assentamento é comemorado em janeiro com danças e cantorias. Acontecem várias apresentações no Assentamento Santana e nos assentamentos vizinhos nessa época. Há muito tempo a comunidade celebra as festas juninas com quadrilhas, balões e fogueiras. Assim, o Assentamento Santana vem se consolidando como espaço de produção, fruição e difusão da cultura, de iniciativas artísticas, educacionais e de comunicação. Além disso, esta comunidade tem o papel de irradiar essas experiências, num diálogo permanente entre a tradição e a modernidade.

As famílias do Assentamento Santana, em sua maioria, estão preocupadas com a questão ambiental. Ao longo dos anos vêm procurando desenvolver alternativas sustentáveis, como as práticas agroecológicas, com o intuito de ampliar as possibilidades de construir uma sustentabilidade socioambiental. Em relação ao lixo produzido no assentamento, as famílias vêm procurando dar um destino adequado a ele, fazendo a coleta semanalmente, ou seja, uma vez por semana passa o trator recolhendo o lixo em toda agrovila e este é levado para o local onde é queimado a céu aberto. De todo modo, é muito preocupante o fato de o local onde é colocado o lixo ser inadequado, pois fica perto das margens de um rio. Em relação à flora e à fauna, existe uma "consciência" herdada ao longo das gerações, ou seja, há uma preocupação das famílias com a preservação de determinadas espécies nobres de árvores, como aroeira, catingueira, pau-branco, etc., e animais em extinção, como tatu, mambira, peba, girita, papagaio, periquito, etc. Vale ressaltar que hoje as famílias já estão desenvolvendo algumas práticas para reconstruir a natureza que ao longo dos anos vem sendo destruída gradativamente. Nesse sentido estão sendo desenvolvidas diversas ações, tais como: reflorestamento da agrovila, quintais verdes, plantio de mudas, dentre outras.

O Assentamento Santana, fundado a partir da política de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), está situado

no município de Monsenhor Tabosa, no Sertão do Ceará, Nordeste brasileiro. No assentamento os trabalhadores rurais tecem uma maneira peculiar de organização da produção e da vida cotidiana. O Assentamento Santana estruturou-se basicamente sob dois momentos históricos: no primeiro momento, a sociabilidade do assentamento tinha como base duas mediações centrais. Uma base era a propriedade coletiva da terra e a produção cooperada, em que, para a implantação do projeto coletivo, foram combinadas previamente as relações de controle coletivo necessárias à construção do assentamento. As relações sociais no assentamento são marcadas por vínculos de solidariedade e dependência entre os assentados. Assim, tudo é decidido coletivamente.

A prática social cotidiana dos assentados engendrava um rico aprendizado, demarcado pela produção associada, pelas reuniões e assembleias permanentes, dentre outros.

Porém, esse projeto não teve sustentação, pois as condições de carências materiais, dificuldades de ordem prática nas relações de produção coletiva e no estabelecimento de relações estáveis com o mercado foram obstruindo a sua continuidade.

No segundo momento, o assentamento, embora mantivesse a propriedade coletiva da terra, sofreu uma mudança nas relações de produção coletiva para uma produção mista. A partir de então, estabeleceu-se uma combinação de produção individual (de responsabilidade exclusiva do assentado) e de produção coletiva (mantida pela cooperativa de assentados). Essa alternativa se assentou a partir das demandas internas de ampliação da capacidade de trabalho e de consumo, e externas, como da inserção na lógica de uma economia de mercado.

Dos fatores externos que influenciaram a mudança do projeto de assentamento, destaca-se a política de Estado, através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e das relações de aproximação de alguns assentados com a elite política da região. Pode-se dizer que o que é original nas relações sociais de Santana são as formas de mediações necessárias à manutenção do projeto de assentamento. Essas formas de mediações representam germes de relações sociais superiores, que diferem, em certa medida, da reprodução da sociabilidade burguesa.

A luta pela educação em Santana sempre esteve articulada com a luta para viver no campo com dignidade. Desde a desapropriação da terra as famílias começaram a se preocupar com a educação de seus filhos. Discutiram, desde então, como conseguir uma escola. Foi em uma dessas discussões que decidiram

criar uma comissão formada por pais, educandos, coordenador do assentamento e educadores para reivindicar a construção de uma escola no assentamento.

Em 1987 o prefeito municipal foi procurado pela comunidade para que se viabilizasse a construção da escola. Porém, tal iniciativa não obteve êxito. O assentamento procurou, então, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Incra e, após várias reivindicações, a escola foi conquistada em 1988. Essa conquista ampliou a responsabilidade e o compromisso dos sujeitos da comunidade em lutar pelos direitos.

No ano de 1988 a escola começou a funcionar com turmas da creche à 4ª série (atual 5ª ano). Alguns anos depois começou a funcionar a 5ª série (atual 6ª ano). Desse modo, os jovens não precisavam mais sair da comunidade para ir à cidade estudar. Os educadores locais continuaram seus estudos e, aos poucos, foram se formando.

A partir de um processo de votação, em que todas as famílias participavam, a escola do Assentamento Santana passou a ser denominada Escola São Francisco de Assis. Isso aconteceu devido à crença religiosa dos assentados, por serem devotos de São Francisco. Dessa forma, foi acatada a opinião dos assentados quanto ao nome da escola, o que demonstra o respeito dos indivíduos às decisões coletivas.

Todas as conquistas do assentamento foram construídas no dia a dia, com o movimento dinâmico dos sujeitos em sua construção histórica, ou seja, a partir do enfrentamento das necessidades e da busca de sua satisfação. Foi assim que os moradores do Assentamento Santana conseguiram a implantação do ensino médio. No ano de 2002, um grupo de educadores juntamente com as companheiras e companheiros do assentamento, apoiados pela cooperativa, começaram a descobrir alternativas para superar alguns problemas da educação. Esse grupo de educadores, reunido em assembleia, apresentou a proposta de reivindicar dos órgãos públicos o ensino médio para o assentamento. Os membros da comunidade concordaram com a ideia e, desde então, esse grupo de educadores, com a ajuda do presidente da cooperativa, envidou esforços para conseguir implementar o ensino médio no assentamento.

Em 19 de maio de 2002 a sala de aula foi aberta, mas anexada às Escolas Estaduais Vicente Ribeiro do Amaral e Governador Adauto Bezerra, situadas na sede da cidade de Monsenhor Tabosa (CE). Foi, então, em 2006 que se conseguiu a implantação do curso profissionalizante do 3º pedagógico, também anexo às referidas escolas acima citadas.

A estrutura física das escolas em questão é muito precária e não comporta a quantidade de educandos matriculados. Além de atender à comunidade urbana local, ela atende às comunidades e aos assentamentos vizinhos, bem como aos educandos de outros municípios. As aulas funcionam em locais inadequados, como igreja, garagens e galpões.

Mesmo diante de algumas limitações e dificuldades, os educadores locais estão trabalhando com o projeto da Educação do Campo, a partir da proposta do MST.

A escola que a comunidade desejava teria de ter espaços educativos diversos, dentre os quais se destacavam: horticultura, viveiros, arborização e ambiente virtual de aprendizagem. Os moradores de Santana consideram esses espaços educativos como importantes para todos aqueles que pensam em uma educação do campo emancipatória e numa sociedade diferente, sem exclusão.

Após muitas lutas, em dezembro de 2007 o assentamento conseguiu a aprovação do projeto de construção física de uma escola, com um valor aproximadamente de dois milhões e quinhentos reais.

Inaugurada em 14 de junho de 2011, a Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes foi a quarta das cinco unidades escolares a serem construídas em assentamentos rurais pelo governo do Estado do Ceará. O empreendimento contou com investimentos dos governos federal e estadual, no valor de R\$ 2,7 milhões.

Agora os alunos, que antes se dividiam em vários espaços cedidos pela Prefeitura local e pela comunidade para assistir às aulas, terão uma escola de qualidade e que respeita as especificidades dos que participam do movimento pela reforma agrária.

A Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes tem 12 salas de aula, com capacidade para 540 alunos em cada turno. Dispõe de laboratórios de Química, Física e Biologia, biblioteca, sala de vídeo e informática, dependências administrativas, ginásio poliesportivo, pátio coberto e anfiteatro.

A Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes ficou sob a jurisdição da 13ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede), sediada em Crateús.

Compartilhando a proposta de que a gestão deve ser um processo de responsabilidade coletiva, a escola do assentamento tem as seguintes instâncias:

Coletivo de Educação do Assentamento composto por 12 pessoas, Direção Coletiva da Escola, Núcleos de Base do Assentamento, Coordenação dos Núcleos de Base da escola, Coletivos de Educadores/Educadoras e Assembleia Geral.

Santana vem, pois, construindo um projeto de Educação do Campo, ou seja, um projeto de campesinato voltado ao contexto ambiental do povo camponês, na perspectiva de que a teoria e a prática caminhem juntas e que a escola ultrapasse as cercas e muros.

Acompanhado, no Ceará, pelo Instituto Agropolos, o projeto Casa Digital é um espaço público, gratuito, de gestão comunitária e voluntária, onde se utilizam computadores e internet para estudo, pesquisa e construção de projetos em benefício das comunidades do campo. O Assentamento Santana mantém alimentado sistematicamente um *blog* pelo qual divulga sua história e as mudanças ocorridas desde a instalação da Casa Digital.

Vale ressaltar que o Instituto Agropolos é uma instituição que responde a uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No primeiro momento após a instalação da Casa Digital, o papel desse Instituto e do governo do Ceará foi o de colaborar na mobilização de agricultores e professores para serem gestores do desenvolvimento de suas comunidades por meio das ferramentas da informática.

O processo de formação na Casa Digital de Santana começou com um curso gratuito em gestão comunitária e informática básica de 80 horas/aula. A prioridade de atendimento era para moradores da zona rural. A partir daí cria-se uma rede de troca de experiências entre as comunidades do campo do Estado do Ceará, em um processo de diálogo entre as “Famílias das Casas Digitais do Campo” e também por meio dos *blogs*.

2.3 Assentamento Itamarati II (Ponta Porã-MS)

Ponta Porã é um município localizado a oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste do país. Ponta Porã faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, com quem mantém um forte laço comercial, social e cultural. Isso permite aos dois povos uma convivência amigável que consolida a harmonia dos seus habitantes, por meio da manutenção de suas diversidades culturais.

O município localiza-se entre os paralelos 21° e 23°, com latitude sul 23°32'30", longitude oeste 55°37'30", cuja área total atinge 5.359,30 km². A altitude de Ponta Porã em relação ao nível do mar é de aproximadamente 655 m. Ponta Porã é o

segundo município em altitude do estado. A capital do estado, Campo Grande, dista 328 quilômetros de Ponta Porã.

As temperaturas médias anuais registradas nos últimos anos situam-se assim: mínima de 16°C a 5°C e máxima de 27°C a 30°C. No relevo predominam grandes áreas planas, levemente onduladas. O ponto mais alto do município de Ponta Porã é a Serra de Maracaju, com 720 m acima do nível do mar.

Na vegetação há a predominância dos campos limpos, formados por grandes áreas de gramíneas rasteiras. Por isso o estado é tão rico em pastagens naturais.

Segundo Neto (2011), em meados de 1972 um empresário adquiriu uma área com 50.000 ha, onde iniciou uma plantação de soja. Essa área passou a ser chamada Fazenda Itamarati. A Fazenda Itamarati atingiu padrões de produtividade bastante significativos para a agricultura brasileira.

A combinação de tecnologia de ponta e técnicas inovadoras de administração transformou a Fazenda Itamarati em um símbolo nacional da agricultura moderna. Isso se deu nos últimos 30 anos.

Há registrado nos anais da agricultura brasileira uma série de recordes de produção da Fazenda Itamarati. Na década de 1980 ela recebeu o reconhecimento de ser a maior plantação de soja do mundo. Já nos anos 1990, a fazenda se destacou como um ícone da produção nacional de algodão. Além disso, ainda, bateu todos os grandes empreendimentos de produção nacional de milho.

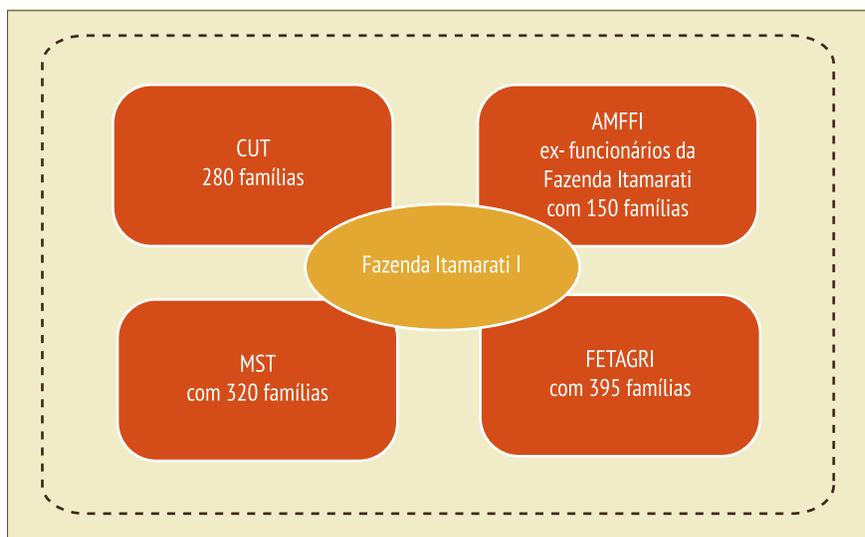
Uma característica que marcava claramente o nível de investimento tecnológico da Fazenda Itamarati era o seu vínculo com a pesquisa em agricultura e seus grandes projetos inovadores na área de irrigação de grandes espaços.

A excelência em pesquisa em agricultura da Fazenda Itamarati fundou novos patamares de expansão na produção de soja. Em seus laboratórios foram elaboradas mais de uma centena de novas variedades de soja. Foi nessa fazenda que se instalou um dos laboratórios agrícolas pioneiros no campo brasileiro.

A área onde hoje estão instalados os Assentamentos Rurais Itamarati I e II, que são os maiores do mundo, foi historicamente marcada pela existência de grandes empreendimentos na agricultura e por conflitos fundiários.

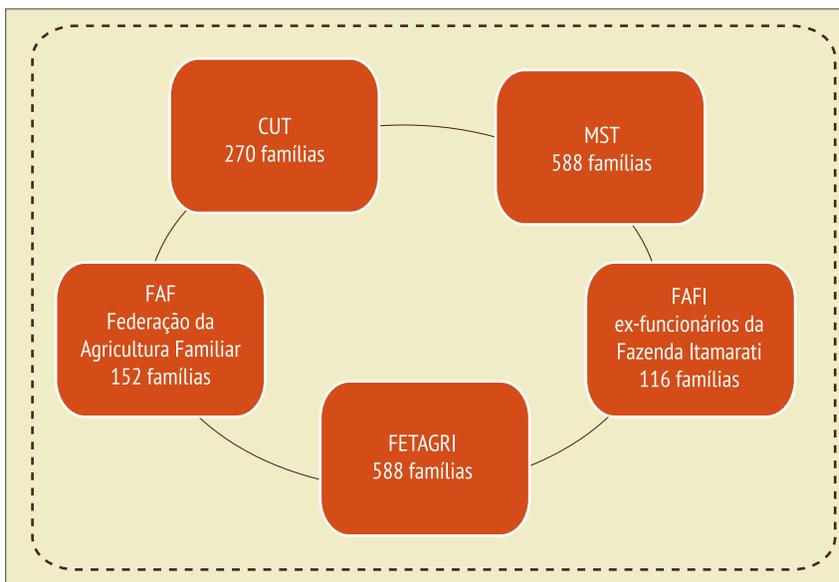
Em novembro de 2000, foram vendidos 25.508 hectares para o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que estava em consórcio com o Governo Federal nessa compra. Essa área foi repassada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em maio de 2001. O Incra, então, implantou o Assentamento Itamarati I, com 1.145 famílias.

Há a predominância de quatro movimentos sociais rurais no Assentamento Itamarati I:



Em agosto de 2004, o Governo Federal adquiriu a outra metade da fazenda, com um total de 24.619 ha. Nessa área foram assentadas 1.714 famílias no espaço que ficou denominado como Assentamento Itamarati II.

No Assentamento Itamarati II são cinco os movimentos sociais rurais que se destacam:



O que se pretendeu como diferencial do Assentamento Itamarati é que as estratégias de desenvolvimento rural da região fossem pautadas por relações vinculadas ao cooperativismo, à participação popular, ao trabalho-produção coletivos.

Além disso, diante do legado tecnológico da Fazenda Itamarati, almejou-se que a comunidade pudesse se utilizar dos procedimentos técnicos e operacionais já engendrados naquele espaço antes da distribuição da terra aos novos assentados. A ideia era que tais procedimentos e decisões pudessem ser realizados na parceria entre Incra, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituições de apoio ao crédito e os próprios assentados.

O investimento nos dois assentamentos (Itamarati I e II) já supera os R\$ 100 milhões de reais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) já disponibilizou cerca de R\$ 22 milhões de reais para o Itamarati I e algo em torno de R\$ 25 milhões de reais para o Assentamento Itamarati II.

Os dados populacionais dos Assentamentos Itamarati I e II são bastante significativos.

Dados Populacionais

13.730 habitantes vivem nos 50.127 hectares totais.

11.900 habitantes vivem nos lotes-parcelas.

1.830 vivem nas 350 casas da antiga sede.

A população dos dois assentamentos corresponde a 17,85% da população do Município.

A população é maior que 34 dos 78 municípios do Mato Grosso do Sul.

Dados do IBGE 2010

As residências dos núcleos na área da antiga sede da Fazenda Itamarati têm como característica a falta de rede de esgotos. Também são relativamente precárias a iluminação pública e a qualidade da água. A rede telefônica convencional fixa das poucas residências que possuem esse serviço também não funciona bem. Existem *Lan Houses* que utilizam internet via rádio. Os telefones celulares só funcionam com o auxílio de uma antena externa fixa.

É necessário o uso de antenas parabólicas para ter acesso à televisão.

O assentamento foi dividido em lotes. Além dos lotes há, ainda, na área próxima à antiga sede da fazenda, 330 casas residenciais e 130 prédios destinados ao comércio. Essa estrutura está construída em uma área de 3 ha pertencentes à Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

O comércio local se distribui conforme no gráfico a seguir:



O Itamarati possui três Escolas Estaduais e uma Municipal, com 3.350 alunos matriculados. Além disso, há na comunidade a atuação de uma faculdade com cursos via satélite. Há registros, também, de aproximadamente 100 alunos que cursam faculdades em Ponta Porã e Dourados.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2009 revela: Índice médio municipal de 3,6. O melhor índice entre as escolas do município

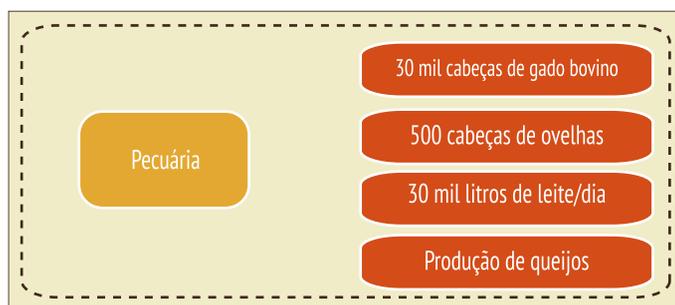
é de 4,7 e pertence à Escola Estadual José Edson Domingos dos Santos, que se localiza no Assentamento Itamarati I.

No território do assentamento há quatro Postos de Saúde em pontos estratégicos e um Posto de Saúde 24 horas na área mais central. Porém, alguns atendimentos só podem ser realizados no Hospital Regional de Ponta Porã. O atendimento de toda a população do Itamarati é feito pela equipe de saúde local. O assentamento possui uma ambulância.

A parte mais movimentada do assentamento fica a 54 quilômetros de Ponta Porã. A rodovia que cruza o assentamento é a MS-164. As estradas vicinais internas do assentamento totalizam cerca de 680 quilômetros e por elas transitam aproximadamente 1.600 motocicletas, 400 carroças e cerca de 1.500 outros veículos. Existem, também, linhas de ônibus para Ponta Porã que são utilizadas por mais ou menos 650 passageiros diários. Além disso, há linhas de ônibus para as cidades de Dourados (MS), Antônio João (MS), Bela Vista (MS) e Campo Grande (a capital do estado).

A área total dos dois Projetos de Assentamento – Itamarati I e Itamarati II – é de 50.127 ha. Desse total, 39,5 mil hectares são de terras agricultáveis. Há, ainda, estruturas capazes de processar e armazenar cerca de 500 mil toneladas de grãos. O Assentamento Itamarati é uma área de grande abrangência de variedades na agricultura.

Os números gerais da agropecuária dos projetos de assentamento em questão são:



2.4 Assentamento Fazenda Larga (Brasília-DF)⁴

Um grupo de famílias, composto em sua maioria por carroceiros, vivia em uma área situada próxima ao local onde hoje se situa o campus da Faculdade UnB-Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília, no Bairro de Planaltina, em Brasília. Essas famílias, de modo geral, realizavam, nesse local, atividades vinculadas à agricultura de subsistência e ao transporte, frete, usando carroças, cavalos, burros e similares.

No antigo local de moradia dos assentados da Fazenda Larga foi criado, em 1996, pela Lei Distrital nº 1.318, o Parque Recreativo Sucupira. Esse parque possui 250.000 m², com uma vegetação que é constituída por cerrado e perpassada pelo ribeirão Mestre D'Armas, córrego Fumal e abriga a nascente do córrego Buritizinhos.

O parque está localizado no perímetro urbano da Região Administrativa de Planaltina, entre o Setor Norte e a Vila Nossa Senhora de Fátima. É, hoje, o único parque urbano da cidade.

Foi o deputado Daniel Marques o autor da lei de criação do Parque Sucupira. Com isso surgiu a necessidade da retirada das famílias que lá habitavam, e depois de vários debates envolvendo vários órgãos encontrou-se um local para onde pudessem ser transferidas as famílias. O local destinado a isso foi a área isolada nº 11 da Fazenda Larga, com 225 ha. Essa área havia sido recém-reintegrada à Secretaria de Agricultura e era utilizada para permanência de animais apreendidos pelo Departamento de Defesa Agropecuária. Dos 225 ha existentes, foram destinados 115 ha para a criação de 63 parcelas, ficando o restante como área de reserva legal, com a finalidade de preservação ambiental.

Efetivamente, o ano que marcou o início do assentamento foi 2003. Em abril desse ano vieram as primeiras famílias para garantir a posse da área, que também era pleiteada por um grupo de acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

No mês maio de 2003 foram demarcados e construídos os terraços em toda a área com o apoio da Seapa-DF e Emater-DF. A realização dos sorteios e entrega dos respectivos lotes aos novos moradores foi concretizada no dia 29 de julho. Isso aconteceu sob a supervisão e presença das entidades envolvidas.

⁴ Ver <<http://www.parquesucupira.com/p/historico-do-parque.html>>, <<http://ematerpipiripau.blogspot.com.br/2009/05/historico-do-assentamento-da-fazenda.html>> e <<http://fazendalarga.blogspot.com.br/>>.

Assim, já em agosto chegaram as primeiras famílias para morar no local. A primeira família a se estabelecer no Assentamento Fazenda Larga foi a do senhor Juscelino de Jesus Santos. Dois meses depois, já em novembro, deu-se início às primeiras atividades agrícolas, com plantios de mandioca, abóbora, milho e feijão. As sementes para esse plantio foram doadas pela Seapa-DF. A primeira pessoa a nascer de família residente no assentamento foi a menina Ketlyn. Ela nasceu no dia 5 de dezembro de 2003.

Em janeiro de 2004 foi implantada a primeira Unidade Demonstrativa da área a partir de um pequeno plantio de mandiocas com variedades da Embrapa Cerrados. Tal atividade foi acompanhada pelo articulador da pesquisa/extensão dessa entidade. Em março foi realizada uma palestra com o Sindicato e a Organização das Cooperativas do Distrito Federal (OCDF) no sentido de estimular a consciência cooperativa. Ainda no mês de março o cadastramento das famílias residentes no local foi iniciado.

O início das obras de fornecimento de água tratada para as propriedades aconteceu em abril, por meio da então denominada Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB), hoje Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. Em maio, alguns produtores participaram do primeiro treinamento de irrigação localizada e, em abril, os primeiros produtores, entusiasmados com a irrigação, iniciaram os primeiros cultivos irrigados.

O maior desafio no ano de 2005 foi vencer a luta para que o Incra documentasse o reconhecimento do Assentamento Fazenda Larga. Para que isso se concretizasse foi realizado um diagnóstico participativo com a definição das propriedades. O destaque desse diagnóstico era elencar dados que fortalecessem os argumentos para a regularização da situação fundiária e disponibilidade de água para irrigação. A Associação dos Produtores da Fazenda Larga (Aprofal) foi criada em 22 de fevereiro de 2005. A partir de sua criação iniciou-se a produção de frutas em pequena escala, que já parecia ser uma das vocações da região.

No mês de julho de 2005 o Incra iniciou o cadastramento das famílias assentadas visando ao reconhecimento do assentamento. Concomitantemente, se acentuaram as atividades da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) na busca de soluções para os problemas mais específicos do assentamento.

Em 30 de dezembro de 2005 ocorreu a publicação da portaria de reconhecimento do assentamento pelo Incra. Ainda nesse mês foram iniciadas as obras da construção do centro comunitário numa construção antiga existente no local.

O início do aporte financeiro ao assentamento ocorreu a partir de 2006. O centro comunitário foi inaugurado no dia 11 de maio. Esse centro comunitário institucionalizou a sede física da Aprofal. É nesse local que passaram a ser realizados, a partir de então, os eventos da comunidade e as reuniões mensais da Aprofal.

Em primeiro de junho foram criados novos lotes na área isolada nº 13, de modo tal que incrementou o número de lotes, aumentando para 83 o total de parcelas habitáveis. Neste mesmo mês foi realizada a primeira festa junina da comunidade e iniciou-se a implantação da rede de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília (CEB). O primeiro financiamento para construção de estufas, com recursos do Programa Creditralho da Secretaria de Trabalho foi liberado em novembro. Ainda nesse mês foram liberadas as primeiras Declarações de Aptidão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tais declarações foram emitidas pelo Incra e subsidiaram o início da produção de pimentão em estufa.

A implantação da Unidade Demonstrativa do Uso de Conservativo Água na Agricultura Familiar foi realizada na propriedade do senhor Juscelino de Jesus Santos. Esse espaço foi utilizado como unidade didática para demonstração de várias tecnologias de produção de hortaliças com o uso conservativo da água.

Os primeiros recursos do Pronaf foram liberados a partir de janeiro do ano de 2007. Esses recursos foram direcionados para atividades como horticultura, fruticultura, avicultura e também para apicultura. Seguindo os trajetos da vocação regional foram construídas estufas para apoiar essas atividades. Ainda nesse ano iniciou-se a colheita de pimentão de estufa. Esse foi, provavelmente, o pontapé inicial no que diz respeito às efetivas ações de geração de renda a partir da instalação das famílias no assentamento. Em 2007 também começaram a implantação das atividades econômicas subsidiadas pelo Pronaf e as primeiras colheitas na Unidade Demonstrativa.

Entre 2008 e 2010 ocorreu uma série de visitas de grupos de estrangeiros oriundos de países da América Central e da África. O Assentamento Fazenda Larga foi reconhecido como modelo, e a partir de 2010 começou o trabalho no sentido de realizar o licenciamento ambiental do assentamento.

3. Inclusão digital no campo na voz dos sujeitos do campo

Nas análises dos dados coletados por meio das entrevistas com os gestores e usuários das Casas Digitais, as falas dos sujeitos do campo são relacionadas aos principais elementos que afetam ou são afetados pela exclusão social em

sua relação com a inclusão – ou exclusão – digital: cognição, cultura, política, economia, cidadania e democracia.

É uma perspectiva de análise pautada por diálogos analíticos (em texto escrito) entre o pesquisador e os entrevistados, em que são apontados os impactos e as reverberações da presença e utilização das Casas Digitais no campo, associados ao conteúdo dos discursos dos homens, das mulheres e das crianças do campo. Em itálico as falas mais significativas das relações dos sujeitos do campo com as Casas Digitais, e em negrito os impactos, reverberações, relações de causa e efeito, observações pertinentes dessas relações percebidas pelo pesquisador.

3.1 Casas Digitais e cognição

A análise das falas dos entrevistados, neste trabalho, parte de uma percepção da cognição nos discursos dos sujeitos, dentro do entendimento de cognição partilhado por Maturana, que afirma:

ao usar a palavra cognição na vida cotidiana em nossas coordenações de ações e relações interpessoais quando respondemos a perguntas no domínio do conhecer, o que nós observadores conotamos ou referimos com ela deve revelar o que fazemos ou como operamos nessas coordenações de ações e relações ao gerarmos nossas afirmações cognitivas. É evidente que na vida cotidiana agimos sob a compreensão implícita de que a cognição tem a ver com nossas relações interpessoais e coordenações de ações, pois alegamos cognição em outros e em nós mesmos apenas quando aceitamos as ações dos outros ou nossas próprias ações como adequadas, por satisfazerem o critério particular de aceitabilidade que aceitamos como o que constitui uma ação adequada no domínio de ações envolvido na questão. Consequentemente, o que nós como observadores conotamos quando falamos de conhecimento em qualquer domínio particular é constitutivamente o que consideramos como ações – distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões – adequadas naquele domínio, avaliadas de acordo com nosso próprio critério de aceitabilidade para o que constitui uma ação adequada nele. Em outras palavras, o conhecimento é constituído por um observador como uma capacidade operacional que ele ou ela atribui a um sistema vivo, que pode ser ele ou ela própria, ao aceitar suas ações como adequadas num domínio cognitivo especificado nessa atribuição. Por essa razão, há tantos domínios cognitivos quantos forem os domínios de ações – distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões – adequadas que

os observadores aceitarem, e cada um deles é operacionalmente constituído e operacionalmente definido no domínio experiencial do observador pelo critério que ele ou ela usa para aceitar como ações – distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões — adequadas as ações que ele ou ela aceita como próprias deste domínio. Chamo o critério que um observador usa para aceitar certas ações como ações que definem e constituem um domínio cognitivo de critério de aceitabilidade que define e constitui esse domínio cognitivo (MATURANA, 2001, p. 127).

Analisando o ambiente, o contexto geográfico e cultural nas comunidades, o que se pode observar claramente é que os processos cognitivos foram significativamente impactados pela presença da Casa Digital nessas comunidades, como retratado, a seguir, pelos próprios sujeitos que vivem essa experiência⁵:

O elemento central das ações realizadas nas Casas Digitais é educação/formação.

A partir de quando a Casa Digital foi implantada a gente teve um conhecimento, teve como ensinar para a comunidade um pouco do que a gente aprendeu com os professores [formadores da Casa Digital] que vieram de Santana.

Eu acho que ela [Casa Digital] contribuiu mais na educação, contribuiu na união da comunidade, contribuiu em muito mais coisa que a gente não lembra agora...

[Por exemplo], meu irmão fez um curso de técnico em edificações. Todo o curso dele, ele fazia os trabalhos dele aqui e enviava para lá.

A educação a distância tem o acesso facilitado pela presença de computador e internet no campo propiciada pela instalação da Casa Digital na comunidade.

Para mim foi muito importante a vinda da Casa Digital. Logo no início, quando eu fui fazer a inscrição do curso técnico em edificações pelo Programa e-Tec Brasil, fiquei aguardando o resultado para saber se eu tinha sido aprovado. Mas eu não sabia ainda que vinha a Casa Digital para cá. Daí eu fiquei com aquele receio: “Será que vai dar certo? Eu me deslocar aqui do Sítio até Mauriti, 12 quilômetros de distância de viagem para fazer as aulas via internet”. As aulas do curso de técnico em edificações que fiz tinha aulas online e aulas presenciais nos finais de semana em Mauriti e nos finais de semana em Juazeiro do Norte-CE [a 92 quilômetros do

⁵ Os fragmentos de textos que aparecem entre colchetes são inserções do pesquisador no sentido de esclarecer, explicar, organizar elementos do contexto e do discurso dos sujeitos. Os textos em itálico representam as falas dos entrevistados. Os textos em negrito referem-se às análises do pesquisador ligadas à categoria de análise em questão.

Sítio Soledade onde o entrevistado mora], também. *Aí, logo, logo, veio a notícia que tinha chegado a Casa Digital aqui. Que tinha sido aprovada essa Casa Digital aqui na comunidade. Para mim foi importante demais, porque desse jeito eu só tive dificuldade de deslocamento para lá [locais onde tivesse lan house] nos primeiros dois meses. Quando instalou [a Casa Digital] aqui, aí pronto! O restante do curso eu fiz quase todo mesmo por aqui. Só ia lá para Mauriti nas aulas presenciais, quando vinham os professores de Juazeiro do Norte, e aí eu deslocava daqui para lá. Mas ela [Casa Digital] foi essencial para eu ter êxito no término [conclusão] desse curso. Moro aqui pertinho [da Casa Digital] e toda hora que eu tinha um tempinho eu vinha cá e fazia os meus trabalhos, pesquisava alguma coisa que tinha que pesquisar, fazia os trabalhos aqui.*

Nós se juntava nós dois e vínhamos fazer trabalho aqui na Casa Digital, entrar na área de trabalho lá [Ambiente Virtual de Aprendizagem] do e-Tec e pesquisar algumas tarefas que vinha e responder alguns questionários, algumas coisas que vinha pela internet. Tinha muita coisa via e-mail, via internet, tudo online. Só nas aulas presenciais é que nós íamos lá [a Mauriti ou Juazeiro do Norte, cidades próximas à comunidade Sítio Soledade, onde mora o entrevistado] nas provas presenciais.

No e-Tec tem o Ambiente Virtual de Aprendizagem. O nome dele era Moodle. Lá tinha fórum de discussões, tinha chat para debater algumas coisas e a pessoa deixava no ambiente Moodle mesmo, deixava e-mail, essas coisas assim, e o colega da gente passava e-mail para a gente para tirar alguma dúvida e nós mandávamos e-mail para o professor, tirando as dúvidas... tudo via internet, tudo online.

Para minha faculdade eu faço atividades todos os dias pela internet, praticamente. Porque se eu não fizer eu levo falta lá. Pela internet eu faço os trabalhos, as atividades, eu assisto vídeos dos professores, tenho professores online, aí se eu tiver alguma dúvida, né? A gente tem um grupo que usa ali a webcam. Uso os computadores da Casa Digital para fazer as minhas atividades da faculdade...

A internet colabora nos processos de aprendizagem vinculados às atividades laborais dos sujeitos do campo.

Porque qualquer coisa que a pessoa queira saber, como a pessoa é da roça aqui, luta com a roça, com animais e plantação, etc., se tem algum animal com algum tipo de doença e a pessoa não está por dentro [não conhece] daquela doença, pelos sintomas a pessoa vai, abre o Google [ferramenta de busca de informações na internet], no site de pesquisa Google ou outro qualquer e entra lá e sabe, e aprende lá qual o tipo de doença daquele sintoma... a pessoa não fica mais como meu avô gosta de dizer: "a pessoa não fica mais aquele cego".

Pesquisa escolar feita perto de casa, sem necessidade de grandes deslocamentos, impacta a organização da comunidade, seja do ponto de vista do acesso aos meios de informação, seja nos potenciais gastos e despesas com transporte para fora da comunidade.

Eu fiz o ensino médio na escola estadual em Mauriti. Eu tinha que me deslocar 12 quilômetros para ir e 12 quilômetros para vir todos os dias. Assim, meus pais, minha mãe fez até a sexta série e meu pai até a quarta série. A gente tem aquele contato direto com o pessoal que trabalha na roça mesmo... meus pais são agricultores, mas devido eu ter frequentado a escola até o ensino médio, e estar lidando com o pessoal urbano, a gente vai tendo um desenvolvimento melhor. Eu ia e voltava todo dia da cidade e usava o transporte municipal. Todo o meu trabalho da escola era pesquisado aqui. Eu vinha, pesquisava todo trabalho para apresentar ou estudar. Aqui tem a Arca das Letras, que tem por volta de uns 250 livros. Lidar com a informação usando a internet é bem mais rápido, prático e te estimula mais até para a gente aprender mais. No livro a gente começa a ler dá aquele cansaço, aquele sono, e no computador, não. No computador vai estimulando, a gente vai lendo, vai tendo mais aquela vontade de ler... o aprendizado é bem melhor através da internet. Eu me canso menos usando o computador para ler. No computador eu sempre estou movimentando a mão, trocando a página, vai colando, copiando e isso já desperta mais. É isso! No computador tem aquela mistura... Ao mesmo tempo a gente faz várias coisas, né?

A juventude [tem] através da casa digital, o acesso à informação, à tecnologia, a juventude passa a querer estudar mais, a querer obter mais espaço, a querer se apropriar da informação, se desenvolver...

A parceria entre escolas, professores e Casas Digitais amplia o campo de atuação da escola e enriquece suas possibilidades de construção do conhecimento. Além disso, esse processo viabiliza o diálogo comunitário e permite a circulação de conhecimento para além do âmbito escolar.

Os professores utilizam o espaço da Casa Digital, os recursos didáticos e pedagógicos, para poder potencializar suas atividades dentro da escola.

Como os alunos passam um ou dois turnos na escola, os professores iriam motivá-los dizendo que a Casa Digital está desempenhando esta atividade onde vocês podem ler e acessar e trazer informações para que a gente [escola] possa enriquecer as aulas e as discussões. Isso culminava desta forma: distribuindo plantas. Além desse teve duas professoras que desenvolveram projetos disciplinares com suas aulas, que foi um que se chama "Soletando a liberdade no campo" e o outro era "Sujeitos do presente". Ambos não foram desenvolvidos diretamente pela ou para a Casa Digital, mas tinham uma ligação, porque o "Sujeitos do presente" era desenvolvido em sala com temáticas como rádio-documentário, redação, poemas... mas estes assuntos os alunos tinham que aprofundar

os conhecimentos vindo para a Casa Digital pesquisar. Isso se tornou uma ponte, um acesso que o projeto teve com a Casa Digital. O objetivo da professora era incentivar os alunos a pesquisarem, estudarem, produzirem, interpretarem e já construindo conhecimentos sobre questões inerentes à nossa realidade, como cultura, juventude e êxodo rural. O projeto tinha vários instrumentais que os alunos usavam, como redação, rádio-documentário, entrevista, música, paródia, partindo de alguns temas ligados à juventude. Daí eles vinham para a Casa Digital fazer a pesquisa. Isso era o “Sujeitos do presente”. No “Soletando a liberdade no campo” a professora trabalhava com língua portuguesa, e o projeto é baseado em programas de televisão onde se soletra as palavras. A professora indicava os textos a serem lidos e geralmente os alunos procuravam a Casa Digital para aprofundar. Apesar dos alunos terem livros em casa a internet da Casa Digital sempre foi mais um auxílio, um subsídio. Em alguns desses projetos foram os gestores da Casa Digital que contataram a escola para estabelecer parcerias e, em outros, o caminho foi o contrário: a escola buscou conversar com os gestores da Casa Digital para viabilizar os projetos. Sempre houve um diálogo estabelecido nessa relação. Então, há uma comunicação recíproca entre as instituições [escola e Casa Digital].

Os alunos das escolas da comunidade fazem pesquisa direto aqui. Essas meninas que estão aqui [na Casa Digital] agora estão fazendo trabalho para a escola. Já teve professores que vieram aqui também para organizar, planejar suas aulas ou fazerem inscrição para concursos.

Por exemplo, vários trabalhos da escola os professores mandam seus alunos direto para cá para fazer. Para os trabalhos que precisam de computadores, de internet, os professores já mandam os alunos direto para a Casa Digital, porque não tem outro lugar em que seja possível fazer isso.

Eles [os jovens e as crianças] usam bastante a Casa Digital para as pesquisas, os trabalhos de escola... geralmente o professor pede para pesquisar alguma coisa e eles já chegam logo direto [na Casa Digital] para pesquisar.

A educação a distância em cursos de curta duração, visando à formação de trabalhadores, reúne dois lados da comunidade: os sujeitos em processo de escolarização formal e as pessoas que não estão mais na escola.

Os primeiros cursos de educação a distância na comunidade aconteceram por meio da Casa Digital. Foram cursos ofertados por algumas instituições, até mesmo estaduais. Tivemos cursos realizados por meio da Fundação Demócrito Rocha. Todos os professores e alunos da escola participaram e os primeiros cursos foram realizados na Casa Digital.

A gente fez um curso de treinamento de iniciação à informática pelo Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991], e no Senar eles oferecem vários cursos de educação a distância.

O acesso à educação universitária amplia-se com o uso dos computadores e internet das Casas Digitais.

Eu pessoalmente utilizo muito os computadores da Casa Digital para leitura e para acessar sites referentes à área ou às disciplinas que eu estudo em meu curso de Serviço Social. Acesso muito o site do Conselho Federal da categoria, acesso sites de autores relacionados à minha área de formação. Eu acesso principalmente o computador como fonte de leitura. O curso de graduação em Serviço Social que faço utiliza um ambiente virtual de aprendizagem chamado Moodle. Além do Moodle, todos os estudantes de meu curso têm uma conta de e-mail com comunicadores instantâneos, por meio do qual nos falamos por texto. Assim nós falamos com os tutores a distancia, com os professores que ministram as teleaulas e com os professores presencialmente. Quando eu venho para casa e me surgem dúvidas eu, por meio do e-mail e do comunicador instantâneo, me comunico, dialogo com colegas e professores. Também faço isso por meio do ambiente virtual Moodle. Os professores postam para a gente vídeos, teleaulas e slides por meio do ambiente virtual Moodle. Nós enviamos e recebemos comentários de atividades avaliativas pelo próprio ambiente virtual de aprendizagem. Funciona mais ou menos assim: um professor nos pede para escrever um determinado artigo sobre um tema relacionado ao currículo do curso e daí nós pesquisamos, digitamos e enviamos para o ambiente virtual de aprendizagem utilizando exclusivamente os computadores da Casa Digital. Outras pessoas que utilizam a Casa Digital também fazem cursos por meio da Casa Digital.

Vou fazer o curso de Pedagogia e vai ser na EaD. A Casa Digital deverá ajudar muito para eu participar do meu curso.

Formação continuada de professores é uma área em expansão em algumas comunidades, impulsionada pelo uso dos recursos das Casas Digitais.

Meu irmão está fazendo especialização em Educação do Campo na Universidade Federal do Maranhão e ele utiliza, também, ambiente virtual de aprendizagem para realizar o seu curso. Além disso, professores da comunidade já participaram de cursos de especialização em gestão escolar oferecidos pelo estado [Ceará]. Este curso também foi oferecido na modalidade EaD e foi utilizado o espaço da Casa Digital para isso.

As Casas Digitais ampliam o entendimento (já existente) da importância da educação e potencializa o acesso da comunidade à informação e aos processos cognitivos sistematizados e formais.

Aqui no assentamento, dentro do processo de organização da coletividade, algo que é bem prioritário é a questão da educação. A gente faz uma análise das comunidades que ficam em torno do assentamento que a maioria da juventude, ao alcançar a maioridade, migra para outras cidades na perspectiva de ter uma vida melhor, de ter

uma vida mais digna, e a gente, enquanto comunidade, acredita que a educação é um caminho. É através dela que o sujeito vai galgar seus espaços, vai conseguir se apropriar do conhecimento. Isso aqui no assentamento é bem permeado por essa filosofia. E a Casa Digital também incorporou, e nós, como agentes, damos esse trato na sua gestão e na sua estrutura e organização. Então, hoje aqui no assentamento nós já temos jovens que são formados: são 8 jovens que são formados em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, temos uns 13 jovens que se formaram em cursos técnicos em Zootecnia e Agropecuária no Instituto Federal, temos 13 jovens, também, que fazem graduação em Serviço Social, temos jovens que fazem curso de Veterinária, Administração. Então, assim, essa filosofia já é algo que é parte da cultura do assentamento.

A formação técnica em informática dos sujeitos nas comunidades pode ser mais ou menos organizada e acontece em todas as comunidades.

Foram 152 diplomas emitidos [Curso de Informática Básica em Linux], mas é lógico que outras pessoas acessam sem fazer curso, porque assim qual que é a linha nossa aqui? Nós trabalhamos da seguinte forma: das 7h da manhã às 10h é aula. Então veja, se nesse tempo de aula tiver alguma máquina desocupada, não impedimos que alguém da comunidade chegue e utilize a máquina. Desde que ele não atrapalhe a metodologia do professor, entendeu? Então tem essa orientação... e também depois, porque a Casa Digital fica aberta das 7h às 11h na verdade, e a aula é de 7h às 10h, então nós temos duas horas por dia que qualquer pessoa pode vir e acessar na hora em que ela quiser.

Existe um núcleo que acompanha, e aqui no certificado a assinatura da gente da Casa Digital. Quem assina é a secretária municipal de Educação, a diretora do Nutem [Núcleo de Tecnologias em Educação Municipal] e o coordenador do MST, que sou eu... no certificado tem tudo do curso que nós estamos oferecendo: Introdução à Informática e Digitação; Sistema Operacional – Linux Educacional; Processador de Texto – Writer; Apresentação Gráfica de Slides – Impress; Planilha Eletrônica – Calc; Internet.

A gente tem um grupo de 18 gestores da Casa Digital que trabalham voluntariamente, dentro de uma escala de trabalho. Tínhamos 50 gestores da Casa Digital, e alguns se afastaram por motivos pessoais diversos e nós sentimos a necessidade de atrair mais jovens, que ainda não estavam inseridos no processo, para o espaço da Casa Digital. E para isso foram realizadas capacitações de Linux, de manuseio das tecnologias digitais, até mesmo para esses jovens se apropriarem e serem os futuros gestores da Casa Digital. Com isso nós temos jovens que buscam outros horizontes, e mesmo assim a gente não deixa o projeto Casa Digital estagnar.

Cada vez mais temos mais gente se formando no curso que a Casa Digital oferece. Só que eles voltam querendo cursos mais avançados, uma coisa assim a mais. Geralmente tem alunos procurando para saber se já estão sendo oferecidos cursos mais avançados para eles fazerem, porque eles querem continuar e muitos não têm computador em casa para ficar se aperfeiçoando, treinando, praticando.

Entendendo o fenômeno cognitivo como fenômeno autoproduzido e observando o contexto educacional, geográfico, econômico, político e cultural nas comunidades, o que se pode afirmar é que há um conjunto de fatos, situações e condições surgido ou fortalecido pela inserção da Casa Digital nesses ambientes. Isso pode ser sintetizado em duas linhas, que são: Abrangências Macro e Abrangências Específicas:



Abrangências Específicas

A Casa Digital é um espaço de autoformação dos sujeitos da comunidade.

A Casa Digital viabiliza a formação de professores de modo geral.

Facilita a aproximação dos sujeitos do campo com a Educação a Distância.

Permite e dá suporte às parcerias e diálogos entre escola e uso de computadores.

Possibilita o acesso à Educação a Distância.

Colabora nos processos de aprendizagem vinculados às atividades laborais dos sujeitos do campo.

Dá suporte à pesquisa escolar feita perto de casa sem necessidade de grandes deslocamentos.

Impacta a organização cognitiva da comunidade seja do ponto de vista do acesso aos meios de informação, seja no que diz respeito a despesas com deslocamentos.

Emerge como instituição que fomenta a relação entre escolas, professores e computadores ampliando o campo de atuação da escola e enriquecendo suas possibilidades de construção do conhecimento.

Colabora na viabilização do diálogo comunitário, ampliando a circulação de conhecimento para além do âmbito escolar.

Apoia cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

Reúne dois lados da comunidade: os sujeitos em processo de escolarização formal e as pessoas que não estão mais na escola.

Amplia as possibilidades de acesso à educação universitária a partir do uso dos computadores e da internet em suas dependências.

Expande a formação continuada de professores pelo uso dos recursos informáticos.

Reforça o entendimento da importância da educação e operacionaliza o acesso da comunidade à informação e aos processos cognitivos sistematizados e formais.

Oferece formação técnica em informática aos sujeitos nas comunidades.

3.2 Casas Digitais e cultura

Ampliando as bases teóricas para as análises concernentes aos impactos da instalação das Casas Digitais nas comunidades visitadas, duas contribuições são especialmente importantes no sentido de compreensão da perspectiva de pesquisa que guiou este trabalho.

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas. Deformar uma cultura é uma maneira de abrir a porta para o enraizamento de novas necessidades e a criação de novos gostos e hábitos, sub-repticiamente instalados na alma dos povos com o resultado final de corrompê-los, isto é, de fazer com que reneguem a sua autenticidade, deixando de ser eles próprios. Ao longo dos séculos, a cultura se manifesta pelas mais diversas formas de expressão da criatividade humana, mas não apenas no que hoje chamamos “as artes” (música, pintura, escultura, teatro, cinema etc.) ou através da literatura e da poesia em todos os seus gêneros, mas também por outras formas de criação intelectual nas ciências humanas, naturais e exatas (SANTOS, 2000).

As Casas Digitais modificam a cultura dos coletivos e dos indivíduos do campo, todavia,

As mudanças culturais ocorrem quando há as mudanças no emocional que define as redes de conversação em que se vive. Em geral, estas mudanças culturais ocorrem simplesmente porque vão mudando as condições de vida e as pessoas vão mudando o que fazem, ou porque há situações experienciais que resultam, em nosso caso, em uma reflexão que nos leva a querer viver de outra maneira. Mas, o viver é sempre conservador. As culturas são conservadoras, de tal modo que uma mudança pode ser imperceptível, no sentido de que uma pessoa não se dá conta porque as condições de vida vão mudando, ou mudam as condições de vida sem haver mudança cultural porque o emocional segue sendo o mesmo. Por exemplo, penso que seja o que acontece com a tecnologia da comunicação atualmente. Ou porque há situações que são comoventes, que faz com que alguém se pergunte por que está vivendo de um modo que não gosta, de estar vivendo num determinado momento (MATURANA, 2004).

Observadas as duas citações, de Santos e de Maturana, é que se permite que os sujeitos e seus discursos sejam atores diretos da análise e reflexão sobre os impactos das Casas Digitais em suas comunidades. É patente que há impactos importantes no campo cultural nessas comunidades com a inserção das Casas Digitais em seu meio. O que se mostra aqui são as falas e relatos que denotam tais interferências positivas da presença do projeto Territórios Digitais nestas comunidades⁶:

A Casa Digital tornou-se elemento de unidade para os eventos comunitários diversos, isto é, a novidade da presença da Casa Digital revitalizou processos e relações sociais. Além disso, o uso de computadores e internet da Casa Digital amplia os repertórios culturais dos sujeitos do campo, enriquecendo o repertório já existente.

Todo evento que a gente faz a comunidade sempre está presente, sempre nos ajuda, como na festa de hoje [era festa de 2 anos da instalação da Casa Digital quando a entrevista foi realizada].

[O que acontece nas festas de aniversário da Casa Digital] é forró. A banda de forró começa a tocar [e dura] das 9h às 2h da manhã...

Antes, aqui, praticamente não tinha festa. Agora, anualmente, a gente faz o aniversário da Casa Digital. No mês de maio a gente tem o novenário de Nossa Senhora Imaculada Conceição, e isso a gente já vai para internet pesquisar dia de novena, cântico novo, essas coisas da padroeira; a gente pesquisa tudo na internet. Dia primeiro a Santa já começa a andar [ser levada de casa em casa] e a gente já pesquisa os cantos para a gente ir ensaiando para no final do mês ter a coroação. Fica tudo mais moderno e mais atualizado. Eu baixo música do Palco MP3 [site de download de música], coloco num CD. Fotos, também, passo da câmera digital para o CD através do computador.

No espaço da Casa Digital, além dela [da Casa Digital] tem a Arca das Letras, e aqui este espaço é também utilizado como espaço de convivência. Um exemplo disso é quando os jovens vêm se inscrever para utilizar o horário e acabam ficando por aqui. Um dos focos do trabalho na Casa Digital é estimular o acesso à leitura... a Casa Digital é, sim, um espaço de convivência, onde as pessoas se integram, se conhecem e quando chegam comentam: "Olha, acesse aquele site assim...", compartilham as informações.

As questões culturais engendradas a partir da presença da Casa Digital são perpassadas por questões econômicas, no sentido de manutenção dessa instituição.

⁶ Os fragmentos de textos que aparecem entre colchetes são inserções do pesquisador no sentido de esclarecer, explicar, organizar elementos do contexto e do discurso dos sujeitos. Os textos em itálico representam as falas dos entrevistados. Os textos em negrito referem-se às análises do pesquisador ligadas à categoria de análise em questão.

A gente pega vai vendendo a bebida para o lucro ficar com a Casa Digital. Essas festas também servem para arrecadar dinheiro para manter a Casa Digital.

O cinema, meio de difusão cultural distante do interior do país, reinventa-se a partir da criatividade dos sujeitos do campo e dos recursos presentes no conjunto de equipamentos fornecidos pelo projeto Territórios Digitais.

Veio uma ideia, quando chegou o Datashow; quando ele chegou, a gente ficou muito curioso, os técnicos montaram, nós mesmos não tínhamos aquele conhecimento de montar e botar para funcionar. Ficamos todos admirados... eu digo: "Não! Aqui nós vamos fazer o seguinte: essa mesma admiração que nós estamos tendo nós vamos passar para aquele pessoal mais velho". Isso era para o pessoal que não gosta muito de frequentar a Casa Digital, pois sempre tem aquelas pessoas que não frequentam muito a Casa Digital com medo de vir e desmontar alguma coisa... Aí nós bolamos aqui com os gestores da Casa Digital que estavam atuando, bolamos de fazer um cineminha, pelo menos de vez em quando, um cineminha aqui na Casa Digital, com o Datashow e os computadores.

Nós usamos o projetor para fazer cinema comunitário, como no final do ano a gente fez... a gente reúne toda a comunidade e as comunidades vizinhas também tiveram o prazer de vir e ajudar a gente.

Com essa festa de hoje, eu tenho fé em Deus, a gente vai arrecadar mais dinheiro para organizar cada vez mais aí dentro [a Casa Digital]. É muito importante... a comunidade se reunindo... antigamente, quando não tinha energia, o povo todas as noites estava nas casas contando histórias, e hoje não. Hoje todo mundo tem sua televisão... Quando a gente faz uma coisa dessas [festa de aniversário da Casa Digital] todo mundo larga as televisões e vem para cá, se reúne, conversa, vão conversar as coisas para botar o papo em dia e assim desenvolve a comunidade.

A cultura da comunicação predominantemente oral se expande com o uso de redes sociais populares no meio digital.

Hoje a maioria usa mais o Facebook. É um programa que está mais em alta. Usam para se comunicar, fazer mais amizade, conversar com os amigos, muitas coisas... postar fotos e ficam muito conhecidos.

Tem também a questão das redes sociais, que é o que o pessoal mais usa... Eles se comunicam com parentes, com amigos que às vezes foram embora para um outro país ou para uma outra cidade.

O uso de computadores interfere nos hábitos tradicionais das crianças das comunidades.

Antes dessa Casa, aqui, essas estradas eram cheias de jumento [e as crianças ficavam montadas neles] para cima e para baixo, arriscando levar uma queda e se quebrar... Hoje não. Depois que essa Casa Digital chegou é difícil "o cabra" ver algum jegue aí, porque eles abandonaram os jumentos e o negócio deles agora são os computadores.

A democratização do acesso aparenta reduzir o tamanho dos degraus de formação entre os sujeitos.

Antes da Casa Digital ninguém sabia de nada de computador aqui. Isso de computador não existia na cabeça de ninguém daqui... Eram poucos que usavam. Às vezes quem sabia era professor, aí ia para a rua [cidade] para fazer algum estudo ou coisa assim e usava lá naquelas lan houses, naquelas coisas. Eu mesmo vim conhecer o computador depois que foi implantada a Casa Digital.

A Casa Digital serve como espaço para a instalação do Projeto Arca das Letras, e isso amplia as possibilidades de acesso a bens culturais, articulando cultura clássica e cultura digital.

Nós também fomos contemplados com o Projeto Arca das Letras, aonde vieram vários livros, e fizemos uma pequena biblioteca aqui mesmo no espaço da Casa Digital. O Projeto Arca das Letras veio ampliar mais ainda os conhecimentos das crianças. Foi até bom, porque no início, e até hoje também, vem vários usuários numa hora só e aí os computadores não comportam todo mundo, e com o Projeto Arca das Letras foi feito uma área ali na frente e o gestor distribui os livros para os meninos que vão ter que esperar vagar computador. Antes de vir a Arca das Letras os meninos ficavam meio sem ter o que fazer enquanto esperavam. Uns ficavam estudando, fazendo alguma pesquisa nos computadores e outros aí pelo terreiro andando, "coisando", arriscando até vir um animal, uma vaca, alguma coisa e chegar até abalroar neles aí.

Interlocução e integração entre os projetos culturais governamentais a partir da instalação da Casa Digital.

Hoje, no assentamento existe o projeto Ponto de Cultura, e a Casa Digital se tornou ponte para o acesso. Foi por meio da Casa Digital que a gente soube do edital, elaborou a proposta em parceria com um setor do Incra que trabalha com arte e cultura na reforma agrária, e aí, por meio da Casa Digital, a gente construiu a proposta, e o projeto Ponto de Cultura foi aprovado para nossa comunidade. Dentro do Ponto de Cultura os gestores da Casa Digital realizam algumas atividades, como oficinas de educomunicação, oficinas de edição de áudio e vídeo. O Ponto de Cultura abarca todas as manifestações culturais do assentamento, desde grupos de dança, bandas de lata, de teatro, até as atividades mais históricas, como questões religiosas.

A Casa Digital é espaço de ampliação, reprodução e reconstrução da cultura e dos princípios das comunidades. É espaço, inclusive, de criação de metodologias referentes à formação de gestores em outras comunidades onde as Casas Digitais ainda não foram totalmente implantadas.

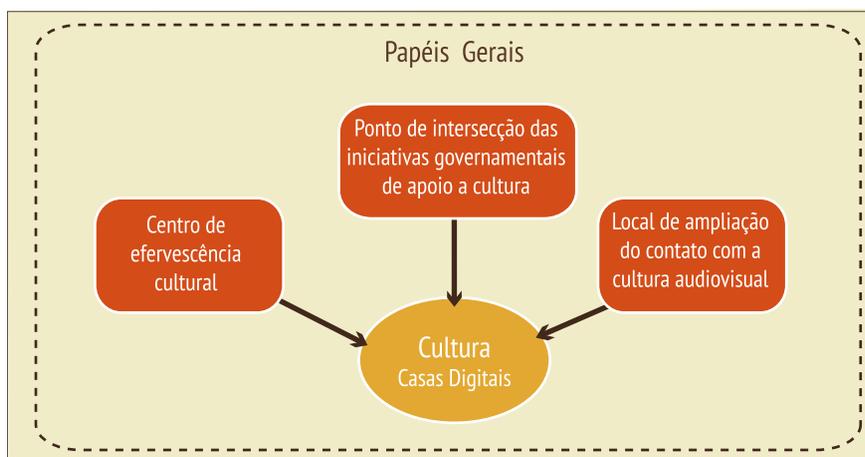
Hoje a metodologia que Santana tem é baseada em princípios que trazem a coletividade, a união das pessoas em prol de uma organização, que visa, dentro da Casa Digital, um espaço de desenvolvimento que, por meio do computador, permeia as questões culturais, sociais, educacionais e assim sucessivamente... Isso é, na verdade, um pressuposto, não que seja um método pronto e acabado, mas que busca dentro da coletividade, acreditando na união, na organização, dentro do espaço, e levando esse espaço para a comunidade é que ela vai se desenvolver. Aí, a gente costuma dizer que a Casa Digital, ao chegar na comunidade, ela primeiramente olha para o baú da comunidade e para a história e vê o que que tem nessa história... e a partir daí outra história vai se construindo.

Novas formas de acessar, colecionar e distribuir músicas e imagens.

Os jovens acessam sites com músicas e vídeos... eu creio que para eles a mudança, nesse sentido cultural, foi bem brusca mesmo. Eles baixam filmes, eles baixam jogos, eles baixam música. É tanta coisa que o jovem é interessado, e a internet dá acesso a praticamente tudo.

O que os jovens mais gostam é de baixar músicas, baixar vídeos, jogos, estarem sempre conectados nas redes sociais, e tem também a questão das pesquisas de escola.

As Casas Digitais potencializam as atividades culturais diversas das comunidades onde estão inseridas, acolhendo e viabilizando, sobretudo, intercâmbios midiáticos entre as realidades locais e as realidades externas de cada lugar. Alguns papéis estão relacionados às Casas Digitais nessas comunidades:



Papéis Específicos

Ser elemento de unidade para os eventos comunitários diversos.

Ampliar os repertórios culturais dos sujeitos do campo respeitando o que já existe.

Engendrar, a partir de suas possibilidades culturais, situações que culminem em soluções com impactos econômicos.

Trazer o cinema para as comunidades.

Tornar-se espaço da criatividade audiovisual com o uso dos equipamentos fornecidos.

Instrumento da expansão da cultura da comunicação oral.

Interferir nos hábitos culturais tradicionais dos jovens e crianças.

Oportunizar a igualdade de acesso a bens culturais.

Articular cultura clássica e cultura digital.

Integrar projetos culturais governamentais.

Ampliar, reproduzir e reconstruir a cultura e os princípios das comunidades.

Ser campo para a construção de novas metodologias de formação para gestão de novas Casas Digitais .

Constituir-se em instrumento para novas formas de acessar, colecionar e distribuir música, imagens e texto.

3.3 Casas Digitais e política

O desenvolvimento das relações políticas de indivíduos ou sujeitos coletivos é perpassado por um conjunto bastante diverso de fatores, dentre eles a situação do contexto econômico, cultural e educacional que cerca cidadãos e suas comunidades.

Todavia, a riqueza política que aparece nas relações menos formais encontradas em comunidades do campo, com toda a tradição do diálogo aí presente, leva a reflexões importantes sobre o valor da politicidade.

Pobreza é carência politizada, no sentido de a carência servir para o favorecimento de alguns em detrimento de muitos. Seca gera pobreza quando aparece a “indústria da seca” (DEMO, 2007), através da qual uma carência material se converte em ocasião para angariar privilégios e impor exclusões. [...] Não se trata de depreciar a questão material da pobreza, que continua muito grave. Ao contrário, propomos que é urgente agregar à preocupação com a questão material, a preocupação com a questão política, possivelmente ainda mais grave. [...] Em termos de pobreza, tudo é muito grave. Mas nada é mais grave que a pobreza política (DEMO, 1994).

Pobreza política não é outra pobreza, mas a mesma, vista politicamente. Tem como marca que o combate à pobreza não pode ser beneficiência, concessão, doação. Precisa ser conquista coletivamente organizada, com base em cidadania reflexiva e combativa. Porquanto, o sistema não teme o pobre com fome; teme o pobre que sabe pensar. Tarefa principal da educação seria, pois, confrontar-se com a pobreza política, desfazendo o véu de ignorância historicamente produzido sobre as camadas populares, que lhes impede de tomar em suas mãos o rumo de sua história. Esta tarefa lhe é própria, por conta de sua politicidade, em todos os casos mais decisiva que a inserção no mercado de trabalho. Em primeiro lugar vem o cidadão, depois o consumidor e o beneficiário (DEMO, 1999).

A presença das Casas Digitais no campo colabora na emergência, dentre outras coisas, de novas possibilidades de desenvolvimento da criticidade política e de novas relações políticas internas (entre os sujeitos da própria comunidade) e externas (entre a comunidade e o município, o estado e União). Os depoimentos⁷ a seguir descritos permitem, na voz dos entrevistados, entender a medida das reverberações fomentadas nas Casas Digitais e por elas:

7 Os fragmentos de textos que aparecem entre colchetes são inserções do pesquisador no sentido de esclarecer, explicar, organizar elementos do contexto e do discurso dos sujeitos. Os textos em itálico representam as falas dos entrevistados. Os textos em negrito referem-se às análises do pesquisador ligadas à categoria de análise em questão.

Por meio da política de inserção das Casas Digitais novas políticas de suporte às comunidades vão sendo geradas.

Esse projeto [compra de trator para a comunidade] foi a Sandra [umas das responsáveis pelo acompanhamento da formação dos gestores das Casas Digitais no Ceará] que mandou a gente encaminhar ele, né? Para, através da Casa Digital, ter mais apoio do governo [para] nos ajudar. A gente faz o projeto aqui, passa para a prefeitura e a prefeitura encaminha para lá [governo do estado, Secretaria do Desenvolvimento Agrário].

O uso de computadores e internet das Casas Digitais constitui elemento importante para o conhecimento da organização política do país. O direito ao acesso à informação é um direito político essencial.

As crianças, também, que antes nunca tinham visto computador, todas elas hoje, aqui, mexem e sabem mais do que as pessoas mais velhas, que os pais, que, sendo agricultores, nunca tinham se aproximado do computador. Hoje as crianças têm essa oportunidade.

As Casas Digitais colaboram na inserção das comunidades no circuito político local e aproxima os sujeitos dos serviços de assistência técnica, dentre outras coisas.

A partir da instalação da Casa Digital tivemos mais contato com a prefeitura [do município onde mora o entrevistado], com o pessoal da Emater [Empresa de Assistência Técnica Rural]; quando a gente chega lá falando que é do Sítio Soledade [o entrevistado é dessa comunidade], da Casa Digital, a gente é até mais bem recebido.

Acesso à informação e avanço da educação são possibilidades oferecidas pelas Casas Digitais, que ampliam o repertório de criticidade política das comunidades.

A vinda da Casa Digital mexe com a organização das pessoas. A partir do momento em que as pessoas têm mais acesso à informação elas começam a se educar e conseqüentemente se politizam, começam a compreender quais são os seus direitos. A internet ajuda a entender até onde se deve ir para procurar os direitos. Por exemplo, tem os sites do Senado, da Câmara dos Deputados. As pessoas têm acesso ao e-mail dos deputados e senadores e podem reivindicar, mandar ofícios, podem solicitar algum direito. Então, a tecnologia, ela educa, acredito eu. E por aí, por ela [a Casa Digital], pode-se politizar nos sites certos de mobilização e isso se semeia ao grupo.

O acesso às redes sociais insere os sujeitos do campo nas novas formas de discussão política engendradas pelas trocas e pelos diálogos em ambientes de convivência digital.

As redes sociais desempenham um papel fundamental, onde se pode fazer algumas críticas de ações de políticos, por exemplo, ou as questões de violação de direitos são postos, são comentados, são vistos. Mesmo que o usuário não vá se aprofundar, pelo menos ele viu, ele leu, ele foi informado. A informação chega, e na questão de política, de organização, de consciência, de formação, a tecnologia implica muito. Desse modo, processos como se chegar [no sentido de acessar] ao governo federal [podem ser realizados]. Podem-se utilizar os portais dos Ministérios, por exemplo. Pode-se acompanhar as discussões do poder legislativo, dos senadores...

Quando eu abro o Facebook, por exemplo, é porque eu quero ver alguma coisa. Eu estava lendo agora há pouco a questão de uma PEC [Projeto de Emenda Constitucional] no meu Facebook e daí eu repliquei isso na Rede e mandei para o meu e-mail, também. Porque você tem que fazer isso... tem que usar esse instrumento para as pessoas verem... e tem muitas pessoas que são meus amigos que acabam vendo, compartilhando, curtindo essa questão.

[Pelos redes sociais] você vê também que não é só você que tem essa vontade [de se expressar politicamente] de mudança... hoje temos mais esta opção: as redes sociais são um espaço que também tem uma influência política. Então, é possível você fazer esses debates [políticos na Rede] dizendo como está ou como deixa de estar.

Muita gente vai lá [na Casa Digital], e querendo ou não acaba entrando em sites que estão tratando de política.

Casas Digitais como potenciais instituições de fomento à discussão e formação política.

Uma das grandes tarefas nossas, e nós já fizemos esse debate [aqui na comunidade], é que nós não estamos conseguindo, ainda, fazer essa parte política na Casa Digital... essa formação mais política. Nós estamos oferecendo curso técnico para as crianças, para os jovens, mas a formação para a compreensão da realidade ainda está ficando fragmentada.

Com certeza é possível pensar política usando a internet. Uma das preocupações nossas aqui na Casa Digital, também, é isso, porque você tem que usar [para a política], e pego como exemplo aqueles levantes no Oriente Médio... A juventude foi para a rua a partir das redes sociais... os comunicados, os avisos, as datas, os dias; então, assim, eu particularmente tenho a influência do próprio movimento, da minha formação política e não dá para eu usar a Rede e ficar fazendo qualquer coisa...

Os impactos gerados pela instalação das Casas Digitais nas comunidades visitadas, no que diz respeito às questões de desenvolvimento político ou de politicidade, podem ser sintetizados em três pontos:



Para além dos três pontos principais podem ser elencadas, também, outras contribuições mais específicas da presença das Casas Digitais nas comunidades do campo, naquilo que concerne à política:



3.4 Casas Digitais e economia

As mudanças sociais no campo, como em qualquer outro espaço do planeta, ocorrem em função do grau de desenvolvimento de múltiplos fatores. As

tecnologias digitais são potencialmente produtoras de condições de avanço da economia em diversos aspectos da sociedade, independentemente de ser no campo ou nas áreas urbanas.

Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. [...] Contudo, a tecnologia é condição necessária, mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes, ou seja, na difusão de redes em todos os aspectos da atividade na base das redes de comunicação digital. Este processo pode ser relacionado com o papel da eletricidade ou do motor elétrico na difusão das formas organizacionais da sociedade industrial (por exemplo, a grande fábrica industrial e a sua relação com o movimento laboral) na base das novas tecnologias geradas e distribuídas eletricamente. Pode argumentar-se que, atualmente, a saúde, o poder e a geração de conhecimento estão largamente dependentes da capacidade de organizar a sociedade para captar os benefícios do novo sistema tecnológico, enraizado na microeletrônica, nos computadores e na comunicação digital, com uma ligação crescente à revolução biológica e seu derivado, a engenharia genética (CASTELLS, 2005, p. 17).

É, pois, na articulação de vários fatores internos a cada comunidade que as mudanças ocorrem ou deixam de ocorrer. A oferta de equipamentos e conectividade às comunidades do campo é um passo importante no que diz respeito ao acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, mas alterações estruturais no campo social das comunidades são também determinantes do avanço econômico desses locais.

Assim, a questão não é como chegar à sociedade em rede, um autoproclamado estágio superior do desenvolvimento humano. A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa (CASTELLS, 2005, p. 19).

Com esse entendimento, o que se pode perceber sobre as alterações econômicas no campo a partir da inserção das Casas Digitais é o surgimento de soluções pontuais que, interligadas às questões culturais, cognitivas e políticas, formam um todo maior. Os avanços articulados da consciência política, do ensino-aprendizagem e da cultura geram um conjunto de elementos que certamente impactam a geração de renda em cada comunidade. Tais elementos são evidenciados nos discursos⁸ dos sujeitos entrevistados nas comunidades visitadas.

Cultura, cinema e (re)organização coletiva como estratégia de geração de renda no âmbito das Casas Digitais.

Nós usamos o projetor para fazer cinema comunitário, como no final do ano a gente fez... a gente reúne toda a comunidade, e as comunidades vizinhas também tiveram o prazer de vir e ajudar a gente com algumas ofertas, um bingo, uma coisa para a gente arrecadar dinheiro... até que nesse tempo a gente arrecadou dinheiro para comprar os ventiladores para a Casa Digital, que era muito quente e ainda hoje está, pois os ventiladores tiveram um pequeno problema e eles desmantelaram e temos que mandar consertar...

Os avanços cognitivos vistos como elementos incrementadores da atividade profissional ampliam a percepção de valor do conhecimento como valor econômico.

Aí foi aonde eu achei bom, graças a Deus, até hoje me ajuda, a Casa Digital, por causa que através dela, aqui, eu trabalhava de professor em sala de aula e através dela fui cada vez mais me aperfeiçoando os conhecimentos dessas máquinas. Daí nesse ano eu fui trabalhar ali no Colégio Antônio Furtado de Oliveira como professor de informática, assim... professor, digitador..., trabalhando no laboratório de informática por causa do conhecimento que eu comecei adquirir aqui na Casa Digital.

O que mudou na geração de renda a partir da vinda da Casa Digital [foi o fato de esta] ser um espaço de formação, de aprendizagem. Por exemplo, os agricultores [têm suas] dúvidas sobre suas práticas sanadas por seus filhos, que são usuários da Casa Digital.

A internet também é espaço para a divulgação dos produtos das comunidades, inserindo a oferta desses produtos nas mídias digitais.

Algo assim que eu posso citar como ações de transformação foi na apicultura do assentamento. Todo o mel produzido era divulgado na internet através de um blog,

⁸ Os fragmentos de textos que aparecem entre colchetes são inserções do pesquisador no sentido de esclarecer, explicar, organizar elementos do contexto e do discurso dos sujeitos. Os textos em itálico representam as falas dos entrevistados. Os textos em negrito se referem às análises do pesquisador ligadas à categoria de análise em questão.

para que o mundo tivesse acesso à informação de que aqui produzia-se mel. No blog colocava-se informações sobre o produto e como adquirir, que contatos procurar no assentamento, enfim...

A inserção de novas tecnologias de software enriquecem as possibilidades profissionais dos sujeitos do campo.

Foi aí que eu iniciei no Linux, porque a Casa Digital chegou e pronto; aí foi onde teve a alavanca onde, graças a Deus, eu “bulo” [mexo, trabalho, investigo] é muito nesse Sistema Operacional Linux aí. Hoje eu já sei mexer nele [Linux]...

E foi tudo através da Casa Digital aqui. Foi um ponto que alavancou mesmo, tanto meus conhecimentos pessoais como no profissional também.

Eu já vi pessoas que conseguiram emprego depois que saíram daqui da Casa Digital. Pessoas que precisavam do curso para poder pegar o emprego. Só que me lembro agora, teve três casos: o do mercado, o da veterinária e o do secador, que é uma empresa grande. Então, a Casa Digital é boa para as crianças e para os adultos também.

A redução de perdas e prejuízos decorrentes da falta de acesso à informação está presente na atuação dos sujeitos nas Casas Digitais. Além disso, a aproximação com os serviços de assistência técnica rural e de formação profissional por meio da internet colabora com o aperfeiçoamento de técnicas de produção.

A pessoa deixa de ser aquele cego que não sabia de uma doença de um animal, de um tipo de praga, de uma coisa que aparece numa lavoura... Vai e pesquisa e entra no site, e até de relacionamento mesmo da Emater [Empresa de Assistência Técnica em Agricultura e Agropecuária], aí a pessoa sai mais ou menos com uma ideia do que é aquele material que a pessoa pesquisou... vai lá, pesquisa e sabe o que fazer com o problema.

Ficou aberta a possibilidade de quem quisesse fazer algum curso a distância do Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural], dentro de empreendedorismo ou questão ambiental. Tem lá várias modalidades de cursos, tudo a distância, usando os computadores da Casa Digital.

As redes sociais revitalizam a comunicação com o exterior das comunidades, reduzindo despesas com os meios de comunicação tradicional, como telefonia fixa e telefonia celular.

Eu acho o Facebook muito útil. Eu tenho, na minha família, dois irmãos que moram em São Paulo, e meu pai e minha mãe acharam por bem ir morar em Mauriti. O meu irmão mais novo, mamãe comprou para ele um computador... a pessoa liga se quiser

pelo celular [não há telefonia fixa em Sítio Soledade, onde mora o entrevistado]. Me comunico com eles lá em Mauriti [cidade mais próxima de onde mora o entrevistado] por celular só se eu quiser. Mais vezes eu me comunico com eles na cidade via internet, através do Facebook e através dos e-mails. Uso muito mais isso do que celular: eu converso diariamente aqui e acolá com eles através do Facebook e dos e-mails. Fica muito mais barato e mais prático do que usar celular, porque esses sistemas que foram instalados aqui na Casa Digital funcionam via antena e fica grátis para nós.

A internet é vista como fonte de informação capaz de agregar alternativas à agricultura convencional, trazendo novos valores aos produtos das comunidades.

134

Devido a gente lidar com agricultura, eu acho que sim... que as pessoas, agricultores, que trabalham com a roça, podem vir; ao invés de estar ali comprando um agrotóxico já pode usar um natural. Porque aqui dá muito inseto, isso já pode salvar sua produção: ele pode ir lá na Casa Digital pesquisar um meio de lidar com aquela praga, já pode utilizar como forma natural e já aumenta o plantio e o cuidado com a agricultura. Às vezes eu pesquiso para o meu avô, porque a gente gosta de plantar um pouquinho [...] e nós falamos: "Olha, avô, faça isso e isso e aquilo, porque assim acaba com essa praga", e ele faz.

[Com a presença da Casa Digital] os assentados passam a utilizar a tecnologia como fonte de informação sempre que surge alguma dúvida na sua prática agrícola, de forma que ele possa resolver por meio do espaço da Casa Digital.

A internet é meio eficiente de comunicação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e as comunidades rurais onde se assentam as Casas Digitais, no que tange às iniciativas desse Ministério relacionadas à geração de renda na agricultura familiar.

Aqui a gente sempre recebe do Ministério do Desenvolvimento Agrário [doravante MDA], convites para participar de algum evento ou coisa assim. Isso [que eu vou ler a seguir] é da Delegacia Regional do MDA mesmo. Só para ter uma ideia, acabei de receber um convite para capacitação Rede Brasil Rural no MDA, que é um convite [...] referente à oficina para capacitação de implantação da Rede Brasil Rural: "A Rede Brasil Rural é mais uma ferramenta do MDA que facilitará o acesso de agricultores a insumos e de clientes da agricultura familiar, e temos como importantes parceiros o BNDES, Correios e associações do setor privado. É um portal que funcionará no Sistema do MDA ligando aos produtores e seus fornecedores e clientes, onde cooperativas e associações cadastradas poderão fazer compras coletivas de insumos, máquinas e equipamentos. As compras serão financiadas por meio de cartões fornecidos pelo BNDES, que liberará o crédito para as operações. Além disso, o portal contará com um armazém virtual, uma loja onde ficarão expostos produtos da agricultura

familiar. Toda entrega dos produtos será feita pelos Correios e essa parceria ajudará a resolver os grandes desafios que a agricultura familiar enfrenta hoje: a dificuldade logística de entregar os produtos pelo Brasil afora. [...] [O] Programa Nacional de Alimentação Escolar [...] é o PNAE, [e] por meio da Rede, gestores das escolas fazem chamadas públicas que serão acessadas pelos agricultores. O objetivo do MDA é, no futuro, ampliar o acesso à Rede, fazendo com que a maioria dos 3,4 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar no país participem direta ou indiretamente dessa ferramenta. Os agricultores familiares do MS serão capacitados pelo MDA no ambiente de rede”.

A precificação dos produtos oriundos das comunidades pode ser acompanhada com o uso da internet das Casas Digitais. As oscilações de mercado podem ser visualizadas sem a necessidade de deslocamentos dos agricultores de suas propriedades.

Os produtores não tinham acesso mais pessoal com a questão dos preços dos produtos. Porque antes [da Casa Digital] eles tinham que ligar para a Ceasa [central de distribuição de hortifrutigranjeiros da região de Brasília, no Distrito Federal] para saber os preços. Depois que recebemos a Casa Digital eles acessam e já tem ali o preço para que eles mesmos possam visualizar. Então, nesse caso, a economia local mudou, porque facilitou para eles [produtores locais] saberem os preços de vários produtos. Antes eles só tinham acesso ao preço da própria Ceasa, mas aí ficava aquela dúvida... será que é esse preço mesmo? Ou esse é o preço mais baixo e tem um preço mais alto. Agora, não...

Se ele [o produtor] for lá [na Casa Digital] pesquisar, ele vai encontrar solução para aquilo. Desde um cano que ele queira comprar, até um trator, qualquer coisa assim, um carro, tudo ele pode encontrar na internet.

Nós tecemos articulações para fortalecer a Casa Digital... porque nós, inclusive, temos uma discussão com a cooperativa de modo a orientar para que os produtores que entregam [vendem] o leite [aos laticínios] façam o curso aqui também. Porque assim você consegue ampliar o campo de compreensão. Isso que é importante, porque aí a Casa Digital cumpre o papel social nesse sentido. Porque ela [Casa Digital] não pode perder de vista os próprios camponeses que estão também aí, para lidar com o leite [por exemplo]. Então nós trabalhamos com várias ideias [e algumas] já se materializaram, mas uma das grandes ideias é, através da ferramenta Casa Digital, [pensar] como é que o produtor se organiza, se planeja, calcula o custo de produção do leite, como é que ele faz isso na internet, como é que ele soma isso, como é que ele pesquisa preço? [...] pois o pessoal também usa [a Casa Digital] para isso: para consultar o preço da Consuleite [entidade que lida com compra e precificação do leite na região de Ponta Porã-MS, município onde mora o entrevistado], ver como é que está o mercado de leite no mundo, em várias partes do país...

Os três principais eixos da relação entre a presença das Casas Digitais no campo e o desenvolvimento econômico das comunidades visitadas são:



Esses três eixos se desdobram em um conjunto de decorrências de cunho econômico vinculado em maior ou menor medida à inserção das Casas Digitais nas comunidades:



3.5 Casas Digitais, cidadania e democracia

A democracia pode ser entendida

como sistema político que articula Estado e sociedade civil, universalismo da razão e particularismo das identidades culturais, oferecendo as condições públicas da liberdade expressada na afirmação do sujeito pessoal. O mesmo conceito compreende três dimensões constitutivas e interdependentes da democracia: o respeito aos direitos fundamentais (que limita o poder do Estado), a representatividade social dos atores políticos e a cidadania (GHANEM, 2004).

A democracia existe onde há um conjunto de princípios e práticas cuja função é proteger a liberdade dos sujeitos, ou seja, a democracia corrobora a institucionalização da liberdade. Além disso, encontram-se no campo da perspectiva democrática a proteção à liberdade de expressão, a proteção legal e a garantia do direito de organização e participação dos sujeitos na vida política, educacional, cultural e econômica da sociedade. Para além de direitos, a democracia prevê e defende o cumprimento dos deveres pelos cidadãos na participação política em sua comunidade. “Democracia é movimento, é meio e fim ao mesmo tempo” (GENTILLI, 2002).

O direito de acesso à informação

é um direito que fomenta o exercício da cidadania, necessário ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania e, portanto, um fator decisivo no processo de aprofundamento democrático. [...] o acesso à informação é uma porta de acesso a outros direitos: numa sociedade [...] moderna, o acesso à informação [...], por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece a visibilidade ao poder e ao mundo. [...] Como direito, o direito à informação é sobretudo um direito político. [...] Da mesma forma, o cidadão deve ter livre o seu acesso às informações necessárias à sua decisão política (GENTILLI, 2002).

Ser cidadão é participar ativamente das atividades e decisões da comunidade. Cidadania é uma condição que se entrelaça com democracia.

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre lutam por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou

pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente porque se lhe nega a cidadania plena, cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada. Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais (SANTANA, 2003).

A seguir as falas⁹ dos sujeitos do campo relatando, de sua experiência com as Casas Digitais, elementos que permitem entender as mudanças no desenvolvimento dos processos de democracia e cidadania que decorrem – direta ou indiretamente – da presença do projeto Territórios Digitais em suas comunidades:

Por meio das Casas Digitais, a garantia de direitos e o desenvolvimento da comunidade ganham novas formas. As Casas Digitais tornam-se centro de organização das comunidades no sentido de comunicação com as entidades governamentais.

A gente está iniciando um projeto através da Casa Digital, onde a gente se reuniu e as meninas adquiriram uma quadra esportiva. Então, a gente está encaminhando esse projeto para enviar esse projeto para lá [governo estadual], para que seja aprovado, para que a gente possa ter mais desenvolvimento na comunidade, que será muito importante. É o esporte que ajuda a juventude a sair das drogas e deixar de beber cana [bebidas alcoólicas], porque hoje a gente vê muita criança já em pé no bar com o copo na mão. Isso é muito complicado, não só para a minha comunidade como para as comunidades vizinhas. Então, a gente adquirindo esta quadra esportiva para cá, eles, ao invés de estarem perto de bar bebendo, já vão estar se envolvendo em brincar, jogar futebol, brincar vôlei e outras coisas.

As Casas Digitais tornaram-se espaços de convivência cidadã e democrática, atingindo campos da sociabilidade das comunidades, como o afastamento de jovens e crianças das drogas ilícitas e do álcool.

Essa Casa Digital já foi um bom começo, porque em vez da meninada estar nessas coisas [bares, etc.], ao invés de estarem lá, eles vêm para a Casa Digital, se entretêm, vão brincar, vão usar os computadores. Então já é um meio de afastar eles das drogas. Hoje, graças a Deus, aqui na nossa comunidade não existe não, mas nas comunidades vizinhas a gente vê criança de 15 anos, 10 anos, 12 anos já bebendo. Isso é ruim... não é muito bom para as comunidades não.

9 Os fragmentos de textos que aparecem entre colchetes são inserções do pesquisador no sentido de esclarecer, explicar, organizar elementos do contexto e do discurso dos sujeitos. Os textos em itálico representam as falas dos entrevistados. Os textos em negrito referem-se às análises do pesquisador ligadas às categorias de análise em questão.

As crianças chegam, umas vão pesquisar trabalho de escola, outros vão jogar, pois tem aquele jogo de moto, de carro, essas coisas... Tudo isso eles fazem... Outras vão pesquisar trabalho, vão estudar através da internet, o que é muito importante, vão ler e-mail, vão olhar o Facebook que eles têm. Então tudo isso é um bom desenvolvimento para eles.

A liberdade de acesso encontrado na organização das Casas Digitais faz entender que é importante que as comunidades tenham locais de acesso às tecnologias digitais onde o direito de ir e vir seja amplamente respeitado. Isto é exercício vivo de cidadania e democracia.

O uso é livre. A Casa Digital fica aberta de 8h a 11h e de 13h a 16h. Nós abrimos a Casa Digital e as pessoas vêm e fazem aquilo que eles têm vontade de fazer.

Ela [a Casa Digital] também serviu muito para a união da comunidade...

[Todos que querem] usam [a Casa Digital] para se comunicar, fazer mais amizade, conversar com os amigos, muitas coisas... postar fotos e ficam muito conhecidos, né?

O sentimento de cooperação circulante nas Casas Digitais amplia a profundidade das relações entre os sujeitos, gerando uma cultura de integração comunitária onde todos participam do crescimento de todos.

Tem muita coisa que a gente comprou que foi dado pela comunidade, dado pelos gestores, que se reúnem, dividem aquilo, para cada um dar uma parte para que possa sair mais barato... e a gente arrecada dinheiro para a Casa vendendo as doações... A gente vai fazer o mungunzá, o vatapá, vai fazer um bolo... então tudo isso é dado pelo povo. A gente sempre faz festa em volta da Casa Digital.

Com essa festa de hoje [segundo aniversário da Casa Digital de Mauriti-CE], eu tenho fé em Deus, a gente vai arrecadar mais dinheiro para organizar cada vez mais aí dentro [a Casa Digital]. É muito importante... a comunidade se reunindo... antigamente, quando não tinha energia, o povo todas as noites estava nas casas contando histórias, e hoje não. Hoje todo mundo tem sua televisão... Quando a gente faz uma coisa dessas [festa na Casa Digital] todo o mundo larga as televisões e vem para cá, se reúne, conversa, vão conversar as coisas para botar o papo em dia, e assim desenvolve a comunidade.

Articulações políticas importantes originam-se nas comunidades a partir da existência das Casas Digitais. Essas articulações fortalecem o sentimento de responsabilidade com o próximo e com a coletividade, que é um dos pilares da cidadania e da democracia.

A Casa Digital e a Associação [dos Agricultores Familiares] são unidas uma com a outra. A Casa Digital ajuda um pouquinho à Associação e a Associação ajuda ela [Casa Digital]. Foi uma união muito forte entre as pessoas que a Casa Digital fez. Para mim,

para minha pessoa pessoal, essa Casa Digital foi muito importante. Eu conheci coisa que eu nunca tinha conhecido e, talvez, se não tivesse ela [Casa Digital] eu não tivesse conhecido ainda. Fiz amizades, muita amizade, mais do que eu tinha, fiz muito mais.

As outras comunidades vizinhas tudinho vêm para cá, também, para fazer pesquisa, fazer outras coisas... quer dizer: não desenvolve só as pessoas aqui da comunidade do Sítio Soledade [em Mauriti-CE], mas no geral, todinho.

Acredito que a Casa Digital une sim, porque estamos organizados em prol de algo que é comum à comunidade. Então, ao estarmos inseridos e envolvidos, estamos em constante convivência, constante união.

Somos filhos de assentados, então todos nós temos as nossas famílias que estamos nesse lócus, neste espaço, ligados. A gente percebe isso como um desenvolvimento, compreende isso [a união] como desenvolvimento.

A Casa Digital está dentro de todos os aspectos que contemplam a comunidade...

Nós [do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra] aqui, nós entramos [no processo de instalação da Casa Digital] o seguinte... entramos nessa própria discussão da Casa Digital, onde que ela ia ser feita, aonde não ia... Nós entramos com a infraestrutura. O MST ajudou a organizar a infraestrutura, nós, o MST, construímos, fizemos a reforma necessária, tudo fomos só nós, dinheiro nosso. Eu articulei os companheiros [do MST] na comunidade, o próprio [...], [...], o [...], [...], a [...], a gente tinha uma galera aí, sabe? Uns iam assentando tijolo, os outros iam fazendo massa, outros iam fazer o almoço, essa galera... outros iam lixando as paredes, outros iam pintando, outros iam passando massa corrida, rebocando e foi assim o processo.

Nós tecemos articulações para fortalecer a Casa Digital... porque nós, inclusive, temos uma discussão com a cooperativa de modo a orientar para que os produtores que entregam o leite façam o curso aqui também. Porque assim você consegue ampliar o campo de compreensão. Isso que é importante, porque aí a Casa Digital cumpre o papel social neste sentido. Porque ela [Casa Digital] tem que oferecer o curso técnico para a juventude também, mas assim, ao mesmo tempo ela não pode perder de vista os próprios camponeses que estão também aí.

O espaço da Casa Digital é dividido com o espaço do escritório regional do MST... esse escritório está vinculado diretamente a três assentamentos.

O acesso a serviços das instituições públicas é bastante facilitado com a instalação das Casas Digitais nas comunidades

Já precisei resolver coisas em meu trabalho do curso de Edificações, como enviar currículos, que fiz usando os computadores da Casa Digital... tanto meu quanto

do pessoal aqui vizinho, e enviamos para empresas de outros lugares. As coisas que as pessoas precisariam se deslocar daqui para Mauriti, nós conseguimos fazer aqui mesmo. Sou muito chamado aqui para puxar documento de algum veículo, verificar como está aquele veículo. Entra lá no site do Detran [Departamento de Trânsito local] e evita que a pessoa tenha que se deslocar daqui para Mauriti. Aqui mesmo nós fazemos isso para a nossa comunidade e para as pessoas das comunidades vizinhas. As pessoas dizem: “ei macho [expressão típica local], vamos puxar aqui o documento desse veículo, que eu quero comprar esse veículo e quero saber como está o estado dele e tudo, a documentação”, e os gestores da Casa Digital ensinam isso.

Alguns serviços que antigamente levavam a comunidade a se deslocar até a cidade para resolver questões, como CPF, questões jurídicas, muitas dessas ações podem ser realizadas por meio da tecnologia e passaram a ser resolvidas aqui na própria comunidade. A Casa Digital, então, tem potencializado ações a partir do momento em que ela desenvolve, transforma algumas atividades que a comunidade não tinha e que passam a ter por meio dela [Casa Digital].

O direito ao acesso e à divulgação da informação, importante elemento das práticas cidadãs, tem sua garantia assegurada por meio do uso livre das Casas Digitais.

Quase diariamente acontece da gente ver novidade na internet. As notícias, a gente está sempre ali com a informação nas mãos, está sempre olhando sites informativos, e aí a gente já sai e já conta para as pessoas que viu isso e aquilo na internet. Acho que quase todo dia isso acontece.

Agora eu vou estar criando um Facebook para a Casa Digital daqui também, até melhor do que o blog.

O uso da Casa Digital é livre, mas tem algumas regras e normas de utilização. O que foi orientado pelos formadores do MDA é que a gente não excluísse ninguém do acesso à Casa Digital... o acesso é livre a qualquer um.

O fortalecimento das comunidades do campo, no que tange às suas especificidades comuns, e o diálogo entre essas comunidades também são impactos gerados pelo projeto Territórios Digitais.

Na capacitação a gente prioriza que as Casas Digitais tenham contato umas com as outras, a troca de experiências entre comunidades. A gente tem contato direto com o pessoal do Crato [cidade do Ceará vizinha ao município onde mora o entrevistado], lá também tem duas Casas Digitais, isso ajuda muito... a gente prioriza isso: a troca de experiências.

O exercício das escolhas democráticas na gestão das Casas Digitais aprimora o entendimento de democracia e cidadania entre os sujeitos.

Na gestão de nossa Casa Digital tem o [Fulano – suprimido o nome] que é o presidente, tem a secretária, a vice-secretária, tem o tesoureiro e o vice-tesoureiro. Essas pessoas foram escolhidas por votação. Eles foram escolhidos na capacitação que houve, dentre as pessoas que estavam sendo capacitadas. Eram 40 pessoas, na época; 20 à tarde e 20 à noite, daí teve um momento em todos se reuniram e foi escolhido por votação esses representantes. Quem quisesse participar dessa coordenação da Casa Digital se candidatava e o pessoal escolhia.

Por exemplo, percebemos que o gestor vem para a Casa Digital trabalhar e ele verifica que os usuários estão vindo apenas para utilizar jogos sem nenhum propósito educativo. Daí conversamos e propomos: vamos tentar fazer um trabalho de conscientização com as crianças antes delas iniciarem... vamos indicar que elas leiam uma página na internet. Não vamos privar o acesso, mas estimular o acesso educativo. Mesmo não tendo uma proposta formulada, a gente vai sentindo as necessidades e frente a essas necessidades a gente vai tentando construir outras práticas.

As Casas Digitais não são instituições encerradas em si, na comunidade onde está instalada, ou seja, não há fronteiras para o atendimento das Casas Digitais e elas se articulam com as demais instituições locais para o bem comum.

A Casa Digital do Assentamento Itamarati II atende amplamente... atende ao Itamarati I, ao Assentamento Nova Era, que está na borda do Itamarati, atende educandos lá do Assentamento Dorcelina Folador, que não faz parte do Assentamento Itamarati. A escola aqui mais perto tem 17 computadores, só que, assim, são máquinas, também, que essas nossas aqui [da Casa Digital] bate longe. Essas máquinas nossas aqui dão show... lá são umas máquinas reconcionadas, sabe...

Ser cidadão é também usufruir os mesmos direitos que usufruem os demais cidadãos do país, e a oportunidade de uso das redes sociais para a manifestação de indivíduos e sujeitos coletivos é um desses direitos em evolução, por meio, também, das Casas Digitais.

Tem pouco uso de redes sociais aqui. Mas é importante até o seguinte: nós orientamos aqui ao uso das redes sociais... é importante que todos alunos tenham pen drive e que tenham contas de e-mail. Mas é preciso que eles [os usuários] conheçam as redes sociais, porque senão, se eles não têm esse contato, como é que eles vão voltar na Casa Digital. Não só por isso, mas podem vir, acessar as redes sociais e pesquisar outras coisas. O usuário tem que ter uma razão, um motivo para voltar... a gente [a comunidade] às vezes fica muito na questão de vir e só pesquisar coisa de escola e tal. Não! Isso é importante, tem que fazer, mas precisa também fazer esse processo de interagir e tal, conhecer...

O respeito à cidadania e à democracia no sentido mais amplo possível é a filosofia que move a organização e a estruturação das Casas Digitais nas comunidades do campo.

Aqui tem usuário de 11 anos até 60.

Temos famílias, pais e filhos que fazem o curso juntos. Às vezes três irmãos na mesma turma até tem. A Casa Digital às vezes agrega a unidade familiar...

Quando a gente fez o curso de gestor tinha um senhor de 69 anos e era o mais velho da turma... aquilo ali para ele era novidade. Era até engraçado, porque a gente que já tinha certo costume com o computador o ajudava. Ele não dava conta de pegar no mouse direito, o teclado para ele era como se fosse um bicho. Mas a partir do momento em que o pessoal começou a explicar para ele do uso, e que ele foi conseguindo acessar algumas coisas, para ele era como se ele fosse uma criança ganhando doce.

No que diz respeito às reverberações das Casas Digitais relacionadas às práticas inerentes à cidadania e à democracia nas comunidades visitadas, pode-se descrever o seguinte quadro:



CASA DIGITAL
VICE PRES. JOSÉ ALENCAR



“

A transformação da história da sociedade está na organização dos movimentos sociais. E aqui a gente se reveste muito desse pensamento para dentro do projeto da Casa Digital.

JOSÉ FILHO

Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa (CE).



Depois que recebemos a Casa Digital, eles acessam e já tem ali o preço para que eles mesmos possam visualizar. Então, nesse caso, a economia local mudou, porque facilitou para os produtores locais saberem os preços de vários produtos. Antes eles só tinham acesso ao preço da própria Ceasa, mas aí ficava aquela dúvida... será que é esse preço mesmo? Ou esse é o preço mais baixo e tem um preço mais alto. Agora, não...

ÂNGELA AGUIAR

Assentamento Fazenda Larga, em Brasília (DF)

”



CAPÍTULO 5

Casas Digitais: um celeiro de possibilidades

149

1. Territórios Digitais: um grande projeto em um Brasil múltiplo

Obter respostas homogêneas ou homogeneizadoras jamais esteve nos planos da execução desta pesquisa. É muito improvável estabelecer forma, conteúdo e resultados de qualquer projeto de modo tal que ele seja executado *pari passu* aos desejos de seus idealizadores: principalmente em um país com as dimensões geográficas e a vasta pluralidade econômica, cultural, política e educacional como o Brasil.

Seria no mínimo estranho que todas as Casas Digitais pelo país afora funcionassem rigorosamente iguais. Se isso acontecesse, seria como dizer que a cultura, a política, a educação e a economia brasileiras são igualmente desenvolvidas e que os sujeitos do campo brasileiro se repetem no Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal, no Ceará.

O campo brasileiro é de uma riqueza econômica, cultural, política e cognitiva enorme, mas é uma riqueza da variedade, da pluralidade, da criatividade. Em cada canto do campo brasileiro a inclusão digital é feita de uma maneira. Em cada rincão as estratégias de ação se diferenciam. Em cada comunidade a Casa Digital tem uma face, uma cor, uma constituição, uma temperatura diferente.

Todavia, todo sujeito – do campo ou da cidade – é um ser que pensa e aprende e por isso é cognitivo; é um ser que se envolve na produção e no consumo de bens e por isso é econômico; é um ser que resolve, decide e age e por isso é político; é um ser que carrega em si os traços da sua historicidade contextual e por isso é cultural; é um ser que pertence a um grupo e tem responsabilidades e direitos e por isso carrega os traços da cidadania e da democracia.

Diante disso, é inevitável que um projeto que carrega em seus objetivos o desejo de melhorar as condições gerais dos povos do campo resulte em transformações importantes nesses campos tão inerentes ao humano e à sociedade: cognição, economia, política, cultura, cidadania e democracia.

A linha teórica e analítica deste trabalho caminhou o tempo todo alinhada a esses elementos. São as reverberações ligadas a esses campos as que mais apareceram no âmbito das realizações e das ações nas/das Casas Digitais vinculadas ao projeto Territórios Digitais.

O que se pode detectar com clareza é que os processos cognitivos – dentre os demais processos analisados – são os mais significativamente impactados pela presença das Casas Digitais nas comunidades visitadas e podem ser agrupados em: Impactos cognitivos gerais; Conhecimento do computador; Conhecimentos gerais; Parcerias com escolas; Formação de professores e Educação a distância.

A presença de computador faz com que a educação a distância tenha o acesso facilitado em função da disponibilidade de equipamento e acesso aos alunos dessa modalidade de educação. Além disso, a disponibilidade de internet colabora nos processos de aprendizagem vinculados às atividades laborais dos sujeitos do campo.

As Casas Digitais impactam a organização das comunidades, seja do ponto de vista do acesso aos meios de informação, seja nos potenciais gastos e despesas com transporte para fora da comunidade, uma vez que a pesquisa escolar passa a ser feita perto de casa, sem necessidade de grandes deslocamentos.

A parceria entre escolas, professores e Casas Digitais amplia o campo de atuação no que diz respeito à educação escolarizada e enriquece as possibilidades de construção do conhecimento nas comunidades. Além disso, esse processo viabiliza o diálogo comunitário e permite a circulação de conhecimento para além do âmbito escolar.

A realização de cursos de curta duração, por meio da educação a distância, visando à formação de trabalhadores reúne dois lados da comunidade: os sujeitos em processo de escolarização formal e as pessoas que não estão mais na escola. Isso reinsere alguns sujeitos em processos de educação formais importantes no desenvolvimento das comunidades.

Computadores e internet são recursos riquíssimos para a educação universitária, e a presença desses elementos nas comunidades terminou por gerar a aproximação dos sujeitos do campo desse grau de escolarização. Além disso, a formação continuada de professores expandiu-se em algumas comunidades, embalada pelo uso dos recursos das Casas Digitais.

Outro fator positivo da inserção das Casas Digitais nas comunidades é a ampliação do entendimento da importância da educação. As Casas Digitais contribuem com isso, potencializando o acesso da comunidade à informação e aos processos cognitivos sistematizados e formais. Aliado a isso aparecem processos de formação técnica em informática dos sujeitos nas comunidades que oferecem outras possibilidades de acesso, manipulação, construção e reconstrução do conhecimento.

A vida cultural no campo foi sobremaneira impactada pelos novos instrumentos de acesso, troca, manipulação, criação e divulgação de bens culturais, representados pelos computadores, pela internet, pelos projetores das Casas Digitais. A Casa Digital tornou-se elemento de unidade para os eventos comunitários diversos, isto é, a novidade da presença da Casa Digital revitalizou processos e relações sociais. Além disso, o uso de computadores e internet da Casa Digital ampliou os repertórios culturais dos sujeitos do campo, enriquecendo os repertórios já existentes.

As questões culturais engendradas a partir da presença da Casa Digital são, também, perpassadas por questões econômicas, quando os sujeitos do campo têm nas mãos uma instituição que precisa ser mantida, que requer recursos financeiros para seu funcionamento. As festas e eventos realizados nas comunidades com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção e ampliação das Casas Digitais tornam-se novos momentos de trocas culturais diversas.

A utilização dos projetores disponibilizados para cada Casa faz com que o cinema, meio de difusão cultural distante do interior do país, seja reinventado a partir da criatividade das pessoas. O espaço das próprias Casas ou anexos tornam-se locais de acesso a filmes e outras produções audiovisuais. Além disso, ocorre, também, com o uso de redes sociais populares no meio digital, a expansão da

cultura da comunicação predominantemente oral, a partir de novas formas de comunicação entre indivíduos e coletivos.

A Casa Digital, em algumas comunidades, serve como espaço para a instalação do Projeto Arca das Letras, e isso amplia as possibilidades de acesso a bens culturais, articulando cultura clássica (literatura) e cultura digital. Isso se traduz na interlocução e integração entre os projetos culturais governamentais a partir da instalação da Casa Digital.

No que se refere, ainda, aos impactos culturais do projeto Territórios Digitais nas comunidades do campo, a Casa Digital ainda é vista como espaço de ampliação, reprodução e reconstrução da cultura e dos princípios das comunidades. É espaço, inclusive, de criação de metodologias referentes à formação de gestores em outras comunidades onde as Casas Digitais ainda não foram totalmente implantadas. O uso dos recursos disponibilizados possibilitam, ainda, novas formas de acessar, colecionar e distribuir músicas e imagens.

A emergência de novas possibilidades de desenvolvimento da criticidade política e o surgimento de novas relações políticas internas (entre os sujeitos da própria comunidade) e externas (entre a comunidade e o município, o estado e a União) são fatores nos quais a presença das Casas Digitais no campo colaborou significativamente. Por meio da política de inserção das Casas Digitais para uso amplo dos sujeitos, novas políticas de suporte às comunidades vão sendo geradas.

O uso de computadores e internet das Casas Digitais, visto como instrumento de ação comunitária, constitui elemento importante para que as pessoas acessem, digitalmente, o conhecimento da organização política do país. Vale ressaltar que o direito ao acesso à informação é um direito político essencial.

As Casas Digitais colaboram na inserção das comunidades no circuito político local e aproxima os sujeitos dos serviços de assistência técnica, dentre outras coisas. Parcerias com prefeituras, com o governo dos estados e com instituições de suporte à agricultura e formação profissional foram engendradas a partir da instalação das Casas.

Politização e cognição são construtos humanos que caminham entrelaçados, um desenhando e redesenhando os destinos do outro. O acesso à informação e avanço da educação são possibilidades oferecidas pelas Casas Digitais, que ampliam o repertório de criticidade política das comunidades.

Ter acesso às redes sociais permite inserir os sujeitos do campo nas novas formas de discussões políticas veiculadas pelas trocas e diálogos em ambientes de convivência digital. Para além disso, em todas as comunidades visitadas as Casas Digitais são utilizadas como potenciais instituições de fomento à discussão e formação política futura.

Do ponto de vista dos impactos nos processos econômicos nas comunidades, o que se pode detectar, da presença do projeto Territórios Digitais, é o surgimento de soluções pontuais que, interligadas às questões culturais, cognitivas e políticas, formam um todo maior. Os avanços articulados da consciência política, do ensino-aprendizagem e da cultura geram um conjunto de elementos que certamente impactam a geração de renda em cada comunidade.

A criatividade dos sujeitos fez, em algumas comunidades, com que cultura, cinema e (re)organização coletiva se tornassem instrumentos estratégicos de geração de renda no âmbito das Casas Digitais. É o caso, por exemplo, das festas com finalidade de arrecadação de recursos para manutenção das Casas e de associações parceiras.

Os avanços no sentido de ampliação do conhecimento vistos como elementos incrementadores da atividade profissional trazem novas percepções de valor do conhecimento como valor econômico: têm mais chances de sucesso econômico atividades elaboradas e executadas à luz do conhecimento.

A internet também é utilizada como instrumento e espaço para a divulgação dos produtos das comunidades, inserindo a oferta desses produtos nas mídias digitais e ampliando possibilidades de mercado. Além disso, o domínio de novas tecnologias de *software* (aprendizado do Linux, por exemplo) aumenta o leque de possibilidades profissionais dos sujeitos do campo.

Outro fator econômico notadamente vinculado ao uso de computadores no campo é a redução de perdas e prejuízos na produção agrícola decorrente do acesso à informação. Ocorre também a aproximação com os serviços de assistência técnica rural e de formação profissional por meio da internet, que termina por colaborar com o aperfeiçoamento de técnicas de produção, aumentando lucros.

O uso das redes sociais como meios de comunicação revitaliza a comunicação dos camponeses com o exterior das comunidades, reduzindo despesas com os meios de comunicação tradicionais, como telefonia fixa e telefonia celular.

A internet das Casas Digitais é vista e utilizada como fonte de informação capaz de agregar alternativas à agricultura convencional, trazendo novos valores aos produtos das comunidades. Agricultura orgânica, agroecologia e desenvolvimento sustentável são pautas constantes na lista de pesquisas que os agricultores realizam. A internet é, ainda, meio eficiente de comunicação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e as comunidades rurais onde se assentam as Casas Digitais, no que tange às iniciativas desse Ministério relacionadas à geração de renda na agricultura familiar. Os gestores das Casas Digitais sempre recebem comunicados e convites do MDA para participação em reuniões e formações, como, por exemplo, treinamento para uso da plataforma do Brasil Rural Conectado.

A cotação de preços dos produtos agropecuários relacionados aos produzidos nas comunidades pode ser acompanhada com o uso da internet e dos computadores, e assim as oscilações de mercado podem ser visualizadas sem a necessidade de deslocamentos dos agricultores de suas propriedades.

Cidadania e democracia são aspectos da vida de um povo cuja medida não pode ser representada em valores absolutos. Todavia, as consequências da implantação do projeto Territórios Digitais em sua ação de instalação das Casas Digitais no campo e as ações, reações e transformações externadas pelos sujeitos e aqui registradas são suficientes para que se afirme que este é um projeto que ainda pode crescer muito. Por meio das Casas Digitais a garantia de direitos e o desenvolvimento das comunidades ganham novas formas e contornos. As Casas Digitais tornam-se centro de organização das comunidades no sentido de ampliação da comunicação com as entidades governamentais.

As Casas Digitais terminam por se tornar espaços de convivência cidadã e democrática, reorganizando campos da sociabilidade das comunidades, como o afastamento de jovens e crianças das drogas ilícitas e do álcool. A priorização da liberdade de acesso na organização das Casas Digitais permite entender a importância de as comunidades terem locais de acesso às tecnologias digitais onde o direito de ir e vir seja amplamente respeitado, e isto é exercício vivo de cidadania e democracia.

O que se pode notar, também, nos espaços visitados é o sentimento de cooperação circulante nas Casas Digitais. Isso aprofunda as relações entre os sujeitos, gerando uma cultura de integração comunitária e participação coletiva que propicia o crescimento geral da comunidade. A comunidade torna-se campo de afetos, onde todos colaboram na ascensão de todos.

Cidadania, democracia e política são conceitos bastante ligados entre si, e a partir da existência das Casas Digitais, articulações políticas importantes se originam aí. Nesse ir e vir da cidadania o sentimento de responsabilidade com o próximo e com a coletividade sai fortalecido.

Além de o acesso a serviços das instituições públicas ser bastante facilitado pelos equipamentos digitais, fica assegurado, também, o direito ao acesso e à divulgação de qualquer informação. Poder acessar e divulgar informação é condição importante no seio das práticas cidadãs. O uso livre dos espaços de utilização dos equipamentos digitais, preconizado pela metodologia de formação dos gestores, assegura tais direitos.

A filosofia da formação dos gestores ainda prevê – e isso se concretiza, na prática – o fortalecimento das comunidades do campo no que tange às suas especificidades comuns, por meio do incremento do diálogo entre elas, quando são realizadas trocas profícuas de experiências e talentos. O exercício das escolhas democráticas na gestão das Casas Digitais aprimora o entendimento de democracia e cidadania entre os sujeitos. Os coordenadores são eleitos em processos transparentes, com a participação aberta a toda a comunidade.

Ainda, as Casas Digitais não se tornaram instituições encerradas em si, nas comunidades onde estão instaladas. Não há fronteiras para o atendimento das Casas Digitais, e elas se articulam com as demais instituições locais para o bem comum, acolhendo demandas e ouvindo as vozes dos sujeitos.

Ser sujeito de direito no campo é também usufruir os mesmos direitos que usufruem os demais cidadãos do país. A oportunidade, por exemplo, de uso das redes sociais para a manifestação de indivíduos e sujeitos coletivos é um desses direitos em evolução por meio, também, das Casas Digitais.

A filosofia que move a organização e a estruturação das Casas Digitais nas comunidades do campo pauta-se, essencialmente, pelo respeito à cidadania e à democracia no sentido mais amplo possível. Isso está sendo construído na parceria entre governo e comunidade, sem perder de vista o fortalecimento das instituições coletivas, mas permitindo que os indivíduos possam ser felizes e úteis em sua singularidade.

O nível de desenvolvimento das Casas Digitais vai depender, sobremaneira, do nível de organização coletiva que cada comunidade tenha. Todavia, o que a SDT e o NEAD fizeram em sua proposta de formação foi justamente realizar processos de autoconhecimento nas comunidades, e isso gerou o que parece essencial no sucesso das Casas Digitais: o sentimento de pertença e o compromisso do

indivíduo com sua coletividade. Novos processos de formação nesse sentido são necessários nas comunidades onde as Casas Digitais já estão caminhando e nas comunidades onde o projeto ainda não tenha sido capaz de se sustentar por seus próprios recursos.

É muito acertada a estratégia de formação nas novas Casas Digitais, tanto no conteúdo quanto no fato de designar a frente desse processo aos gestores das Casas Digitais que já estão em funcionamento. A perspectiva de respeito às singularidades locais nessa formação está dentro de condições bastante modernas da Pedagogia.

O acompanhamento das Casas Digitais por representante no estado específico para isso – a partir dos próprios delegados regionais do MDA ou de outros sujeitos – é um acerto que a SDT-MDA poderia reproduzir em caso de continuidade e ampliação do projeto Territórios Digitais. A presença dos delegados do MDA nos territórios pode fortalecer ainda mais o projeto.

É necessário, ainda, o acompanhamento mais amigável da ação dos sujeitos do campo em cada Casa Digital, pela SDT-MDA. Os rapazes, as moças, as crianças, as senhoras e os senhores dessas comunidades sentem-se prestigiados e ouvidos pelo governo quando recebem visitas de seus representantes. Isso fortalece a crença deles de que estão fazendo o certo e de que suas ações têm ecos que vão longe.

O campo brasileiro é espaço de vida, seja para a produção de alimento, para a moradia dos sujeitos, para a proteção dos recursos naturais, para o desenvolvimento de outras formas de sociabilidade. O campo é espaço de outros homens que também querem viver bem, se comunicar, se manifestar, ser atuante e colaborar nas escolhas para o futuro do planeta.

Acesso aos bens tecnológicos – digitais ou não – é um direito do homem do campo, também, pois tecnologia é um construto humano coletivo e a este homem pertence.

E na própria voz do homem – e da mulher – do campo o desejo de continuar avançando no exercício desse direito é expressado a seguir:

Essa Casa Digital mudou muita coisa... não só para mim como para toda a comunidade, porque quase ninguém da comunidade conhecia o que era um computador, quase ninguém sabia o que era uma internet, e hoje todo mundo tem o conhecimento, todo mundo faz tudo através dela [homem do campo do Sítio Soledade, em Mauriti-CE].

Seria muito importante termos outros cursos, como um curso para a gente aprender a consertar as máquinas... como agora, que a garantia acabou, e se tivermos algum problema a gente não sabe consertar. Seria muito importante se fosse fornecido outro curso para ensinar a gente a consertar... mesmo que não fosse um curso para muitos, mas pelo menos para uns dois ou três da comunidade, para ficar sabendo, para quando houver um problema eles mesmos resolverem sem estar se deslocando... (mulher do campo do Sítio Soledade, em Mauriti-CE).

Para mim, para minha pessoa pessoal, essa Casa Digital foi muito importante. Eu conheci coisa que eu nunca tinha conhecido e talvez se não tivesse ela eu não tivesse conhecido ainda (homem do campo do Sítio Soledade, em Mauriti-CE).

Essa comunidade, de primeiro, ela não era tão unida como ela está sendo agora. Depois dessa Casa Digital, foi uma bênção mesmo, uniu tudo. Todo mundo ajuda, todo mundo chega na hora que a gente precisa. É importante... foi importante demais essa Casa Digital para a comunidade (mulher do campo do Sítio Soledade, em Mauriti-CE).

Minha vida mudou muito e mudou para melhor com a vinda da Casa Digital para cá. De primeiro, antes da Casa Digital e antes dos computadores, a pessoa já ouvia falar em computadores, mas não tinha a oportunidade de sair daqui e ir lá para Mauriti fazer um curso, manusear a máquina... aí a pessoa ficava naquela curiosidade. Depois que a Casa Digital veio, aí abriu várias portas (homem do campo do Sítio Soledade, em Mauriti-CE).

Se vier outro projeto, outra coisa parecida que venha complementar mais ainda a Casa Digital, com certeza nós vamos abraçar e vamos fazer o projeto e enviar, e ver se vem... precisamos principalmente de máquinas, de câmeras para poder registrar os acontecimentos da comunidade, gravar, deixar registrado (mulher do campo do Assentamento Santana, de Monsenhor Tabosa-CE).

Acho que mudou tudo. Para mim mesmo, para o meu futuro, agora eu posso ingressar na faculdade. Eu acho que mudou radicalmente a minha vida. Para a faculdade, as questões de pesquisa, de trabalho para a faculdade, tudo vai ajudar muito (mulher do campo do Assentamento Santana, de Monsenhor Tabosa-CE).

A gente trabalhou em parceria com a escola, para trabalhar algumas práticas sustentáveis para com o meio ambiente, usando a tecnologia (homem do campo do Assentamento Santana, de Monsenhor Tabosa-CE).

O NEAD-MDA sempre acreditou na potencialidade da comunidade e que o projeto vinha fazer parte do desenvolvimento da comunidade, vinha potencializar... (homem do campo do Assentamento Santana, de Monsenhor Tabosa-CE).

Em algumas comunidades, quando fui facilitador no projeto Territórios Digitais no estado, víamos comunidades que tinham processos de organização totalmente

diferentes do nosso. Eram comunidades isoladas, que viviam na sua individualidade, na sua singularidade, famílias que não viviam aquele processo de integração, de comunicação. E aí? Como seria a Casa Digital nessa comunidade? (homem do campo do Assentamento Santana, de Monsenhor Tabosa-CE).

Se nós olharmos os históricos das duas turmas que já se formaram, lógico que o jovem é maioria. Mas tinha o pessoal, também, camponeses. A gente via o esforço deles ali, olhando assim... é uma coisa revolucionária mesmo, sabe? A gente vê que a pessoa está se descobrindo ali perto daquele negócio [dos computadores] ao qual nunca teve acesso (homem do campo do Assentamento Itamarati II, de Ponta Porá-MS).

Com certeza a Casa Digital faz diferença na comunidade. Porque a internet como um todo, como, geralmente, as pessoas do campo não têm acesso, e você possibilita isso aos camponeses, você está falando: "É possível que todas as tecnologias existam aí na sua comunidade", ou seja, isso ajuda a garantir a permanência do sujeito ali no campo (homem do campo do Assentamento Itamarati II, de Ponta Porá-MS).

Minha vontade aqui é que tivéssemos umas três ou quatro Casas Digitais aqui... é muita gente que procura. Você precisa ver a quantia de gente que vem me perguntar que dia que vai acabar a turma ou quando vai terminar, porque eles também querem fazer o curso. Então, esse espaço da internet é um espaço que precisa ser bem aproveitado (homem do campo do Assentamento Itamarati II, de Ponta Porá-MS).

A existência da Casa Digital aqui muda bastante coisa. Na verdade, aqui é um lugar quase sem recursos ou outras opções para os alunos estarem fazendo cursos ou aprendendo mais. São tantos projetos possíveis que a Casa Digital pode ajudar... (mulher do campo do Assentamento Itamarati II, de Ponta Porá-MS).

Tinha um senhor de 69 anos e era o mais velho da turma... aquilo ali para ele era novidade. Era até engraçado, porque a gente que já tinha certo costume com o computador o ajudava. Ele não dava conta de pegar no mouse direito, o teclado para ele era como se fosse um bicho. Mas a partir do momento em que o pessoal começou a explicar para ele do uso e que ele foi conseguindo acessar algumas coisas, para ele era como se ele fosse uma criança ganhando doce (mulher do campo do Assentamento Itamarati II, de Ponta Porá-MS).



Referências

ARAUJO, Rosana Sarita de; MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Letramento digital nas interações *online*: análise dos fóruns de discussão do programa de formação continuada em mídias na educação. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3., Recife, 2010. *Anais Eletrônicos...*, Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Rosana-Sarita-de-Araujo&Luis-Paulo-Leopoldo-Mercado.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2000.

BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tôres. Um modelo de avaliação de projeto de inclusão digital e social: Casa Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA DA EDUCAÇÃO, 17., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB; UCB, 2006. p. 537-546.

BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos; RAMOS, Carlos Renato dos Santos; TRÓCCOLI, Bartholomeu Tôres. Análise de agrupamento de escolas e Núcleos de Tecnologia Educacional: mineração na base de dados de avaliação do Programa Nacional de Informática na Educação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 14., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IM/UFRJ, 2003. Disponível em: <<http://www.nce.ufrj.br/sbie2003/publicacoes/paper39.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

BUZATO, Marcelo El Khourt. *Letramento digital abre portas para o conhecimento*. 2003. Disponível em: <http://www.furb.br/redemat/v3/rdm301/index.php3?iu_texto=26>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BUZATO, Marcelo El Khourt. Letramentos digitais e formação de professores. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EDUCAREDE, 3., São Paulo, 2006. *Anais...*, São Paulo: Cenpec, 2006. p. 81-86. Disponível em: <http://www.educarede.org.br/educa/img_conteudo/marcelobuzato.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2012.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. [Conferência promovida pelo Presidente da República]. Belém: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.Br). *TIC Domicílios e Empresas 2011: pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil*. São Paulo: CGI.BR, 2012.

CORRÊA, Romulo de Amorim. *A construção social dos programas públicos de inclusão digital*. Dissertação (Mestrado)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 2002a.

DEMO, Pedro. *Conhecimento e aprendizagem na nova mídia*. Brasília: Plano, 2001.

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Autores Associados, 2003.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. Campinas: Autores Associados, 1994. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

DEMO, Pedro. *Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2007.

DEMO, Pedro. *Politicidade da educação e/ou aprendizagem reconstrutiva política*. UCLA, 1999. Disponível em: <http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Texto/Demo_1099.htm>. Acesso em: 25 ago. 2012.

DEMO, Pedro. *Politicidade: razão humana*. Campinas: Papiрус, 2002b.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL (EMATER-DF). Unidade Local do Pípiripau. *Assentamento Fazenda Larga*: IDCR de 71 unidades produtivas das 77 unidades produtivas existentes. Brasília: Emater-DF, 2010. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00003390.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. *Contexto & Educação*, Ijuí: Unijuí, v. 7, jul./set. 1987.

FERREIRA, Márcio. *Inclusão digital de professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal*: um estudo sobre a formação docente. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 19, dez. 2002.

GHANEM JUNIOR, Elie. *Educação escolar e democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica; Ação Educativa, 2004. v. 1.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GLAZIER, Jack D.; POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

JUNIOR, Arnaud S. de L. *Tecnologias intelectuais e educação*: explicitando o princípio proposicional/hipertextual como metáfora para educação e o currículo. 2004. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/gptec/arquivos/a_arnaud1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2012.

KAPLAN, Bonnie; DUCHON, Dennis. Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study. *MIS Quarterly*, dez. 1988. Disponível em: <http://staff.blog.ui.ac.id/r-suti/files/2010/03/qualquant_in_is.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

LACERDA SANTOS, Gilberto. A gestão de relações educativas apoiadas pelo computador por meio da pedagogia de projetos. In: LACERDA SANTOS, Gilberto (Org.). *Tecnologias na educação e formação de professores*. Brasília: Plano, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE Jean. *A construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ARRUDA, Marina Patrício. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. *Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2, p. 115-130, 2004.

LIEBSCHER, Peter. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. *Library Trends*, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Marília Novais da Mata. *Entrevista de pesquisa: a interação entrevistador/entrevistado*. Tese (Doutorado) - Universidade de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1991.

MACHADO, Marília Novais da Mata. *Uma metodologia para a pesquisa do domínio social histórico*. 2005. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/machado01.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização e tradução Cristina Magro, Víctor Paredes. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MATURANA, Humberto. Entrevista ao Centro de Ciências de Educação e Humanidades (CEEH). *Humanitates*, Brasília: Universidade Católica de Brasília (UCB), v. 1, n. 2, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.humanitates.ucb.br/2/entrevista.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. *Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods*. Beverly Hills, CA: Sage, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5).

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão; FERREIRA, Márcio; CASTRO, Wanessa de. *Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: os desafios da formação de educadores do campo para uso das tecnologias na educação*. [2010?]. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/247.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

MORENO, Claudia Roberta de Castro; FISCHER, Frida Marina; ROTENBERG, Lúcia. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 1, jan./mar. 2003.

MOURA, Rossana. *Políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar como eixo de desenvolvimento sustentável*: uma proposta de formação de multiplicadores abordando a importância das tecnologias da informação e comunicação dentro das áreas da Agricultura familiar. Postado em 21 fev. 2010. Disponível em: <<http://blogdarossanamoura.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

NETO, Diogo. *ItamaratiNews*. Postado em 8 jul. 2011. Disponível em: <<http://itamaratinews.com.br/v2/assentamentos/5-assentamento-itamarati-o-5o-maior-da-america-latina.html>>. Acesso em: 4 jun. 2012.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Exclusão cultural*: desafio a ser combatido. 15 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=286ASP012>>. Acesso em: 12 set. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano 2004*: liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: PNUD, 2004.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P.; COLLINS, Heloisa. Letramento digital: um trabalho a partir dos gêneros do discurso. In: KARWOSKI, Acir M.; GAYDELZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). *Gêneros textuais*: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

SANTANA, Marcos Silvio de. *O que é cidadania*. [2003?]. Disponível em <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SANTOS, Boaventura S. *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2000.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: LED/UFSC, 2000. 118p.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital*: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4795.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Senac, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa das desigualdades digitais no Brasil*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA); Instituto Sangari; Ministério da Educação, 2007.

WARSCHAUER, Mark. *Inclusão digital: o que é e a quem se destina*. Entrevista ao Websinder em 12 maio 2005. Disponível em: <<http://websinder.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Senac, 2006.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. *Letramento digital e ensino*. [ca. 2004]. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehete/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

Sites

Assentamento Santana. Disponível em: <<http://assentamentosantanamt.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Casa Digital do Campo - Fazenda Larga. Planaltina-DF. Disponível em: <<http://fazendalarga.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

Casa Digital do Campo - Sítio Soledade. Mauriti-CE. Disponível em: <http://casadigitalsoledade.blogspot.com.br/2010/01/blog-post_3803.html>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Casa Digital Nova Conquista - Assentamento Itamarati. Disponível em: <<http://casadigitalnovaconquista.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater). Histórico do Assentamento Fazenda Larga. Disponível em: <<http://ematerpipiripau.blogspot.com.br/2009/05/historico-do-assentamento-da-fazenda.html>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/comentarios.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

Parque Sucupira. Disponível em: <<http://www.parquesucupira.com/p/historico-do-parque.html>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

Portal da Cidadania. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

Portal Governo Eletrônico (E-GOV). Disponível em: <http://www.governoeletronico.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=29>. Acesso em: 27 mar. 2012.

Prefeitura Municipal de Ponta Porã. Disponível em: <<http://www.pontapora.ms.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

